



O BRASIL DE FHC

AS FESTIVIDADES DOS
"500 ANOS" E O NOVO
MÍNIMO PROVOCARAM,
JUNTO COM AS
INICIATIVAS DO MST,
UM FORTE DESGASTE
DO GOVERNO.

JOSÉ CORRÊA LEITE

Fernando Henrique ofereceu, no último mês, uma síntese das práticas seculares da elite para com o povo brasileiro. Foi como se a chegada aqui, 500 anos atrás, dos aventureiros portugueses que iam saquear a Índia, oferecesse um pretexto para reencenar como farsa o drama que se desenrolou nos cinco séculos seguintes.

O festejo dos "500 anos", que deveria ser um asséptico espetáculo midiático, teve um caráter exemplar, evidenciando a forma tirânica como a classe dominante sempre se relacionou com a massa da população e ignorando as demandas de reconhecimento do genocídio e da escravidão dos povos indígenas e dos africanos para cá sequestra-

dos. O palanque de FHC, ACM, Weffort e das elites contrastava com a repressão, próxima dali, ao protesto da resistência indígena, negra e popular. Foram as imagens destes protestos que ficaram, para o mundo todo, dos "500 anos".

Este questionamento prático da ideia senhorial de uma nação dócil foi uma grande conquista popular. Os povos indígenas catalisaram, neste episódio, o acúmulo de mais de duas décadas de lutas populares para a proposta de construção de uma nação fundada em cidadania, direitos, justiça, soberania, democracia (pág. 3).

A sincronia não poderia ser mais pedagógica. Ao mesmo tempo, FHC transformou a aprovação dos R\$ 151 em uma prova de força do governo (pág. 11). Com as

tensões originadas do descontentamento social emergindo na própria base de sustentação parlamentar do governo, o novo mínimo foi aprovado entre chantagens e negociatas, envolvendo uma nova legislação que permite ampliar o desmatamento na Amazônia (pág. 5).

A RETOMADA DAS MOBILIZAÇÕES

Novamente agindo como porta-voz da rebeldia popular, o MST desencadeou um amplo movimento de protesto e ocupação. Ao mesmo tempo, caminhoneiros realizavam uma paralisação e diversas categorias do funcionalismo iniciavam um movimento grevista.

O governo reagiu de forma autocrática: censurou a entrevista de João Pedro Stedile na TVE, aplicou a Lei de Segurança Nacional aos participantes das invasões e criou o que está sendo chamado de um novo SNI para vigiar os sem-terra. Enquanto isso, no Paraná, a polícia do estado matava mais um trabalhador rural. Para qualquer observador isento, uma reação que não se distingue em nada da que caracterizaria o regime militar (pág. 4).

As iniciativas do governo não tiveram um caráter apenas repressivo. Um pacote de propostas agrárias, o atendimento parcial das demandas dos caminhoneiros e o aceno de um reajuste para o funcionalismo são medidas para apagar focos de incêndios que podem se propagar e ganhar tempo, apostando que uma recuperação da economia venha a dar mais fôlego ao governo.

Esta situação expressa o aumento do descontentamento social, um maior desgaste de FHC, a volta a cena dos trabalhadores e uma perda de legitimidade do governo. Mas ele não está paralisado e pode recuperar o terreno, como fez no ano passado, depois que a marcha dos cem mil à Brasília, em 26 de agosto, não teve continuidade. O aspecto decisivo da luta contra o governo continua sendo a mobilização de massas nas ruas. Sermos capazes de sustentá-la é a chave para o futuro.

NESTA EDIÇÃO

O MITO DA NOVA ECONOMIA

Maxime Durand desvenda a mistificação que envolve boa parte das análises sobre o papel do setor de informática e internet na economia norte-americana e as razões da sua queda nas bolsas.

PÁGINAS 12 E 13

PIERRE ROUSSET E CHRISTOPHE AGUITON ANALISAM AS ALTERNATIVAS PARA A TAXA TOBIN E AS MOBILIZAÇÕES CONTRA A GLOBALIZAÇÃO

PÁGINA 14 E 15



SÉRGIO DE CARVALHO DEBATE A SITUAÇÃO ATUAL E AS PERSPECTIVAS DO TEATRO POLÍTICO NO BRASIL

PÁGINA 18 E 19



ELEIÇÃO DE LONDRES: GRANDE DERROTA DE BLAIR

Ken Livingstone foi eleito prefeito de Londres com quase 2/3 dos votos. Dirigente histórico da esquerda trabalhista, ele teve que abandonar o *Labour Party* (Partido Trabalhista) depois de Blair ter imposto, por uma série de manobras burocráticas, Frank Dobson como candidato do *Labour* – ele ficou em terceiro lugar, atrás do candidato conservador.

Em 1986, a dissolução do órgão de gestão local da zona de Londres, o Great London Council (GLC) foi a machadada final de Thatcher na esquerda mais incômoda. O órgão era então gerido por Ken Livingstone. Hoje, por pressão londrina dentro do Partido Trabalhista, o GLC volta a ser criado, num momento em que a esquerda à esquerda do *Labour* se recompõe, em volta da London Socialist Alliance, e em que a esquerda dentro do *Labour* se sente cada vez mais inquieta num partido a navegar no liberalismo mais feroz. E o protagonista principal da disputa também regressa, continuando o GLC a ser a face visível do braço-de-ferro político.

Antes presidente do GLC e agora prefeito, "Red Ken" foi expulso do *Labour* num processo turbulento. Apesar de ter obtido mais votos, perdeu as eleições internas, uma vez que o sistema Blair de definição de candidaturas é de tal modo viciado que os 24 mil votos de Frank Dobson valeram mais do que os 74 mil de Ken

Livingstone, desproporcionalidade devida aos votos de qualidade de deputados e organizações internas do partido. Ele saiu para ser candidato avulso e foi expulso. Batalha, porém, para voltar ao Partido Trabalhista, apela aos apoiadores para que não saiam do partido e se recusa a organizar a esquerda que o apóia para além das eleições locais.

Em termos programáticos o caráter impresso à campanha é marcadamente de esquerda. O centro da campanha é o problema dos transportes, recuperando-se assim o lema da gestão do primeiro GLC: "é mais fácil tornar o transporte público mais atrativo do que tornar o uso do automóvel mais difícil". Congelar preços e aumentar a qualidade do serviço público, impedir a privatização do metrô (que Blair gostaria de realizar), construir ciclovias e pistas exclusivas para ônibus, fazem parte do patrimônio de gestão adquirido e do programa político a realizar.

Apesar do GLC estar limitado em termos de competências, a campanha foi além do debate dos temas estritamente municipais e tratou de problemas como a segurança (ao lado combate a policiais corruptos e racistas, do estudo de regimes de tolerância zero, aumento no número de policiais), o racismo, o desemprego (propondo-se programas de criação de emprego público para desempregados de longa duração) e a ecologia, entre outros.

Ken Livingstone surge, assim, como uma liderança política diferente num país que parecia condenado a ter a política cortada em duas metades cada vez mais iguais.

NOTAS

JORNAL EM TEMPO É UMA PUBLICAÇÃO DE EDIÇÕES ET LTDA. R. BRIGADEIRO GALVÃO, 138 BARRA FUNDA - SÃO PAULO/SP - CEP 01151-000 FONE (011) 3667-3476 - FAX (011) 3666-5550 E-MAIL: EMTEMPO@AX.APC.ORG

JORNALISTA RESPONSÁVEL:

CÉLIA REGINA DE SOUZA (MTB 18663 DRT/SP).

EQUIPE DE EDIÇÃO: JOSÉ CORRÊA LEITE,

CAIO GALVÃO DE FRANÇA, CARLOS HENRIQUE ÁRABE, GUSTAVO CODAS, CACO BISOL E MÁRCIA HELENA RAMOS.

TIRAGEM: 4.000 EXEMPLARES. PERIODICIDADE: MENSAL. FECHAMENTO DESTA EDIÇÃO: 15 DE MAIO.

Tony Cliff (1917-2000)

Tony Cliff, principal teórico e dirigente do Socialist Workers Party (SWP) inglês, morreu dia 9 de abril, com aos 82 anos de idade.

Cliff nasceu Ygael Gluckstein, filho de um empresário sionista da construção civil, em 20 de maio de 1917, na Palestina. Aos treze anos, ele escreveu em um trabalho escolar: "É tão triste que não haja crianças árabes na escola". Sua professora escreveu sobre o trabalho: "Comunista" e Cliff sempre lhe foi grato por sua percepção. Ele ingressou no Partido Comunista, mas rapidamente se desiluiu com seu nacionalismo, tornando-se, com 20 anos, trotsquista. Desde então dedicou-se à construção de organizações revolucionárias.

Ele chegou na Inglaterra recém-casado com sua esposa Chanie, sul-africana, e foi prontamente expulso do país. Passou cinco anos de penúria na Irlanda, antes de conseguir

regressar à Inglaterra. Nos anos 50 formou o Socialist Review Group, que em 1977 daria origem ao SWP, a maior organização revolucionária inglesa e, desde o colapso do Partido Comunista Inglês, em 1989, o maior grupo de esquerda à esquerda do Labour Party. Defensor de um marxismo libertário e de um socialismo que seria obra da auto-emancipação da classe trabalhadora, Cliff era capaz de expor suas idéias em uma linguagem simples.

A obra teórica de Cliff tem como ponto de maior originalidade a defesa da idéia, a partir das teorias de Trotsky, de que a União Soviética deveria ser caracterizada como um capitalismo de Estado. Este tema surgiu muito cedo, na obra de Cliff dedicada à análise da URSS, China e países da Europa Oriental. Nos anos 70 ele publicou uma biografia de Lenin e nos 80 uma de Trotsky, ambas em quatro volumes.

INTERNET: PÁGINAS DE INTERESSE

Anwar Shaikh é atualmente um dos principais economistas marxistas em atividade nos Estados Unidos. Seus trabalhos (em inglês) podem ser encontrados no seu sítio na página da New School de Nova York, universidade onde leciona: "<http://homepage.newschool.edu/~shaikh/>"

Trabalhos (em inglês e francês) de Gérard Duménil e Dominique Lévy, dois importantes economistas marxistas franceses, estão em: "<http://www.cepremap.cnrs.fr/~levy/>"

Em relação a temas da economia internacional, o "Left Business Observer", uma empresa de consultoria norte-americana formada por economistas críticos, tem alguns dos seus trabalhos (em inglês) disponíveis em: "http://www.panix.com/~dhenwood/LBO_home.html"

Professores da UNESP lançaram a página do Núcleo de Estudos da Globalização, que além de textos de interesse funciona como um portal para aceder a links de várias iniciativas de estudos e discussão sobre capitalismo e movimento operário hoje. Está em: "<http://globalization.cjb.net/>"

A S S I N E

REVISTA SEM
TERRA

Assinatura anual (4 números) - R\$ 25,00

Fone/Fax: (011) 3361-3866 - E-mail: semterra@mst.org.br

A S S I N E

CORREIO DA CIDADANIA

Assinatura anual (50 números) - R\$ 25,00
Assinatura semestral (25 números) - R\$ 50,00

Telefax: (011) 3021-5409 E-mail: correio@cidadanet.org.br

EM TEMPO MINHA OPÇÃO DE ASSINATURA É:

APOIO: 50,00

NORMAL: 30,00

NOME:

ENDEREÇO:

BAIRRO:

CIDADE:

UF:

CEP:

FONE:

Envie juntamente com o cheque nominal a **EDIÇÕES ET LTDA, Rua Brigadeiro Galvão, 138 - Barra Funda - São Paulo - SP - CEP 01151-000** ou faça contato pelo telefone (011) 3666-5550 - **Sucursal RS, Rua General Auto, 354 - Centro - Porto Alegre - RS - CEP 90.010-380** - Fone: (51) 226.5450. Os assinantes de apoio recebem junto com o jornal os "Cadernos EM TEMPO".

Chegamos na aldeia Pataxó de Coroa Vermelha, município de Santa Cruz Cabralia, Bahia, no dia 17 de abril. Cumprimos o compromisso de refazer os caminhos da grande invasão sobre nossos territórios, que perdura já 500 anos.

Somos mais de 3.000 representantes, de 140 povos indígenas de todo o país. Percorremos terras e caminhos dos rios, das montanhas, dos vales e planícies antes habitados por nossos antepassados. Olhamos com emoção as regiões onde os povos indígenas dominavam e construíam o futuro, ao longo de 40 mil anos. Olhamos com emoção as regiões onde os povos indígenas tombaram defendendo a terra cortada por bandeirantes, por aventureiros, por garimpeiros e, mais tarde, por estradas, por fazendas, por empresários com sede de terra, de lucro e de poder.

Refizemos este caminho de luta e de dor, para retomar a história em nossas próprias mãos e apontar, novamente, um futuro digno para todos os povos indígenas.

Aqui, nesta Conferência, analisamos a sociedade brasileira nestes 500 anos de história de sua construção sobre os nossos territórios. Confirmamos, mais do que nunca, que esta sociedade, fundada na invasão e no extermínio dos povos que aqui viviam, foi construída na escravidão e na exploração dos negros e dos setores populares. É uma história infame, é uma história indigna.

Dignidade tiveram, sempre, os perseguidos e os explorados, ao longo destes cinco séculos. Revoltas, insurreições, movimentos políticos e sociais marcaram também nossa história, estabelecendo uma linha contínua de resistência.

Por isso, voltamos a recuperar essa marca do passado para projetá-la em direção ao futuro, nos unindo aos movimentos negro e popular e construindo uma aliança maior: a **Resistência Indígena, Negra e Popular**.

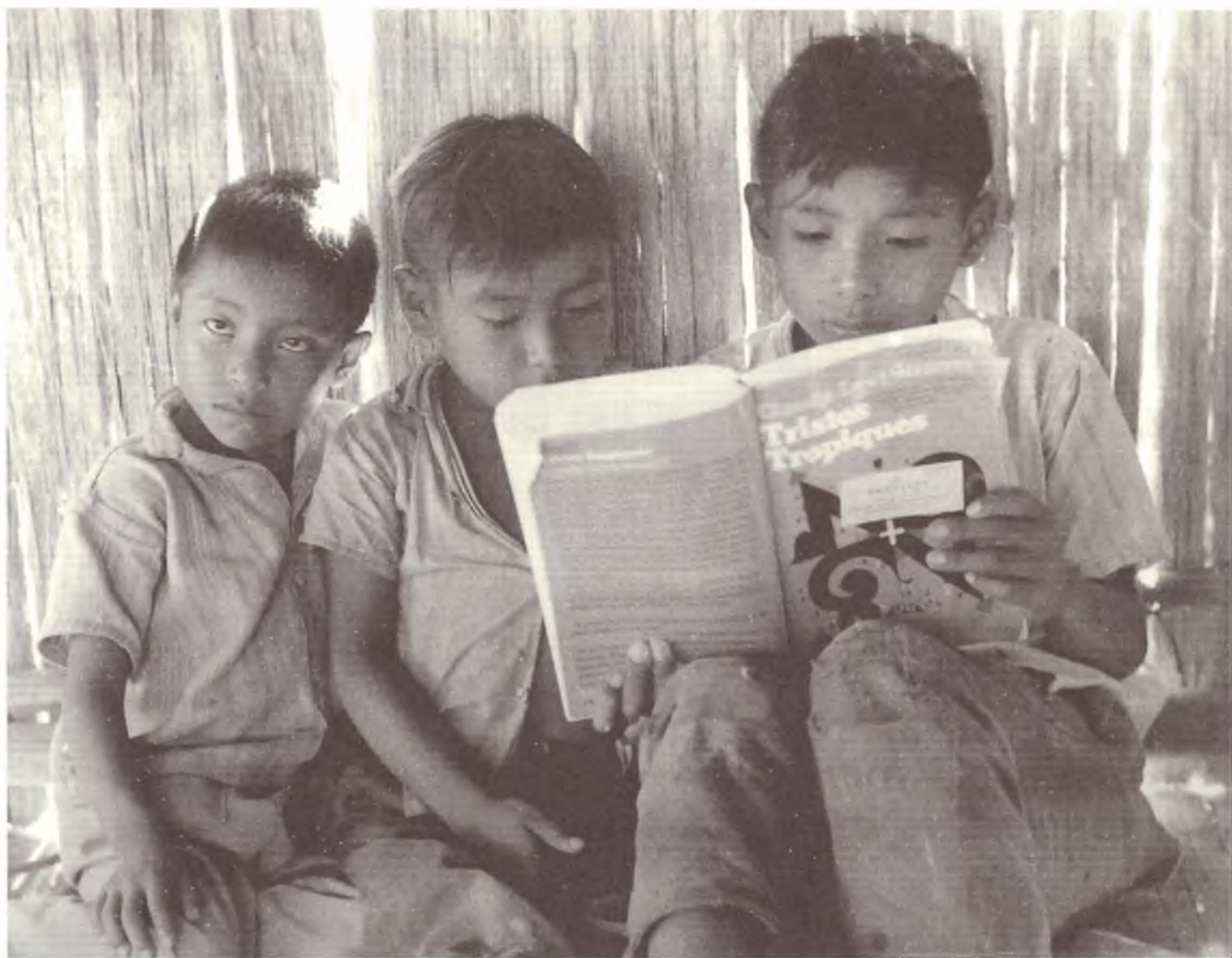
EXIGÊNCIAS E PROPOSTAS

São as seguintes as principais exigências e propostas dos povos indígenas para o Estado brasileiro, destacadas por esta Conferência:

■ 1. Cumprimento dos direitos dos povos indígenas garantidos na Constituição Federal:

Até o final do ano 2000 exigimos a demarcação e regularização de todas as terras indígenas; revogação do Decreto 1.775/96; garantia e proteção das terras indígenas; devolução dos territórios reivindicados pelos diversos povos indígenas do Brasil inteiro; ampliação dos limites das áreas insuficientes para a vida e o crescimento das famílias indígenas; desintrusão (retirada dos invasores) de todas as terras demarcadas, indenização e recuperação das áreas e dos rios degradados, como por exemplo o Rio São Francisco; reconhecimento dos povos ressurgidos e seus territórios; proteção contra a invasão dos territórios dos povos isolados; desconstituição dos municípios instalados ilegalmente em área indígena; respeito ao direito de usufruto exclusivo dos recursos naturais contidos nas áreas indígenas, com atenção especial à biopirataria; paralisação da construção de hidrelétricas, hidrovias, ferrovias, rodovias, gasodutos em andamento e indenização pelos danos causados pelos projetos já realizados; apoio a auto-sustentação, com recursos financeiros destinados a projetos agrícolas, entre outros,

RESISTÊNCIA INDÍGENA, NEGRA E POPULAR



LEWIS STALLER/SALVADORES DOMINARI

para as comunidades indígenas.

■ 2. A imediata aprovação da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT);

■ 3. Aprovação do Estatuto dos Povos Indígenas que tramita no Congresso Nacional conforme aprovado pelos povos e organizações indígenas (PL 2.057/91);

■ 4. O fim de todas as formas de discriminação, expulsão, massacres, ameaças às lideranças, violências e impunidade. Apuração imediata de todos os crimes cometidos contra os povos indígenas nos últimos 20 anos e punição dos responsáveis. Exigimos o respeito às nossas culturas, tradições, línguas, religiões dos diferentes povos indígenas do Brasil;

■ 5. A punição dos responsáveis pela esterilização criminosa das mulheres indígenas a critério da comunidade;

■ 6. Que a verdadeira história deste país seja reconhecida e ensinada nas escolas, levando em conta os milhares de anos de existência das populações indígenas nesta terra;

■ 7. Reestruturação do órgão indigenista, seu fortalecimento e sua vinculação à Presidência da República, através de uma Secretaria de Assuntos Indígenas, consultando-se as organizações de base quanto a escolha dos secretários;

■ 8. Que o presidente da Funai seja eleito pelos povos indígenas com indicação das diferentes regiões do Brasil;

■ 9. A educação tem que estar a serviço das lutas indígenas e do fortalecimento das nossas culturas;

■ 10. Que seja garantido o acesso dos estudantes indígenas nas universidades federais sem o vestibular;

■ 11. Reforma, ampliação e construção das escolas indígenas e oferta de ensino em todos os níveis, garantido-se o ma-

gistério indígena e educação de segundo grau profissionalizante;

■ 12. Fiscalização da aplicação das verbas destinadas às escolas indígenas, criando um Conselho Indígena;

■ 13. A educação escolar indígena e o atendimento à saúde deve ser de responsabilidade federal. Rejeitamos as tentativas de estadualização e municipalização;

■ 14. A Lei Arouca, que institui um subsistema de atenção à saúde dos povos indígenas, seja aplicada;

■ 15. Fortalecer e ampliar a participação ativa das comunidades e lideranças nas instâncias decisórias das políticas públicas para os povos indígenas, em especial, que os Distritos Sanitários Especiais Indígenas tenham autonomia nas deliberações;

■ 16. O atendimento de saúde deve considerar e respeitar a cultura do povo. A medicina tradicional deve ser valorizada e fortalecida;

■ 17. Formação específica e de qualidade para professores, agentes de saúde e demais profissionais indígenas que atuam junto às comunidades;

■ 18. Que seja elaborada uma política específica para cada grande região do país, com a participação ampla dos povos indígenas e de todos os segmentos da sociedade, a partir dos conhecimentos e projetos de vida existentes;

■ 19. Fortalecer o impedimento da entrada (e retirada) das polícias Militar e Civil de dentro das áreas indígenas sem autorização das lideranças;

■ 20. Exigimos a extinção dos processos judiciais contrários a demarcação das terras tradicionais ocupadas pelos povos indígenas.

Nós, povos indígenas do Brasil, per-

OS POVOS INDÍGENAS RECUPERAM SUA MEMÓRIA E HISTÓRIA DE RESISTÊNCIA E SE UNEM NA LUTA POR POVOS LIVRES NUMA TERRA LIVRE.

DOCUMENTO FINAL DA CONFERÊNCIA DOS POVOS E ORGANIZAÇÕES INDÍGENAS DO BRASIL

corremos já um longo caminho de reconstrução dos nossos territórios e das nossas comunidades. Com essa história firmemente agarrada por nossas mãos coletivas, temos a certeza de que rompemos com o triste passado e nos lançamos com confiança em direção ao futuro.

Apesar do peso da velha história, inscrita nas classes dominantes deste país, na sua cultura, nas suas práticas políticas e econômicas e nas suas instituições de Estado, já lançamos o nosso grito de guerra e fundamos o início de uma nova história, a grande história dos "Outros 500".

A nossa luta indígena é uma homenagem aos inúmeros heróis que tombaram guerreando ao longo de cinco séculos. A nossa luta é para nossos filhos e netos, povos livres numa terra livre.

Coroa Vermelha, Bahia, 21 de abril de 2000.

O PT CARIOCA
FINALMENTE
ABANDONOU
O GOVERNO GAROTINHO.
DEVE AGORA RETOMAR
SEU LUGAR NAS
LUTAS POPULARES.

CHICO ALENCAR

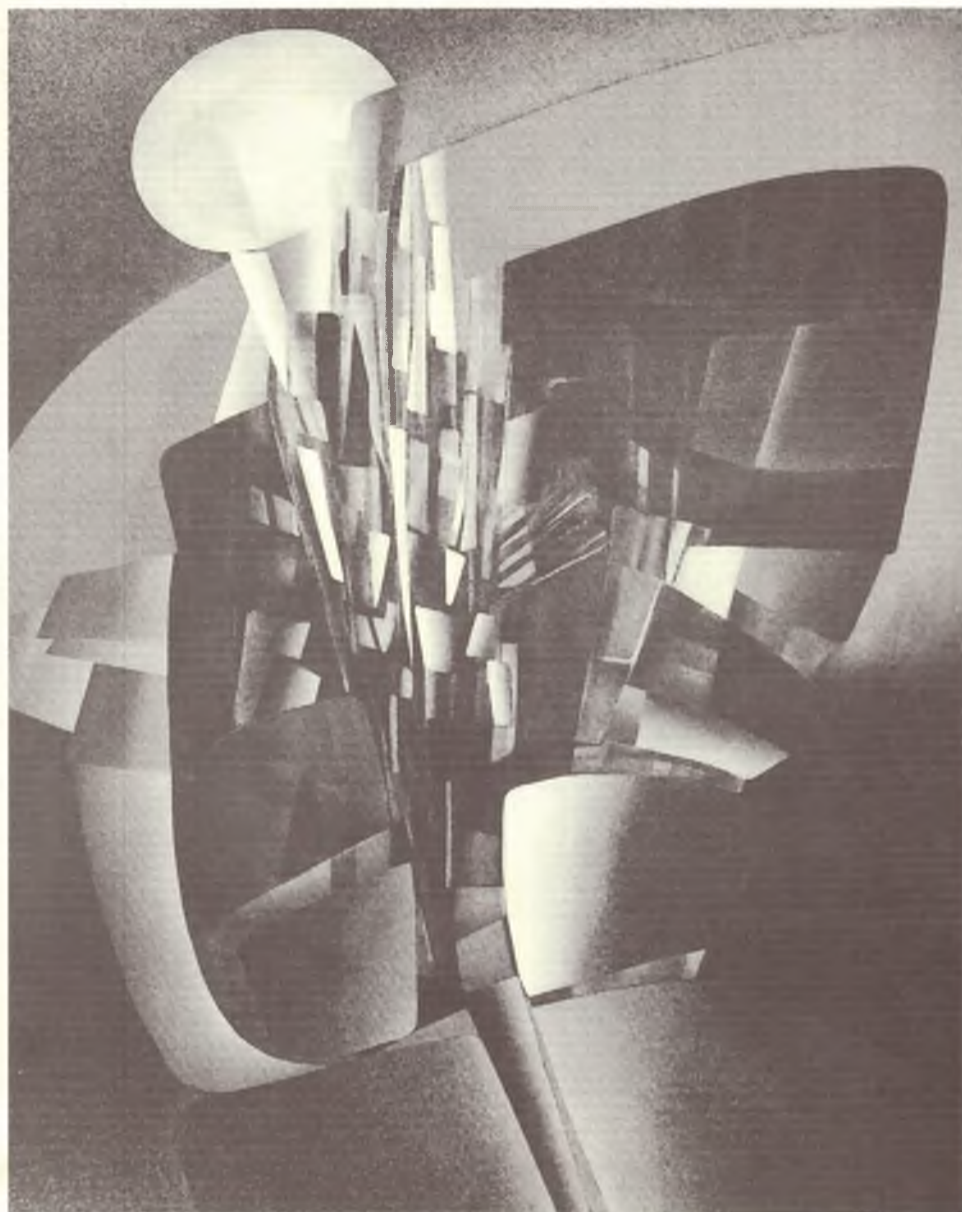
A história recente da política de alianças do PT no Rio de Janeiro sempre esteve polarizada entre ter candidatura própria ou apoiar um candidato do PDT.

Na última eleição para a prefeitura da capital, a política de candidatura própria foi largamente vitoriosa na convenção. Mas isso não foi suficiente para evitar que, em meio à campanha, fôssemos surpreendidos com declarações de membros do Diretório Regional, nos principais jornais, afirmando que "o melhor seria apoiar Miro Teixeira, do PDT" e retirar a candidatura do PT. O castigo para esta política veio rápido. A candidatura de Miro vazou água e coube à nossa modesta, porém combativa, campanha polarizar o quadro eleitoral e, por pouco não fomos para o segundo turno.

Mais recentemente, outra convenção partidária decide, novamente, apresentar candidatura própria às eleições para o governo do Estado. Desta vez a intervenção da direção nacional deu-se de maneira formal. O resultado legítimo da convenção foi anulado e o PT mais dividido do que nunca segue apoiando Garotinho. Após a eleição, uma parte do PT participa do governo e, os problemas vão se acumulando.

O contencioso PT x Garotinho tem os mesmos 15 meses de governo. Todos, em tons variados, criticamos sua tibieza em relação ao governo federal. Não por acaso, FHC diz e repete que tem afinidades ideológicas e poderia estar no mesmo partido que Garotinho. O estilo auto-centrado do governador, cópia fiel de Collor, tem sido a base para o seu "neopopulismo messiânico" que traz consigo a

UM CASAMENTO FORÇADO E LITIGIOSO



ROBERTO RUIZ RIZABARRI, ARQUITETO DE NOGUEIRA LIMA, 1988

aversão ao trabalho de equipe e à participação popular organizada.

Pontualmente, isso se traduziu, ao longo do tempo, em desprezo à representação do PT no Legislativo, implementação da Delegacia Legal sem contrato, acordos com os setores fisiológicos e clientelistas e recuo na "denúncia do esquema Fetranspor/Cabral/Picciani", que ele mesmo fizera. Na CEDAE (Companhia de Água e Esgotos) abre as portas

para a política de privatização. Demitiu, sorridente, o até então forte Secretário Sasse, na Fazenda, que teria se recusado a facilitar a vida de empresários em Campos. Extinguiu autoritariamente a Secretaria de Direitos Humanos.

Garotinho primou pela falta de diálogo com a Comissão de Educação da ALERJ e com o SEPE, a entidade representativa dos profissionais de educação, tentando asfixiar financeira e administra-

tivamente o sindicato. Apequenou o projeto de bolsa escola e implementou o manipulador "cheque-cidadão" que foi dado a 25 mil "fiéis carentes".

Deixou clara sua opção ao exonerar a equipe da área de Segurança Pública que, baseada na política de direitos humanos/ética/investigativa, travava intensa batalha contra os truculentos de sempre, apoiados pela banda podre.

SAI DA LAMA PT

Em meio a toda a crise do governo, destacava-se uma crise particular do PT. Parte das denúncias de corrupção começam a se aproximar, perigosamente, do partido. Além disso, a vacilação entre romper ou tentar equilibrar-se no governo, fez o nome de nosso partido virar piada. Mesmo acusado pelo governador de ser o "partido da boquinha", a "corrente majoritária" ainda obriga o partido a mais um vexame. Aprovam, pela diferença de um voto, em reunião do Diretório Regional que o PT "rompa politicamente, mas não se retire da administração". É o inexplicável "sai-mas-fica".

Finalmente, após termos ido para as ruas com a campanha "Sai da lama PT", a maioria entrega os cargos e se retira do governo, tentando deixar uma porta aberta para um possível retorno. A candidatura da vice-governadora Benedita da Silva à prefeitura do Rio começa, no mínimo, abalada com tais episódios.

Mais uma vez caberá à militância de base retomar o rumo e corrigir erros políticos tão graves. É preciso colocar o PT de novo politizando o cotidiano, incomodando, recriando canais de expressão, marcando presença, serena e firme, ali onde a vida rola, o povo passa, a angústia e a esperança do dia a dia aparecem. Organizar núcleos, filiar com política e não na perspectiva corrosiva do rebanho.

CHICO ALENCAR É DEPUTADO ESTADUAL DO PT-RJ.

A GRAVIDADE DA SITUAÇÃO NO CAMPO

O governo Fernando Henrique Cardoso implementou um modelo agrícola, desde seu primeiro mandato, que representou a marginalização da agricultura nacional e o empobrecimento violento dos trabalhadores que vivem no meio rural. (...)

Recentemente foram divulgados dois estudos de especialistas do próprio governo, como o do prof. Guilherme Dias, que revelam a gravidade das consequências desse modelo. Nos últimos anos, 900 mil pequenas propriedades, com menos de cem hectares foram à falência. Das 700 mil propriedades do setor patronal, apenas 88 mil estão se viabilizando. Dos 4 milhões de agricultores familiares, apenas 700 mil terão viabilidade. Há um empobrecimento generalizado e na média, nenhuma propriedade até 50 hectares consegue ter uma renda mensal superior a um salário mínimo. Dois milhões de assalariados rurais perderam seu trabalho. O crédito rural que atingia na década de 80, aproximadamente 18 bilhões de dólares anuais, agora se limita a 8 bilhões de reais. E continua cada vez mais escasso e longe dos

agricultores familiares. A produção de grãos está estagnada, há dez anos, na faixa de 80 milhões de toneladas.

Na reforma agrária, o governo preferiu a propaganda virtual do que a realidade dura e crua. Não é verdade que assentou 80 mil famílias, em 1999. Os dados oficiais do INCRA revelam que foram assentadas apenas 25 mil, através da desapropriação. O Ministro prefere ir à imprensa criando novas saídas milagrosas como entregar aos governadores estaduais a responsabilidade repassando a eles o Pronaf, o ITR, o Banco da Terra, os ônus de fazer os assentamentos e sofrer as pressões sociais. Estudiosos revelam que o PRONAF é insuficiente e suas condições burocratizadas e desajustadas para as necessidades dos pequenos agricultores e assentados. O ITR só se viabiliza se houver vontade política de cobrança da receita federal (...)

Diante da gravidade da situação, os trabalhadores tem o direito e até o dever de se organizar e lutar por sua sobrevivência. Durante o mês de abril e neste começo de maio, todas as organizações de trabalhado-

res rurais se manifestaram, com ocupações de terra, passeatas e mobilizações. Há nesse momento mais de 500 acampamentos envolvendo mais de 150 mil famílias, vinculadas ao movimento sindical, ao MST, à CPT, ao MLST e a outros movimentos. Estradas e prédios públicos foram ocupados para manifestar a gravidade da situação. Em nenhum deles houve orientação para depredar.

O Governo prefere novamente criminalizar os trabalhadores e suas organizações. O Ministro vai à imprensa acusar o Movimento Sindical, o MST e as entidades de apoio de manterem funcionários do INCRA como reféns. A própria entidade dos funcionários, a CNASI, refutou essas acusações. Estimula os governos estaduais a utilizar a violência para conter os justos reclames. Mais uma vez assistimos à violência desnecessária das Polícias Militares, especialmente em São Paulo, Paraná e Pernambuco. (...)

Não bastassem os episódios vergonhosos da repressão das mobilizações pacíficas dos movimentos indígena, negro e popular; pela PM da Bahia, agora, assistimos a postura truculenta do Governo do Paraná. Durante o ano de 1999, houve dois assassinatos, oito casos de tortura, dezenas de despejos ilegais e 173 prisões arbitrárias. Só nos dois primeiros meses deste ano foram executados 12 desejos violentos, com 96 prisões e 46 feri-

dos entre eles mulheres e crianças. Ontem, em manifestação contra a política agrícola do Governo Federal, pelo menos 1 assassinato, mais de 70 feridos, e a estúpida proibição de os trabalhadores rurais não poderem entrar na capital (...)

De outro lado, a impunidade continua. O levantamento realizado sistemática e rigorosamente pela Comissão Pastoral da Terra revela, que nos quinze anos de redemocratização de nosso país, foram assassinados no campo, 1.169 pessoas, entre lideranças de trabalhadores, sindicalistas, religiosos, advogados, e até dois deputados estaduais. Destes casos, apenas 58 foram julgados em Tribunais. Houve só 11 condenações. Oito dos condenados estão foragidos e apenas três cumprem pena (...)

Diante desse quadro, alertamos a sociedade brasileira para a tensão social que se agrava no meio rural, como consequência do modelo agrícola imposto. As populações do campo não estão se organizando por ideologia ou manipulação política, mas por terem seus direitos aviltados e suas possibilidades de vida digna negadas (...)

Extratos da declaração elaborada em Brasília, em 3 de maio de 2000.

Fórum Nacional pela Reforma Agrária e Justiça no Campo.

ELEIÇÕES 2000: UMA CONJUNTURA FAVORÁVEL

As eleições de 2000 se realizarão num quadro completamente diferente das eleições de 1996. Os efeitos da crise econômica que nos últimos anos mergulhou o país na recessão e no desemprego, serão um diferencial entre os dois processos, possivelmente dando um caráter mais nacional a estas eleições do que à anterior. A fixação do novo salário mínimo em R\$ 151,00, o escândalo Pitta em São Paulo e as manifestações populares contra o esquema oficial de comemoração dos "500 anos de descobrimento do Brasil" indicam um esquentamento na conjuntura, que é favorável ao PT no processo eleitoral. Mesmo considerando uma possível retomada de crescimento em alguns setores da economia (como os juros mantendo-se altos), este crescimento será lento, com uma tendência a não provocar mudanças na economia. Isto reflete no índice de desemprego, que mesmo que apresente alguma queda, continuará em patamares insuportáveis.

Não estamos dizendo com isto que há tendência à crise geral de legitimidade do governo FHC. Nos últimos meses, inclusive, houve uma melhora de imagem medida pelos principais órgãos de pesquisa do país. Contudo, a imagem do governo central ficará em níveis de aprovação bem inferiores aos de 1996, mantendo-se alto o índice de impopularidade do presidente.

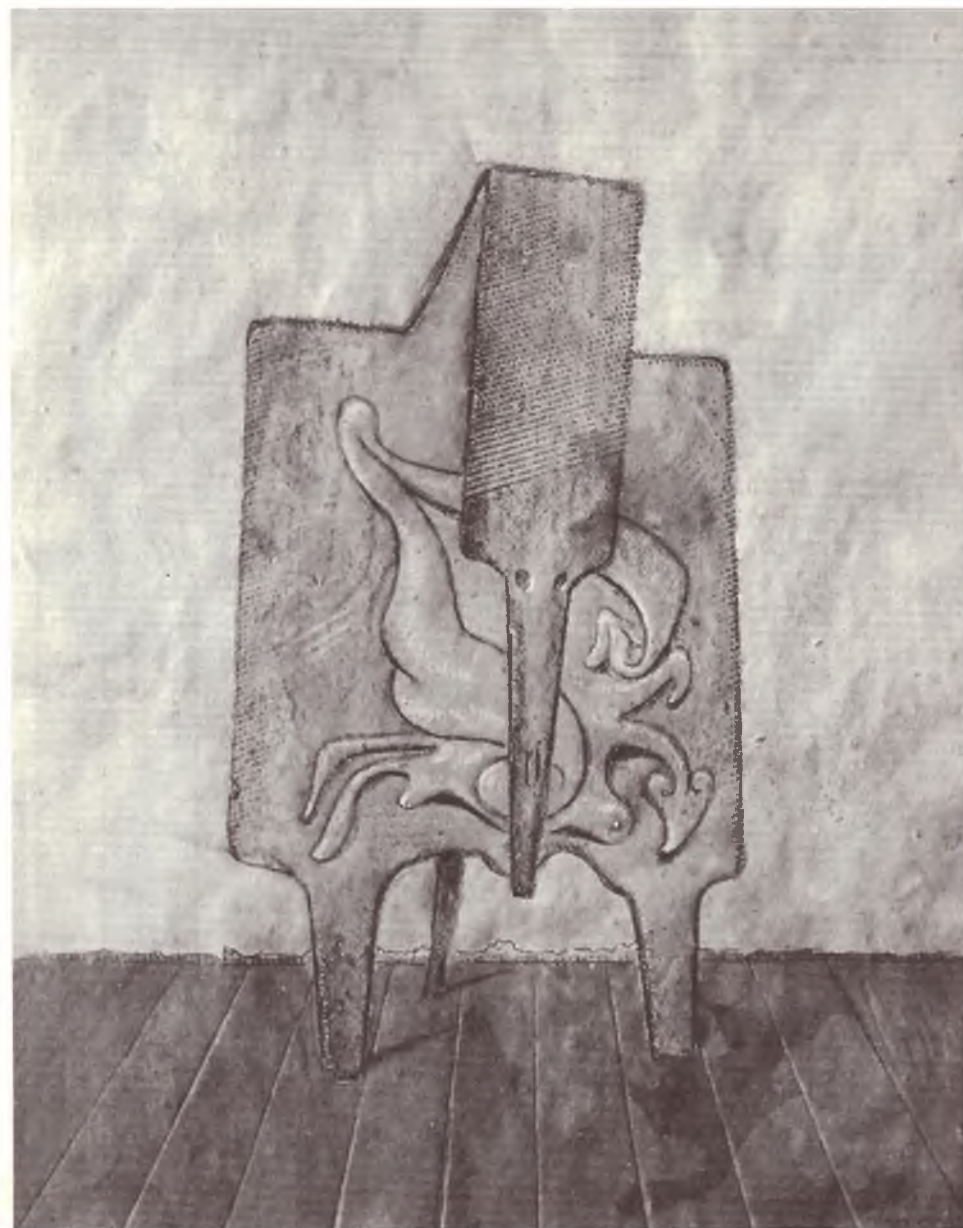
PT DEFINE CANDIDATURAS

No dia 16/04, encerrou no PT, o processo de prévias para a escolha de candidaturas a prefeito. Foram 54 municípios em 12 estados do país, onde no PT se lançou mais de uma candidatura na disputa interna pela indicação ao cargo majoritário nas eleições municipais.

Neste ano, só participaram das prévias filiados até 30/09/99. Isto facilitou o controle das listas, evitando em muitos casos as filiações em massa de última hora, que desequilibraram e viciaram processos passados. Porém, em alguns municípios, em particular no Rio de Janeiro, as filiações no último período ainda tiveram reflexo decisivo no resultado.

O objetivo principal das prévias seria o de aproximar o processo de indicação da candidatura a prefeito à base de filiados, o que é positivo, porém, a utilização de transporte de massas, o uso da máquina estatal, a terceirização profissional de campanhas, a falta de acesso a bolsões de filiados foram características presentes neste processo em vários lugares. Isto lança preocupações sobre se este instrumento é o mais adequado para aferir a vontade da militância petista.

O PT hoje administra 107 prefeituras em 19 estados, sendo que 26 em Minas Gerais, 27 no Rio Grande do Sul e



13 em São Paulo. A maioria destas prefeituras tem uma tendência e reelege candidaturas do PT. Em mais ou menos outros 70 municípios o PT disputa com boas chances de eleição, o que indica um crescimento importante no número de prefeituras administradas pelo PT.

Nas capitais é muito provável a reeleição em Porto Alegre e Belém, além da eleição em Rio Branco e São Paulo, onde o PT está em primeiro lugar nas pesquisas. Existem chances de vitória em Macapá (onde não há segundo turno) e em Salvador, Recife, Teresina e Natal, o PT disputa com chances reais a ida ao segundo turno, e dependendo da definição do nome do candidato em João Pessoa e Aracaju as chances de ida ao segundo turno também são boas. Em Florianópolis, Curitiba, Cuiabá e Campo Gran-

de, o PT deve ter um bom desempenho eleitoral, podendo ficar em segundo lugar, porém as eleições devem ser definidas no primeiro turno das eleições.

No Rio Grande do Sul e em São Paulo é onde o PT tende a ter os melhores resultados regionais, conquistando prefeituras em cidades pólo de importância em macro-regiões.

No Rio Grande do Sul são boas as chances de vitória em São Leopoldo e Sapucaia do Sul na Grande Porto Alegre. No interior do estado cidades pólo importantes como Santa Rosa, Pelotas, Santa Maria, Lajeado, Uruguaiana e Santa Cruz do Sul podem vir a ser administradas pelo PT.

Em São Paulo, o PT deve reconquistar as importantes prefeituras de Santos, Ribeirão Preto, Piracicaba e São José dos

AS ELEIÇÕES MUNICIPAIS DE 1º DE OUTUBRO SERÃO REALIZADAS EM UM QUADRO DE MAIOR DESGASTE DO GOVERNO FHC.

BETO BASTOS

RESULTADOS DAS PRÉVIAS NO PT

MUNICÍPIO/UF	DATA	TURNO	CANDIDATURAS/RESULTADOS
Macapá/AP	25/03	1º	Hélio Esteves - 341 votos Randolfo - 150 votos Job - 66 votos
Rio de Janeiro/RJ	25/03	1º	Benedita da Silva - 4.240 votos Vladimir Palmeira - 3.495 votos
Curitiba/PR	26/03	1º	Vanhoni - 566 votos Dr. Rosinha - 279 votos
São Luiz/MA	01/04	2º	Helena Rilli - 58 votos Washington Luiz - 108 votos
Florianópolis/SC	25/03	1º	Vânio dos Santos - 57% Ideli Salvati - 42%
Ipatinga/MG	02/04	1º	Chico Ferramenta - 62,37% João Magno - 43,07%
Pelotas/RS	02/04	1º	Fernando Marroni - 596 votos Cecília Hypólito - 341 votos Ivan Duarte - 147 votos
São Leopoldo/RS	02/04	1º	Ronaldo Zulke - 416 votos Paulo Barba - 197 votos
Porto Alegre/RS	09/04	1º	Tarso Genro - 3.329 votos Raul Pont - 1.568 votos Fortunatti - 598 votos
Campinas/SP	16/04	2º	Toninho - 535 votos Renato Simões - 500 votos
Guarulhos/SP	27/03	1º	Elói Pietá - 780 votos Orlando Fantazini - 500 votos

Campos. Disputa também com chances em Campinas, Diadema, São Bernardo do Campo, Guarulhos e Araraquara.

BETO BASTOS É ASSESSOR POLÍTICO DO GTE NACIONAL.

LICENÇA PARA DEVASTAR FLORESTAS

Uma comissão mista do Congresso aprovou, dia 10 de maio, o projeto de código florestal do deputado Moacir Micheletto (PMDB-PR), que reduz substancialmente a área de proteção de matas e florestas.

Este projeto foi aprovado como parte das barganhas feitas pelas lideranças governistas para aprovar o novo salário mínimo de 151 reais, que enfrentava resistências na própria base de sustentação do governo. A bancada ruralista teria nele, segundo reconheceu um de seus líderes, o deputado Nelson Marquzelli (PTB-SP), a retribuição por acompanhar o governo na desgastante votação do mínimo. A conexão não escapou à imprensa internacional. O site da BBC expunha, no dia

seguinte, duas manchetes sobre o Brasil: "Rai-va verde em voto sobre Amazônia" e "Aumento de 11% para o salário mínimo brasileiro".

A proposta aprovada reduziu de 80% para 50% o percentual de reserva legal das propriedades localizadas em áreas da floresta amazônica. Encolheu de 35% para 25% a faixa de preservação obrigatória nos cerrados da região. Liberou as fazendas de até 25 hectares da exigência de garantir reserva legal de vegetação de pelo menos 20% da sua extensão (beneficiando metade das propriedades do Paraná, Santa Catarina e Espírito Santo). Pela proposta, as áreas de proteção permanentes das bacias hídricas

passam a ser incorporadas à área de reserva legal de 50% e de 20%. E o projeto aprovado reduziu até a dívida dos proprietários com o governo: foi criado um bônus de preservação para ressarcir os donos das propriedades com supostos gastos com a manutenção das reservas legais, que poderiam ser utilizados para saldar dívidas públicas!

Atualmente, as normas de preservação ambiental são determinadas por medida provisória reeditada há quatro anos (em 1995 foram derrubados 30 mil km² de vegetação, contra 17 mil em 1999). Por ela, a área de proteção nas propriedades rurais na floresta amazônica é de 80% e no cerrado de 20%. Uma comissão mista analisava a con-

versão da medida provisória em lei e o Conselho Nacional de Meio Ambiente defendia que estes percentuais fossem 80% e 35% respectivamente. Foi essa comissão que aprovou a proposta de Micheletto.

O relatório da comissão está sendo bombardeado de todos os lados, mas defendido com intransigência pelos deputados ruralistas, que queriam votar o projeto imediatamente. Entidades e lideranças ambientalistas iniciaram uma mobilização contra o projeto. E a Federação dos Trabalhadores da Agricultura e a CUT também se pronunciaram claramente contra a aprovação do código.

Da redação

A PRÉVIA DE PORTO ALEGRE, QUE INDICOU TARSO GENRO CANDIDATO, EXPRESSA AS TRANSFORMAÇÕES GERAIS QUE VEM OCORRENDO NO PT.

JOAQUIM SORIANO

MUDANÇAS NO PT GAÚCHO



A prévia do PT em Porto Alegre no dia 9 de abril foi um acontecimento político importante. Cerca de 5400 petistas foram votar, um comparecimento inédito no PT gaúcho. Na prévia de 1998, que escolheu Olívio Dutra candidato ao governo do estado, votaram, só na cidade de Porto Alegre, em torno de 3400 pessoas. E nos encontros zonais deste ano, ocorridos em 16 de abril, depois da prévia, tivemos cerca de 3300 participantes. Tarso Genro foi escolhido candidato do partido à prefeitura de Porto Alegre por 60% dos votantes.

Os jornais do dia 9, que saem no sábado à tarde, dedicaram suas manchetes principais e muito espaço para a disputa interna do PT, concluindo uma cobertura, no geral, bastante destacada, do processo como um todo. O destaque dado à prévia reflete a preferência do eleitorado portoalegrense pelo partido. Várias pesquisas de intenção de voto, de diferentes institutos, afirmavam que qualquer um dos três candidatos que disputavam a indicação do PT (Raul, Fortunati ou Tarso) venceria as eleições. Estas pesquisas também destacavam o favoritismo de Tarso.

A principal razão para a candidatura de Raul Pont, atual prefeito de Porto Alegre, era constituir um campo político na disputa da prefeitura que se referenciasse no mesmo que foi vitorioso em 1998, expressando o compromisso solidário com

o governo do estado fortemente atacado pela direita. O apoio de Olívio à candidatura Raul confirma esta tese. O que é natural, já que Raul Pont foi, ao longo deste

primeiro período do Governo Popular do Rio Grande do Sul, um dos principais defensores do projeto que vem sendo implantado no estado, tendo assumido

uma papel de destaque ao se contrapor à direita – seja dos representantes do antigo governo, do monopólio dos meios de comunicação, do governo FHC, de grandes empresas como a Ford.

AS DIFICULDADES DO GOVERNO

O primeiro ano do Governo estadual foi muito difícil. Terminou com uma grande derrota quando, no final do ano passado, as propostas de reforma administrativa do Governo não foram aprovadas pela Assembléia Legislativa. Elas envolviam, entre outras questões, a elevação do piso e o estabelecimento de teto salarial dos servidores e a elevação seletiva de alíquotas de impostos. Perder para a maioria conservadora na Assembléia era previsível. No entanto, a maioria da direção da CUT-RS e a do CPERS (sindicato dos professores da rede públicas do estado) se manifestaram contra as medidas. Foi a primeira vez que o movimento político e social que levou Olívio Dutra ao Governo do estado se dividiu. A outra foi já neste primeiro semestre quando da greve dos trabalhadores e das trabalhadoras da educação pública estadual (ver página 8).

As adversidades enfrentadas pelo Governo Popular colocaram parte da opinião pública, antes favorável, em posição de neutralidade ou de expectativa passiva. É neste ambiente que a candidatura de Tarso se fortaleceu. Para um público petista menos orgânico à vida partidária, que no mais das vezes acompanha o debate partidário mediado pela grande imprensa, a alternativa Tarso não havia acumulado nenhum desgaste no último período. Ao mesmo tempo os meios de comunicação faziam uma cobertura favorável à sua pré-candidatura.

A reivindicação pelos três candidatos da experiência vitoriosa das três ges-

O RISCO DA DERROTA CULTURAL

LUIZ MARQUES

Em busca do quarto mandato consecutivo na administração da cidade que, a justo título, é considerada a capital da democracia no Brasil, as prévias para a indicação do candidato do PT à prefeitura de Porto Alegre realizaram-se sob um clima tenso. Tiveram como pré-candidatos o atual prefeito Raul Pont, o vice José Fortunati e o ex-prefeito Tarso Genro, todos na liderança das pesquisas para as próximas eleições quando confrontados com os gladiadores virtuais dos partidos adversários. O processo mobilizou a militância e os simpatizantes petistas e contribuiu para legitimar politicamente a indicação de Tarso Genro na sociedade. O PT sai então fortalecido para uma disputa eleitoral em que o conservadorismo acha dificuldades para definir o(s) seu(s) candidato(s).

O lado triste da história é que, sob diversos aspectos, a vitória política do PT ao escolher o seu representante no pleito de outubro veio acompanhada do risco de uma grave derrota cultural em face do modo de fazer política da direita em nosso país. O padrão de aliciamento utilizado para amealhar votos, através do transporte de eleitores com

ônibus alugados e lanches pagos, bem como a participação de centenas de cabos eleitorais vindos de municípios distantes (em particular, Gravataí) para promover um volume visual de campanha e efetuar boca-de-uma, mostraram que o PT da capital da democracia também sofre a ameaça de métodos antidemocráticos que não enobrecem quem deles se beneficia. Esse é o fantasma a ser esconjurado da práxis política daqui em diante, ainda que o espectro não possa ser usado para empanar o brilho e a lisura da escolha majoritária.

O FIM DE UM CICLO

Como sublinhou Raul Pont após a apuração das urnas, "os problemas havidos não alteraram o resultado final, mas mexeram profundamente com nossa relação partidária e devem ser discutidos internamente". Assim, o relacionamento intramilitante no partido deixa de ser a presentificação ética e moral do futuro que desejamos para o conjunto dos cidadãos. Pior: corre o risco de passar a refletir acriticamente o valeduto em busca do sucesso estimulado pelo neoliberalismo.

A realização das prévias em Porto Alegre fechou um ciclo de ilusão no imaginá-

rio da esquerda partidária. Não é verdade que o PT gaúcho seja imune à degeneração ideológica que atinge a esquerda no mundo contemporâneo, que, de forma vertiginosa, relega ao segundo plano os princípios em nome de um pragmatismo orientado por uma "política de resultados" de acordo com as regras do jogo dominante. A despolitização crescente do PT nos episódios eleitorais, que já não contemplam a necessidade do debate programático entre os militantes, cada vez mais tratados como espectadores de decisões tomadas pelos dirigentes, revela que a acomodação mundial da esquerda aos marcos do capitalismo tem sido, inclusive, facilitada por procedimentos legalizados pela própria Direção Nacional do Partido dos Trabalhadores. Isto é, pelas sensibilidades que lhe dão sustentação.

Os meios, no caso, absorvem e comprometem os fins. Trata-se de uma doença anunciada. Nesse ambiente, é impossível que os vícios da política tradicional não se instalem no Rio Grande do Sul, embora em um grau ainda incomparavelmente menor que em outros estados, como no Rio de Janeiro e em São Paulo, por exemplo. A diferença, contudo, é quantitativa e não qualitativa. O PT gaúcho, nas esferas municipal e estadual,

porque encaminha com base na participação popular políticas contrárias às privatizações e às exclusões sociais, é um emblema administrativo da luta da humanidade contra o neoliberalismo, em termos políticos. Mas nem por isso deve ser visto como uma fortaleza invulnerável aos ataques do pensamento único, em termos culturais.

VIRTUDES DO PT EM XEQUE

Essa é a melhor lição das prévias para a esquerda partidária: o resgate político (de curto prazo) e cultural (de médio e longo prazos) das origens socialistas do partido, por oposição às inflexões social-democratas que o golpeiam na atualidade, é uma tarefa nacional além de regional. Nenhuma das virtudes históricas do antigo PT gaúcho, antes celebradas em prosa e verso, poderá sobreviver sem que se articulem nacionalmente com mudanças no vetor principal do partido.

Que, não obstante, organizações da esquerda partidária tenham se pautado por uma pragmática regionalista, é sinal de que perderam durante as prévias a referência maior (nacional) para a construção dos rumos do partido. Repetiram, voluntária ou involuntariamente, o erro clássico do reformismo: pegar os atalhos da incoerência nos momentos que o caminho leva a uma encruzilhada. Desse modo, julgando dar um passo à frente, deram com certeza dois atrás.

tões petistas em Porto Alegre minimizou o debate programático e com isso as diferenças não apareciam. E tampouco tiveram importância os grandes debates nacionais das tendências internas que polarizaram a militância petista e conformaram os campos políticos no debate do II Congresso do PT. Adversários ferrenhos do passado recente estavam juntos na defesa da alternativa Tarso. A direção da tendência Articulação de Esquerda comemorou junto com a direção da tendência PT Amplo e Democrático; as defesas ferrenhas de teses que se pretendiam de esquerda e os ataques aos moderados desapareceram nos novos posicionamentos movidos pela disputa do espaço institucional conquistado pelo PT gaúcho.

ISOLAMENTO DA DEMOCRACIA SOCIALISTA

Na prévia em Porto Alegre a tendência Democracia Socialista, da qual Raul Pont é um dos principais dirigentes, sofreu um enorme isolamento. O engajamento da DS nas tarefas e na defesa do Governo Popular foi atacado pela grande imprensa (e pela direita) como controle absoluto do governo e como uma perspectiva radical-socialista. Pioneiro nesta colocação foi o deputado Buzato, do PMDB e ex-secretário do governo Britto, que elegeu a DS como inimiga central, logo no início do governo Olívio. Uma ampla campanha pública, nos meios de comunicação (sobretudo na RBS), foi desenvolvida neste sentido (ver abaixo). A "demonização" da DS foi respaldada no debate interno por muitas das correntes que apoiaram Tarso.

De outro lado, a prévia de Porto Alegre demonstrou que as novas regras do funcionamento interno do PT, que lentamente alteram o perfil do partido militante, de luta e de massas fundado há

20 anos, organizam as disputas de forma bastante distinta das que até então se travavam. Antes organizava-se o debate interno e votavam filiados e filiadas que acompanhavam minimamente a vida interna do PT. Nestas prévias pesou decisivamente a formação de uma opinião interna ao partido através da grande imprensa amplamente favorável à candidatura Tarso: o petista moderado que dialoga com amplos setores da sociedade. Além disso, a aliança interna que fez de Tarso o candidato do PT forjou uma aparente identidade petista, alheia às diferenças, dificultando ainda mais o debate político entre os pré-candidatos.

Pesou contra a candidatura de Raul também o fato de ser candidato à reeleição. O PT foi contra a reeleição e Raul destacou-se à época como um porta-voz das teses do partido. Mesmo que 90% dos prefeitos do PT eleitos em 1996 sejam hoje candidatos à reeleição, em Porto Alegre o argumento era mais fraco. Lá o PT tinha outros candidatos com igual chance de representá-lo na disputa.

Finalmente, a candidatura Tarso organizou, no dia 9 de abril, um grande aparato para a "reta final" e uma "boca de urna" que nunca havia sido visto no Rio Grande do Sul. O favoritismo eleitoral, ampliado pelas pesquisas e pela cobertura favorável da imprensa, foi garantido por uma forte máquina de campanha.

O APOIO ORGANIZADO POR TARSO

Em 1998 Tarso Genro disputou com Olívio Dutra e perdeu a indicação do PT para concorrer ao Governo do Estado. Olívio derrotou Brito no segundo turno e tornou-se Governador do Rio Grande do Sul. No entanto, naquele ano entre os petistas de Porto Alegre, Tarso vencera a disputa interna. Mas ele se recusou a participar da chapa majoritária, como vice ou concorrendo ao Senado, man-

tendo-se desde então formalmente ausente da política gaúcha. O silêncio de Tarso frente aos violentos ataques que o Governo Popular recebeu (e recebe) da direita fala alto.

Derrotado no Rio Grande, sua ação voltou-se para o plano nacional. Finalmente, em meados de 1999, Tarso rompeu com sua antiga tendência no Rio Grande do Sul, o PT Amplo e Democrático, que manteve a candidatura do vice-prefeito José Fortunati para a disputa interna. O retorno formal de Tarso Genro à atividade política no Rio Grande do Sul foi a organização, primeiro, da Rede, nome dado à articulação de uma corrente que não se fortaleceu. Depois, lançou-se à pré-candidatura de prefeito atraindo para suas posições a direção do PT Amplo e Democrático (que abandonou a candidatura do Fortunati), as direções de várias correntes locais e da Articulação de Esquerda. Foi apoiado pela Força Socialista e por um setor tradicionalmente aliado à DS, a Esquerda Democrática (que tem como um dos principais dirigentes o companheiro Flávio Koutzii).

NOVAS INTERROGAÇÕES

A prévia de Porto Alegre impõe algumas reflexões.

Quais as fronteiras do PT? Do partido baseado em núcleos, do partido de massas e militante que decidia pelo debate interno e pelo voto nos Encontros transformamos em um partido em que os filiados são chamados a votar na urna aberta o dia inteiro, mesmo sem ter participado do debate. Agora a democracia interna do partido é mais afetada pela formação de opinião disseminada pela grande imprensa. Tornamos um partido de fronteiras tênues entre o interno e o externo. Um partido, portanto, muito mais permeável pelo senso comum. A eleição direta para as direções partidárias em todos os níveis, apresentada pela tese vitoriosa no II Congresso, pode transformar disputas internas — como as que ocorrem nas prévias — na perda da autonomia e da

independência do PT.

De outro lado, qual o desdobramento no PT-RS da prévia de Porto Alegre?

Nos encontros zonais já não se manteve a mesma composição de forças internas da prévia. E o Encontro Municipal do dia 7 de maio, que escolheu o vice-prefeito mostrou o limite e os problemas dos alinhamentos da prévia. No primeiro turno, disputaram a indicação João Verle, da DS, apoiado pelo campo político que esteve com Raul na prévia e pela Esquerda Democrática (que teve 611 votos, 39,8%), Guilherme Barbosa, da Articulação de Esquerda, apoiado por Tarso (que teve 578 votos, 37,7%), a deputada Maria do Rosário, do Movimento de Construção Socialista, apoiada pela Força Socialista (que teve 193 votos, 12,6%) e o atual vice-prefeito José Fortunati (que teve 152 votos, 9,9%).

No segundo turno, Verle foi escolhido candidato a vice-prefeito com 761 votos (contra 629 votos dados a Guilherme Barbosa), com os votos dos apoiadores de Maria do Rosário e parte dos apoiadores de Fortunati. A vitória de Verle, atual presidente do Banrisul, reduz o impacto da escolha de Tarso como candidato a prefeito, reafirmando o peso da esquerda petista nos fóruns mais militantes do partido, mas confirma a profundidade dos realinhamentos que estão ocorrendo no PT gaúcho.

Mas a questão central é como se colocarão os diversos setores que ajudaram a escolher Tarso com relação ao governo estadual e aos problemas enfrentados por ele. Após a formação da chapa para Porto Alegre, voltamos ao primeiro plano os debates sobre os problemas do governo estadual e sua relação com o projeto político geral do PT, com nossa base social e com a construção partidária. Os deslocamentos políticos recentes e os desafios colocados tenderão a se condensar na postura frente ao Governo Popular.



JOAQUIM SORIANO É SECRETÁRIO DE FORMAÇÃO DA EXECUTIVA NACIONAL DO PT.



ABSTRACTO SORIANO, 1988

A tendência interna do PT, Democracia Socialista (DS), à qual pertence o vice-governador Miguel Rossetto, é apontada pelos "cães de guarda" da burguesia no jornalismo como aquela que controlaria o maior número de cargos e secretarias relevantes na administração estadual. Que os fatos desmintam a afirmativa, pouco importa. Dentro e fora do partido, explorou-se no último período a "vocaçãõ hegemônica da DS" para desqualificar a pré-candidatura de Raul Pont.

O falso argumento fez recair sobre a DS toda a responsabilidade coletiva de governar um Estado quebrado na administração anterior, do PMDB; cercado pelo monopólio das comunicações; com uma maioria de deputados hostis na Assembléia Legislativa e enfrentando tensões na relação com o funcionalismo, em especial os trabalhadores da educação. A greve destes, encerrada na semana que antecedeu as prévias e (mal) conduzida por vertentes sindicais ligadas ao "PT Amplo e Democrático", à "Articulação

de Esquerda" e à "Corrente Socialista dos Trabalhadores", que apoiariam depois a postulação de Tarso Genro, trouxe um desgaste para o governo na opinião pública.

Convém lembrar que, no movimento paredista, por ter proposto negociação sem paralisação, a DS foi acusada de "governista" por lideranças que iam do oportunismo ao esquerdismo. Por entender que a solução do problema salarial do funcionalismo público é uma questão política, num governo da classe trabalhadora, em vez de uma questão que se reduza à capacidade de mobilização e luta do magistério, foi acusada de "imobilista". Isso fez com que a DS fosse conhecida como a tendência mais orgânica empenhada na defesa do governo, o que, com evidente impacto nas eleições que se processavam, serviu para alimentar a estratégia de sua demonização.

A estratégia cumpriu uma dupla e desleal função na disputa: a) minimizar o alcance da discussão política sobre as concepções de partido em escala nacional e; b) canalizar a insatisfação com o primeiro ano do governo estadual para a corrente que, publicamente, no discurso e na prática, jamais pôs em dúvida o papel estratégico do mesmo no enfrentamento às políticas neoliberais de FHC. Não à toa, portanto, a derrota eleitoral da DS e das demais correntes aliadas é interpretada pelos editorialistas da grande imprensa e pelos inimigos do projeto do campo democrático e popular

como uma derrota política do governo Olívio Dutra. É o preço a pagar pela demonização maniqueísta e irresponsável. Será cobrado e amplificado, amanhã, na campanha propriamente dita.

A UNIDADE É UM VALOR NA LUTA

Os eleitores filiados que votaram majoritariamente em Tarso Genro para representar o PT, na pugna institucional que se aproxima contra os próceres neoliberais das agremiações da direita, tinham na mente e no coração a vontade de prosseguir o trabalho de democratização do poder local em Porto Alegre, via o Orçamento Participativo. Não mereciam ver sua livre opção sombreada por práticas, desde há muito, condenáveis pela cultura petista. Optaram por quem consideravam o candidato mais adequado para vencer o pleito. E este é, agora, o candidato de todos nós.

Tarso Genro reúne condições para transformar em realidade o quarto mandato do PT e da Frente Popular na capital da democracia, onde em torno de 70% do eleitorado aprova a atual administração. A luta continua, companheiras e companheiros! Até à vitória! **Porto Alegre, 11/04/00.**



LUIS MARQUES É SECRETÁRIO-ADJUNTO DA CULTURA DO GOVERNO DO RIO GRANDE DO SUL.

FALTOU DISPOSIÇÃO, RESPONSABILIDADE E COERÊNCIA POLÍTICA POR PARTE DA MAIORIA DA DIREÇÃO DA ENTIDADE PARA SUPERAR OS IMPASSES.

REJANE OLIVEIRA

Em 1999, no processo eleitoral para a renovação da direção do Centro dos Professores do Estado do Rio Grande do Sul – CPERS/Sindicato, houve um duro debate entre as duas chapas cutistas que disputavam a direção da entidade. Ele pode ser resumido na seguinte questão: quem era independente e/ou autônomo em relação ao Governo do Estado e ao seu projeto democrático e popular.

A chapa 2, que hoje dirige o CPERS/Sindicato, foi a que apontou a necessidade de algum atrelamento ao governo; a maioria da direção da entidade sustentou o nome de Lúcia Camini para a Secretaria de Educação do Estado. O fato de ter se envolvido com tanto empenho na composição do Governo foi um dos fatores que fez com que a atual direção do CPERS/Sindicato posteriormente achasse necessário provar a autonomia e/ou independência da entidade frente ao movimento, mesmo que isto terminasse provocando a derrota da categoria. Durante todo o ano de 1999, a direita neoliberal acusou a atual direção do CPERS/Sindicato de pelega, por não mobilizar a categoria contra o governo estadual. A direção da entidade aceitou a provocação e trabalhou movida por esta agenda. Foi com esta política que anunciou, desde o início de sua gestão, que o ano letivo de 2000 não se iniciaria sem uma nova proposta salarial.

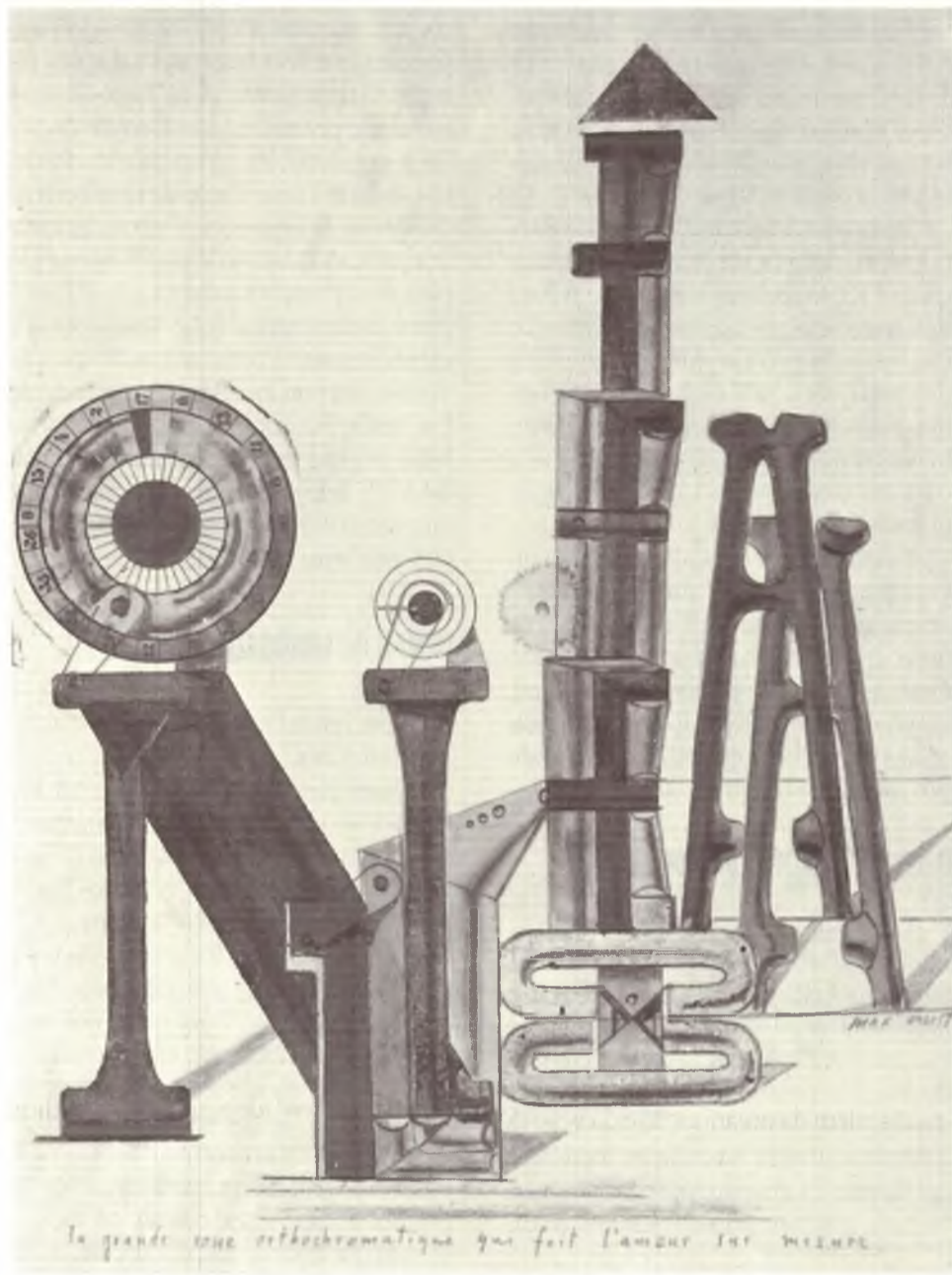
Em dezembro de 1999, o Governo do Estado apresentou um conjunto de medidas que afetavam o funcionalismo, cometendo um grande erro – deixou vaziar pela imprensa o conteúdo destas medidas sem antes discutí-los com os trabalhadores(as). Talvez pelo fato do governo não ter discutido com sua base de sustentação, a direção do CPERS/Sindicato não conseguiu enxergar o mérito das medidas. Havia propostas negativas, como o abono e o aumento da contribuição para o Instituto de Previdência do Estado (IPE), e propostas muito positivas e importantes como o teto salarial (que diminuía a diferença do menor para o maior salário de 140 para 23 vezes) e o aumento seletivo de impostos (onerando apenas os grandes empresários).

A GREVE

As reivindicações da categoria são reais e legítimas e a direção deve cumprir seu papel de organizar a luta da categoria. Mas, frente as propostas do governo, a direção do CPERS/Sindicato cometeu um enorme equívoco, rejeitando as medidas sem discutí-la com a categoria.

O governo apresentou uma proposta salarial de 10% de reajuste e 20% de aumento no vale-refeição. No dia 2 de março, a assembleia geral da categoria aprovou a greve. Nós, da corrente Alter-

CPERS: ERA PRECISO PROVAR A AUTONOMIA



nativa Sindical Socialista (ASS), nos posicionamos contrários à greve, por entender que as negociações não estavam esgotadas e que a categoria não estava mobilizada o suficiente para desencadear o que foi chamado de “Greve Até a Vitória”.

Apesar da ASS ter votado contra a greve, todos os seus militantes respeitaram a decisão da assembleia e se mantiveram em greve até ela ser encerrada. Durante o processo, a direção do CPERS/Sindicato instalou uma prática anti-democrática, não respeitando as diferenças no interior do movimento e perseguindo todos aqueles que faziam uma avaliação diferente da maioria da direção.

A atual direção do CPERS/Sindicato, além de ter possibilitado o palco para a direita disputar a base da entidade, em nenhum momento enfrentou o projeto neoliberal. Motivos para isto tinha de sobra. Afinal de contas, foram as políticas adotadas pelos governos anteriores que causaram a presente situação de miséria. Ao invés disto, seu discurso somou-se ao da direita, dizendo que o governo escondia números e valores, igualando o governo Olívio aos governos de direita. Esses companheiros(as) não tem a compreensão do que significa a disputa de projetos dentro da sociedade e esquecem que a possibilidade de resgate da dignidade dos trabalhadores em educação é através do projeto democrático e popular.

Por não entender estes elementos de um processo estratégico de acumulação de forças, a maioria do comando de greve não se dispôs a negociar com o governo. Somente após muito pressão de base, participou de uma reunião de negociação, na qual manteve-se calada, demonstrando a falta de vontade política para resolver o impasse. Já na segunda semana de greve, a categoria percebendo a falta de iniciativa da direção, começou a voltar para a sala de aula.

A Alternativa Sindical Socialista, a Esquerda Democrática, o Movimento de Construção Socialista, a Corrente Sindical Classista, o Movimento Sem Terra, a militância do PCB, a CUT/RS e outros movimentos, preocupados com os vários equívocos da direção majoritária do CPERS/Sindicato e com a necessidade de evitar a derrota dos trabalhadores em educação e o enfraquecimento do sindicato, escreveram vários documentos conjuntos tentando alertar a direção do sindicato. Não foram ouvidos

O FIM DA GREVE

Na assembleia do dia 28/03, enquanto defendíamos o término da greve (mesmo considerando a proposta do governo de 14% insuficiente mas entendendo-a como uma medida de caráter emergencial), a direção do CPERS/Sindicato e a maioria do comando de greve conti-

nuaram defendendo a greve até a vitória, mesmo frente ao seu esvaziamento.

Fomos xingados, nossos nomes foram expostos em placas ao público e, num arroubo totalitário, propuseram a exclusão dos nossos companheiros(as) do comando de greve. Tínhamos convicção de que os vários equívocos cometidos pela direção, poderiam levar a categoria a uma derrota e que nosso papel era fundamental para tentar evitar isto. Infelizmente não nos escutaram e, dois dias depois da penúltima assembleia, a direção do CPERS/Sindicato começou a ligar para os núcleos pedindo que organizassem ônibus para a próxima assembleia que deveria definir o fim da greve. Esta brusca mudança de posição, da “Greve Até a Vitória” no dia 28, para o “Fim da Greve” no dia 30, foi motivada pelo retorno maciço da categoria às salas de aula, apesar dos apelos do Sindicato.

Na última assembleia, no dia 03 de abril, a direção do CPERS/Sindicato, com a mesma dificuldade de respeitar as diferenças de opinião, as instâncias de base e garantir a democracia, não atendeu ao pedido dos trabalhadores(as) de contar os votos, pois ninguém tinha certeza do resultado, e anunciou “sem sombra de dúvidas” o encerramento da paralisação.

Mais uma vez a direção do CPERS/Sindicato não respeitou a democracia do movimento. Os trabalhadores voltaram-se contra ela manifestando-se com palavras de ordem pesadas, como “fora pelegos traidores”.

UMA CONDUÇÃO EQUIVOCADA

Essa assembleia ficará na história do CPERS/Sindicato como exemplo de condução equivocada, de falta de respeito à democracia e pelas manobras cometidas pela maioria da atual direção do CPERS/Sindicato.

A categoria, porém, reconhece que a responsabilidade e a coerência políticas são fatores importantes para a resolução de impasses originados nas lutas da classe trabalhadora. Percebe, também, que uma direção que cria falsas expectativas, para simplesmente provar que é combativa, corre o sério risco de jogar os trabalhadores em perigosas aventuras.

Ao final, a categoria conquistou 14,9% e um conjunto de reivindicações históricas, como o fim da sobreposição dos níveis e a liberação das promoções trancadas desde 1994.

O Governo Olívio/Rossetto tem o compromisso e a obrigação de resgatar as perdas salariais do conjunto dos servidores públicos estaduais e temos a convicção de que o farão, apesar do Estado falido que conquistamos. O governo têm a coerência histórica no Partido dos Trabalhadores gaúcho. Afinal, na Prefeitura de Porto Alegre, enquanto a inflação foi algo em torno de 80%, o funcionalismo público municipal recebeu, aproximadamente 120% em reajustes e aumentos salariais.

REJANE OLIVEIRA É TESOUREIRA DA CUT/RS E DIRIGENTE DO 39º NÚCLEO DO CPERS/SINDICATO.

DISTINGUIR ALIADOS DE INIMIGOS

A CUT-RS está, no debate preparatório para seu Congresso Estadual, discutindo o tema da autonomia e independência do movimento sindical frente a um Governo Democrático e Popular. Esta questão ganhou enorme atualidade em função das divergências que emergiram durante a greve dos professores estaduais. Trata-se de uma discussão de alcance estratégico, de interesse para o conjunto da esquerda brasileira. Reproduzimos o trecho da tese apresentada pela Alternativa Sindical Socialista que trata da Estratégia.

Trabalhamos, nesta tese, alguns elementos que, a nosso ver, devem se constituir em diretrizes para a construção de uma relação política entre os movimentos sociais e populares e o governo democrático-popular no Rio Grande do Sul, para continuamente fortalecermos nosso projeto estratégico de resistência e combate ao capitalismo, a construção do socialismo democrático e a autonomia dos nossos movimentos e entidades.

A construção de nossa estratégia política deve combinar o fortalecimento das nossas entidades e movimentos, de caráter classista, democrático e combativo, com nossa inserção, qualificada e comprometida, na institucionalidade.

Nossos movimentos, nestes dois importantes espaços, devem ser combinados, solidários e autônomos. E, sobretudo, unidos por compromissos de classe.

AUTONOMIA E INDEPENDÊNCIA

Os movimentos e as entidades da classe trabalhadora devem manter uma relação de autonomia em relação ao governo democrático-popular no Rio Grande. Mas algumas posições internas à CUT sustentam que deveríamos ter independência em relação ao governo.

Primeiro, devemos nos perguntar qual é a diferença entre autonomia e independência?

Autonomia é a relação política que os nossos movimentos e as nossas entidades estabelecem com os partidos, os governos e as demais entidades do nosso campo de classe. É a relação política que a CUT e os nossos sindicatos filiados estabelecem com o PT, o PSTU, o Pcdob, o PCB, o MST, a CMP e o governo Olívio, dentre outros.

Independência é a relação política que os nossos movimentos e as nossas entidades estabelecem com os partidos burgueses - o PMDB, o PFL, o PPB, o PTB - com a patronal FIERGS e com o Estado burguês e os governos capitalistas.

Portanto, a diferença entre autonomia e independência está exatamente na linha de classe.

Queremos realizar ações políticas com os quais temos autonomia para derrotar aqueles perante os quais temos independência.

Historicamente, a direita defende que os sindicatos devem ter independência em relação a quaisquer governos porque prescindem dos trabalhadores para executar seu projeto de dominação de classe. Com isto, querem impedir que haja o desenvolvimento de projetos estratégicos socialistas assentados nos movimentos sociais e populares.

Neste debate é muito fácil confundir

governo e Estado. A direita se utiliza da tênue linha conceitual que os separa e defende que os movimentos tenham independência em relação aos dois.

O Estado brasileiro, por sua gênese, sua estrutura, sua dinâmica, seu caráter de classe é um Estado burguês. A grande maioria dos governos que têm gerido este Estado são burgueses. Porém, aqui no Rio Grande do Sul temos um governo da nossa classe, eleito por nós, gerindo parcela deste estado burguês.

Temos, portanto, no Rio Grande do Sul, um governo democrático-popular gerindo parcela do Estado burguês.

Nossa luta deve orientar a militância para alterar o caráter e a função histórica deste Estado, girando-o contra a classe que o criou e o nutriu. Devemos utilizar os sistemas de força do Estado burguês para enfrentar a própria burguesia, nos seus recursos, nos seus valores e no seu patrimônio. É claro que isto é perigoso e até contraditório. É por isto que Vitor Buaiz, no Espírito Santo, acabou traindo a classe que o elegeu, ou seja, não imprimiu uma dinâmica de transformação social em suas ações políticas. Não governou com e para a nossa classe. Governou contra a nossa classe. A forte dinâmica do Estado burguês submeteu seu governo à lógica tradicional reinante.

O governo Olívio/Rossetto tem todas as condições de construir processos de transição e ruptura com a ordem capitalista. Para tanto, precisarão muito dos movimentos sociais e populares organizados, além da organização e da ação do povo no Orçamento Participativo.

CONSTRUÇÃO DA HEGEMONIA SOCIALISTA

A construção da hegemonia socialista - através da crescente acumulação de forças e da ocupação de posições políticas de poder combinadas com a contínua e permanente dinâmica dos movimentos, visando conquistar novas posições de poder nas diferentes esferas do Estado, na sociedade e no próprio mercado - deve orientar, estrategicamente, nossas ações.

No Estado, gerindo recursos, de forma honesta e comprometida com a nossa classe, enfrentando a burguesia e propiciando a classe trabalhadora condições dignas de vida e trabalho. Pautando a democracia, a independência de classe e os valores socialistas como princípios inalienáveis. As prefeituras de Porto Alegre, Caxias do Sul, Alvorada, dentre outras, assim como o governo do estado são exemplos desta política.

Na sociedade, construindo a organização do povo e da classe trabalhadora para que o Estado se abra e atenda as demandas sociais dos que mais necessitam. O Orçamento Participativo é um grande exemplo desta estratégia.

No mercado, pautando a luta de classes, exigindo condições de vida e trabalho, lutando contra o corte de direitos e pela conquista de vários outros direitos sociais, como, a redução da jornada de trabalho, salários dignos, escala móvel de salários, direito à organização no local de trabalho, liberdade e autonomia sindical, direito de greve etc.

O SINDICALISMO COMBATIVO DEVE BUSCAR ACORDOS COM OS GOVERNOS POPULARES, MANTENDO SUA AUTONOMIA, PARA DERROTAR SEUS ADVERSÁRIOS.

ALTERNATIVA SINDICAL SOCIALISTA

Esta nossa estratégia de conquista de poder leva, permanentemente, em conta, a correlação de forças no momento histórico em que a se trava a luta. Sabe distinguir quem são os aliados de classe e os inimigos de classe. Quando não se tem esta clareza, as vezes, ataca-se mais o aliado que o inimigo.

Isto indica que a relação política entre a CUT/RS e o governo Olívio/Rossetto deve ser de autonomia. Coerente com esta concepção, a CUT/RS deve apoiar, decididamente, as ações do governo democrático-popular que visem enfrentar FHC, o neoliberalismo e a burguesia local, ao mesmo tempo em que pressiona e critica o governo Olívio para defender os interesses da classe trabalhadora.

O Executivo gere apenas uma pequena parte da riqueza social. Nosso objetivo deve ser o de pressionar o nosso governo e atacar a burguesia para que o volume de recursos auferidos atendam plenamente as demandas sociais da nossa classe e, desta forma, redistribua a riqueza injustamente acumulada.

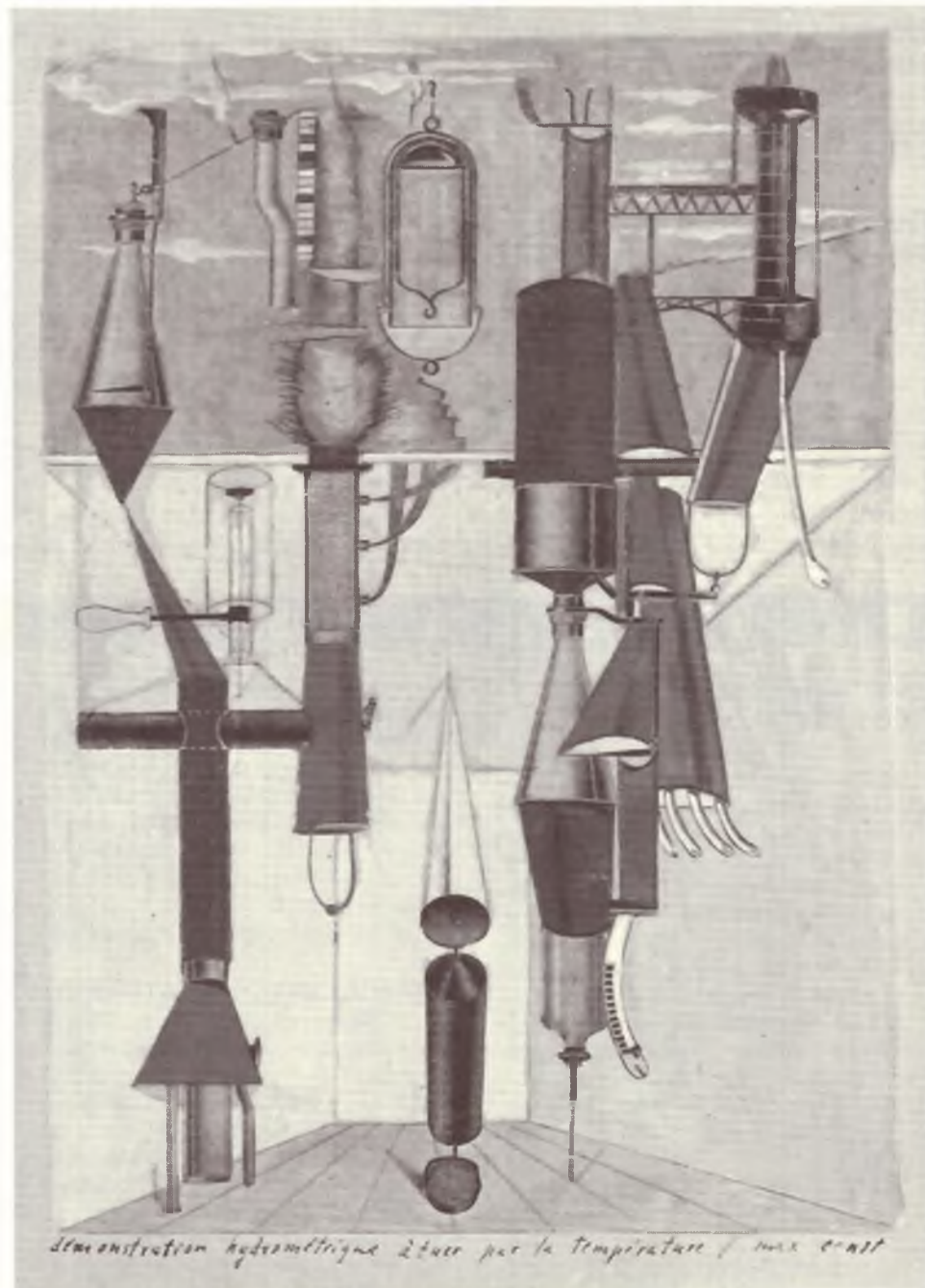
Por isto, coerente com nosso projeto estratégico, o governo Olívio deve, cada vez mais, taxar pesado a renda do capital e desonerar a renda do trabalho. E devemos pressioná-lo para tanto.

Somente com ações combinadas entre nossas posições de forças na institucionalidade e nos movimentos sociais e populares conseguiremos construir rupturas e hegemonia social com base em nosso projeto estratégico. Com toda certeza, no Rio Grande do Sul, isto resultará em importantes transformações sociais, econômicas e políticas, em favor das classes exploradas e oprimidas pelo capital.

A completa expropriação do capital, com a eliminação do lucro, a abolição da propriedade privada dos meios de produção e sua conseqüente socialização, a destruição do Estado burguês e a construção de uma democracia, com caráter socialista e solidário, continuam a ser nossos objetivos utópicos e estratégicos.

A nossa posição e a nossa prática política perante os fatos históricos que se desenrolam no Rio Grande do Sul indicam nossa opção estratégica. Entendemos que, em qualquer luta política que travamos, não podemos esquecer de atacar nossos inimigos de classe.

A luta pelo Fora FHC e FMI, desdobrada no ataque a seus aliados aqui no Rio Grande do Sul, deve ser nossa prioridade. É um grande equívoco histórico preservar a burguesia de nossos ataques e eleger o governo Olívio/Rossetto como alvo prioritário.



NOSSA CENTRAL
DEVE IMPULSIONAR
AS LUTAS EM CURSO
E CONSTITUIR-SE
NUM FORTE PÓLO
DA RESISTÊNCIA
ÀS REFORMAS
NEOLIBERAIS.

ENTREVISTA COM
JORGE LUIZ MARTINS

E magosto próximo ocorrerá o 7º Congresso Nacional da CUT (7º Concut) que escolherá uma nova direção para a Central. A Alternativa Sindical Socialista e os setores que compõem o atual bloco de esquerda da CUT indicaram para encabeçar sua chapa o companheiro Jorge Luiz Martins, o Jorginho. Ele é um antigo dirigente do Sindicato dos Sapateiros de Franca (São Paulo) e integra desde 1994 a Executiva Nacional da CUT como Secretário de Política Sindical. Com uma forte vinculação com os movimentos sociais (Pastorais Sociais, MST, CMP), foi um dos dirigentes que teve papel de destaque ao encabeçar a campanha pelo "Fora FHC e o FMI!" em 1999. A seguir, trechos da entrevista que realizamos.

QUAIS AS PRINCIPAIS TAREFAS DA CUT NO PRÓXIMO PERÍODO?

A principal tarefa é potencializar as diversas campanhas em curso. A CUT deveria se engajar na defesa da reposição das perdas salariais, em especial dos servidores públicos federais e das categorias que têm data-base em maio. Ao lado dessa pauta sindical, é necessário que a Central se posicione firmemente no apoio às ocupações de terra realizadas pelo MST e à construção do "Grito da Terra Brasil" organizado pela Contag.

Em terceiro lugar, é fundamental que a CUT se constitua em pólo de organização da resistência às "reformas" do governo FHC, isto é, tudo aquilo que visa privatizar empresas e serviços, retirar direitos, entregar o país ao capitalismo internacional.

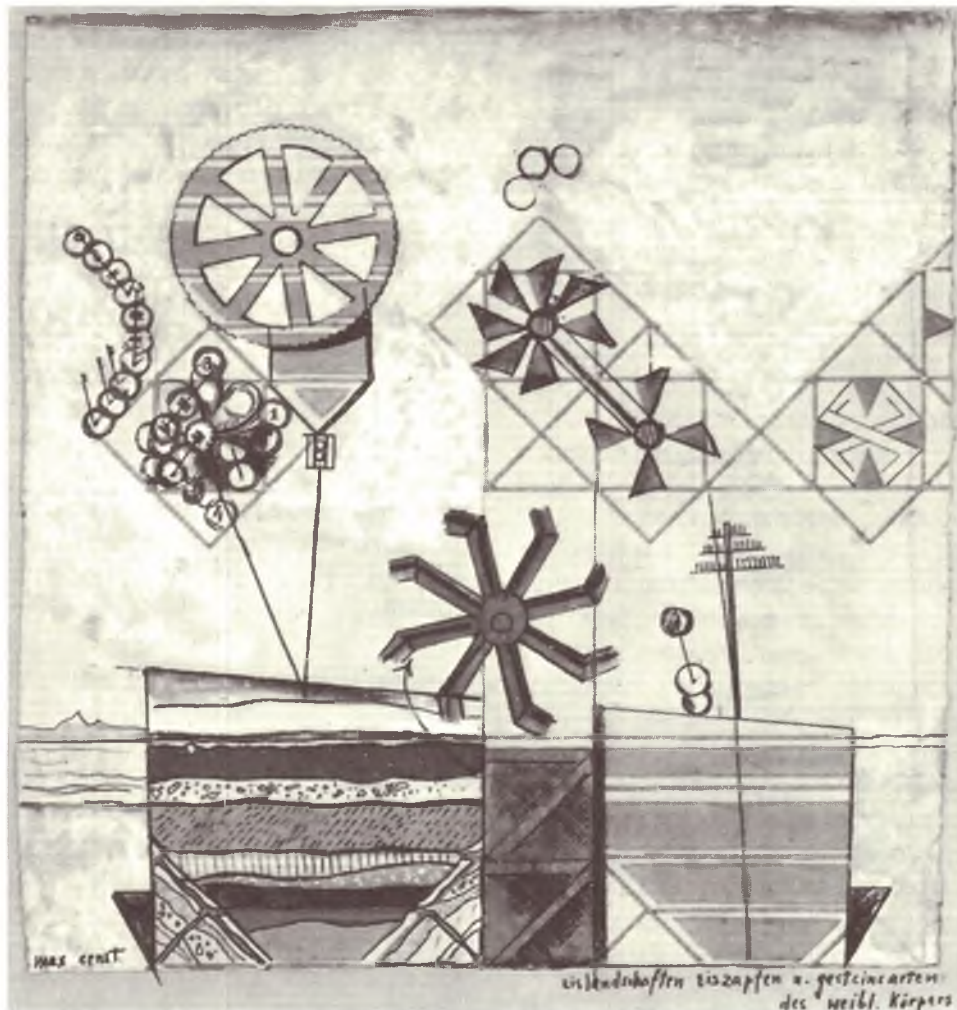
Todo esse processo deve ter como meta acumular forças e encurralar o governo FHC para impedir que ele prossiga o projeto de destruição de nossas conquistas e do país, com sua política de subserviência ao FMI.

O QUE FALTA À CUT PARA DAR CONTA DESSAS TAREFAS?

Falta à CUT mudar de postura frente a política econômica e ao próprio governo. O que atualmente temos é um setor majoritário na direção da Central que busca negociar com FHC para obter migalhas para este ou aquele segmento, ou seja, o mais rasteiro "corporativismo" e a total despolitização. Em troca, o governo pode apresentar-se como quem busca o "consenso" e a "negociação".

Temos clareza que não há espaços para negociação com esse governo. Ele quer a rendição dos trabalhadores e a entrega total de seus direitos. O exemplo mais claro é a tentativa de retirada dos direitos do artigo 7º da Constituição Federal. As ruas, as praças e campos desse país denunciam a barbárie, o desemprego, a miséria e a violência a que o projeto

DISPUTA DE RUMOS DA CUT



MAX ERNST, GAZON, LINDZONES, 1930

de FHC está submetendo à população.

Esse quadro é que nos levou a por na rua a campanha pelo "Fora FHC e o FMI!" que foi aprovada pela Plenária Nacional de 1999 e que sintomaticamente a atual maioria da direção se recusa a implementar. Para dar contas das tarefas prioritárias que apontamos para a CUT é necessário enfrentar o governo, e isso não é possível com a atual composição da direção nacional da CUT.

QUAL É A ESTRATÉGIA DA ALTERNATIVA SINDICAL SOCIALISTA PARA A CUT?

Enquanto a direção nacional tem uma posição tímida frente ao governo federal, há direções sindicais de peso – como a dos metalúrgicos do ABC – que implementam uma política que já tem muito de parceria e conciliação com as grandes empresas. AASS tem por estratégia disputar o rumo que a política do sindicalismo cutista assumirá no pró-

ximo período. O combate ao "banco de horas", a luta contra as privatizações, a defesa dos serviços públicos, entre outras, são iniciativas que devem vir combinadas numa mesma estratégia de resistência ao capital.

Recentemente os trabalhadores da Scania, em São Bernardo do Campo, derrubaram em assembléia o acordo de "banco de horas" assinado pela direção do sindicato dos metalúrgicos. Nessa fábrica é que foi deflagrada, em 1978, a greve que deu início ao ascenso das lutas operárias e democráticas que colocariam em xeque a ditadura militar. Esse fato demonstra que na base da CUT e entre as lideranças intermediárias há uma imensa energia de luta que nós da esquerda cutista devemos trabalhar.

Faz também parte da estratégia que propomos o fim da "farra do boi" em que a utilização das verbas públicas, em especial, do FAT, se transformou para

o sindicalismo, inclusive para o sindicalismo cutista.

QUAIS CENÁRIOS SÃO POSSÍVEIS PARA O 7º CONCUR?

Nossa expectativa é que o Concut dê um "choque" na paralisação que atravessa nossa Central. Trabalhamos para isso. Contra a conciliação, uma reação da base cutista. Mas é possível outro cenário de continuidade da aprovação das "propostas propositivas" da atual maioria da Central, que insiste no caminho da negociação com FHC.

Vitoriosa essa segunda via, implicará em um período de grandes dificuldades para a classe trabalhadora brasileira, que terá que lutar contra FHC e as flexibilizações que ocorrerem patrocinadas também por sindicatos da CUT.

RECENTEMENTE ACONTECERAM OS CONGRESSOS NOS RAMOS DO VESTUÁRIO E DOS METALÚRGICOS. O QUE ELES ANUNCIARAM?

Os Congressos da Confederação Nacional dos Metalúrgicos (CNM) e Confederação Nacional dos Trabalhadores do Vestuário (CNTV), mostram bem o cenário de dificuldades porque passará a CUT no próximo período.

Em ambos os casos houve um "vale tudo" para realizar tais congressos de acordo com a vontade da maioria. No caso dos metalúrgicos tratou-se de uma tentativa de substituir as deliberações da base pelas decisões da cúpula – controlada pela Articulação Sindical Metalúrgica. No caso do ramo do vestuário, a Articulação Sindical passou por cima do Estatuto e do bom senso na tentativa de manter sua maioria e dessa maneira provocou o racha da categoria.

QUAL DEVE SER A POSTURA DOS MILITANTES DE ESQUERDA DA CUT NA DISPUTA DOS RUMOS DA CENTRAL?

A situação da CUT é muito grave. A CUT é um dos principais instrumentos de luta da classe trabalhadora. E está ameaçada, pela sua atual condução, de se tornar um mero aparelho burocrático e de conciliação de classes. Cabe aos socialistas e classistas disputar suas posições e delegações em cada assembléia e congresso estadual, se aliando com os setores que resistem na CUT e nos movimentos à política de parceria e conciliação da Articulação Sindical.

O destino da classe trabalhadora nessa virada de século está diretamente ligada aos destinos de nossa Central. Por isso, empenharemos o máximo de esforço para disputar os rumos da CUT nesse 7º Congresso Nacional.

N O T A S

CONGRESSO DOS METALÚRGICOS

Em final de março passado realizou-se o Congresso Extraordinário da CNM/CUT convocado para deliberar sobre o novo Estatuto desta confederação. Tendo em vista o que o setor majoritário, a Articulação Sindical Metalúrgica, vinha apresentando como proposta, todas as demais correntes cutistas questionaram sua realização.

A pretensão da Articulação é constituir uma estrutura vertical que lhe permita ir implantando a partir das instâncias de direção nacional um centralismo burocrático hoje inexistente em cima dos sindicatos de base. Para tanto, substitui o poder de deliberação da base pelas decisões de cúpula e cria mecanismos para enquadrar os sindicatos (política e financeiramente).

A CNM tem mais de 90 sindicatos filiados. Grande parte decidiu, através de assembléias não participar desse processo. Outra parcela

estava inadimplente com a CNM e CUT. De fato, a Articulação só conseguiu levar ao Congresso delegações de 16 sindicatos. Mas visando inchar a presença no Congresso, credenciou delegados de sindicatos inadimplentes e pessoas cujas entidades tinham decidido não participar (e que não tiraram delegação). Aos vícios políticos da proposta, somaram-se vícios que custarão um processo judicial por parte dos sindicatos que questionam esse vale tudo.

CONGRESSO DO VESTUÁRIO

No mesmo período realizou-se o Congresso do ramo do vestuário. Tendo a disputa, a Articulação Sindical simplesmente decidiu credenciar delegações irregularmente (várias delegações que votavam com ela) e tentar evitar o credenciamento de entidades que estavam em dia (apenas porque votariam com a oposição). Chegou-se ao cúmulo de se credenciar a delegação de um sindicato que informou que a assembléia seria realizada em um

horário à tarde e quando chegou o representante da Confederação informou que, supostamente, a mesma tinha acontecido de manhã.

A Alternativa Sindical Socialista, corrente que tem uma forte implantação na base dessa Confederação e outras tendências de oposição decidiram retirar-se do plenário e cobrar da direção da CUT a impugnação dessa farsa. Depois disso, um setor importante da própria Articulação Sindical também se retirou do Congresso, denunciando as manobras burocráticas da sua corrente que estava na organização do encontro.

CONGRESSO DA FASUBRA

Os funcionários de universidades realizaram em final de abril seu Congresso Nacional. Na oportunidade, uma chapa que agrupou a Alternativa Sindical Socialista e os demais setores de oposição conquistou a maioria frente à chapa formada pela Tribo e Articulação Sindical (tradicionais aliadas nessa categoria).

O ATAQUE AO SALÁRIO MÍNIMO

As discussões em torno do salário mínimo neste ano trazem à sociedade reflexões importantes sobre a situação em que vive parcela significativa da população brasileira, e sobre as contradições entre esta e aqueles que concentram a maior parte da riqueza que circula no Brasil. No parlamento, o assunto *salário mínimo* chega em momento particularmente curioso: discute-se exatamente o seu oposto, o teto dos servidores públicos e agentes políticos dos poderes executivo, legislativo e judiciário.

É um contexto que aponta, por um lado, a falta de critérios para o estabelecimento da remuneração mais alta a ser paga no serviço público, e por outro, o excessivo rigor e cuidado nas contas públicas para se fixar o piso. No primeiro caso, os cofres públicos. Já o salário mínimo mobiliza ministros de diversas pastas (Gestão e Orçamento, Previdência, Fazenda e Trabalho), além do próprio chefe do executivo para, em coro, afirmarem não haver condições de aumentos exorbitantes. Entendamos como exorbitante o salário de cem dólares, valor menor que os mínimos dos países que compõem o Mercosul.

AS PROPOSTAS

A propósito de valores, tem predominado, nas discussões públicas na Comissão Especial da Câmara dos Deputados, a proposta equivalente aos cem dólares. Trata-se de valor próximo ao previsto no projeto de lei nº 001/95, do deputado Paulo Paim, de 180 reais, que encabeça os projetos sob exame da Comissão CUT, Força Sindical e CGT propõem os cem dólares.

O governo FHC lançou diferentes números por variados interlocutores: de 5,6% a 10% sobre o atual valor de 136 reais. Em audiência pública na Comissão Especial, o economista Marcelo Néri, da Fundação Getúlio Vargas, que tem sido citado como membro da comissão encomendada pelo Ministério da Fazenda para analisar o tema, avaliou que reajuste maior que 10% poderia trazer consequências negativas para os próprios trabalhadores. O governo defende reajustes baixos e a manutenção de valores irrisórios para o salário mínimo, por duas razões básicas: a de risco de volta à inflação, o que traria perdas maiores exatamente para os diretamente beneficiados por um reajuste alto; e de quebra da previdência, já que o INSS e as previdências estaduais e municipais não suportariam um grande impacto. O movimento forte do governo tem sido o salário de 150 reais, ou 10,29% sobre as atuais 136 reais, o que representaria, aproximadamente, a reposição da inflação acumulada.

As contradições no interior do governo, com o PFL defendendo os US\$ 100 e a queda da popularidade de FHC, têm mantido o mínimo como tema incômodo. As dificuldades do governo para explicar sua intransigência no mínimo crescem tendo em vista a adoção de medidas como a DRU, que transfere o dinheiro público para credores internacionais.

A falta de critérios, ao longo do governo FHC, para fixar uma política para o salário mínimo mostra que a questão não depende de indicadores econômicos, mas de decisão política. Ao depor na Co-

missão Especial, Marcio Pochmann, da Unicamp, reafirmou esse caráter político, argumento que não encontra contestação séria, e que isto tem sido demonstrado ao longo da história do mínimo (conferir os valores na época de Vargas e os R\$ 100 fixados por FHC em 1995). Vejamos o histórico do mínimo e seu peso atual:

HISTÓRICO DO SALÁRIO MÍNIMO EM SÃO PAULO	
Mês de julho (1940 = 100)	
Ano	Índice
1940	100,00
1960	90,50
1980	57,88
1990	25,77
1995	24,20
1996	23,37
1997	23,62
1998	24,93
1999	24,96

Fonte: Dieese
Obs.: inclui 13º salário desde 1992

O valor de 136 reais é insuficiente para quem o recebe. E não são poucos. Vejamos (tabela abaixo) entre os beneficiários da previdência.

BENEFICIÁRIOS POR FAIXAS DE VALOR (JAN/2000)			
Faixa	Beneficiários (total)	Urbanos	Rurais
Total	18.862.883	12.575.354	6.287.529
< 1 sm	436.339	418.120	18.219
= ao sm	12.041.962	5.861.048	6.180.914
de 1 a 2 sm	2.031.553	1.970.106	61.447
> 2 sm	4.353.029	8.249.274	26.949

Fonte: Boletim Estatístico da Previdência Social

O aumento do salário mínimo provocaria imediata melhoria de vida para quase todos os 6 milhões de trabalhadores rurais que dependem do INSS, e para mais da metade dos urbanos. Um valor irrisório teria efeitos insignificantes, mantendo-se os níveis de pobreza que tem posto o Brasil dentre os países de maior desigualdade social no mundo. Aliás, os economistas ouvidos pela Comissão Especial foram unânimes em apontar o salário mínimo digno como política de combate à pobreza.

Mas não só a maioria dos beneficiários

do INSS vivem em torno do salário mínimo. O mercado de trabalho informal tem forte influência do piso, e o crescente número de desempregados tem provocado uma corrida a trabalhos precários e informais, o parâmetro do mínimo firma-se como regulador do setor.

Quanto aos trabalhadores que compõem o mercado formal, devemos levar em conta que muitos daqueles que não são representados por sindicatos com certo peso em negociações coletivas, circulam pelo mínimo. São os casos dos domésticos, empregados em empresas de limpeza e tantas outras atividades que são marcadas pela rotatividade, terceirização e não qualificação. E como aí os sindicatos têm dificuldades para atuar, pior para os trabalhadores.

DESREGULAMENTAÇÃO

A desvalorização do mínimo é parte da política de relações de trabalho tocada pelo governo FHC. A precarização das condições e contratos de trabalho vincula-se fortemente a um salário cada vez menor, e que poderá se tornar ainda pior, se vingar a proposta do Ministro do Trabalho de alteração do artigo 7º da Constituição, dos direitos trabalhistas básicos. Este dispositivo constitucionalizou parte da "cesta básica" de direitos da CLT, introduzindo outros tantos. O ministro deseja condicionar esses direitos à negociações coletivas.

Em ambiente de desemprego, informalidade e rotatividade, e sendo as negociações coletivas cada vez mais descentralizadas e fragmentadas por empresas, a "cesta" será minimizada ao gosto patronal. Não será surpresa se, aprovada essa proposta perversa, surjam interpretações conservadoras afirmando que o valor do salário mínimo seria fixado em negociações. Até o momento, o debate em torno do mínimo tem sido encaminhado de forma autônoma, em que pese tentativas de desvinculá-lo da Previdência e de regionalizá-lo. Mas não será surpresa a retomada dos debates em torno do mínimo, para torná-lo ainda mais míngua, quando do lançamento da proposta de

A APROVAÇÃO DO MÍNIMO DE 151 REAIS MOSTRA O EMPENHO DO GOVERNO FHC EM MANTER A ABSURDA CONCENTRAÇÃO DE RENDA DO PAÍS.

CARLOS EDUARDO FREITAS

mudanças do artigo 7º pelo ministro. Propostas para financiar o mínimo (como o combate sistemático à evasão e sonegação tributária, previdenciária e trabalhista, a taxação de grandes fortunas e de bancos agraciados pelo Proer) circulam na Comissão Especial, e o governo não as ouve por desinteresse. Tentará, assim, abortar logo o tema, fixando um valor irrisório sob a justificativa de ameaça ao equilíbrio fiscal.

Do nosso lado, a manutenção do debate sobre a necessidade de um mínimo digno é fundamental. Ao julgar o valor do mínimo como vergonhoso, julga-se também outras políticas do governo, que transferem, sem muitas explicações, bilhões de reais para o exterior, para banqueiros ou para empresas estrangeiras adquirirem estatais. Mesmo com toda a propaganda oficial, é evidente a incapacidade do governo em justificar as agruras por que passa a grande maioria da população, não só pela negativa de aumentar satisfatoriamente o salário, mas pelo desemprego, arrochos aos servidores, privatizações, deterioração dos serviços públicos, e denúncias de corrupção. A iniciativa das oposições em manter o debate aceso no parlamento e tentar levá-lo à sociedade é, pois, fundamental, inclusive como estímulo à uma discussão salarial ampla e geral. Brasília, 1º de maio de 2000.

CARLOS EDUARDO FREITAS É ADVOGADO E ASSESSOR DA LIDERANÇA DA BANCADA FEDERAL DO PT.



INICIAÇÃO BENEFICÍO DE 1994, 1994

A TAXA TOBIN, UMA NOVA ETAPA

O MOVIMENTO ATTAC INICIA O DEBATE SOBRE COMO APROFUNDAR O ALCANCE DEMOCRÁTICO, REDISTRIBUTIVO E SOLIDÁRIO DA TAXA TOBIN.

PIERRE ROUSSET

Do Canadá à Finlândia, da França à Inglaterra ou à Nova Zelândia, diversas organizações importantes lutam hoje por uma taxação dos movimentos de capitais de caráter especulativo – ou seja, pela taxa Tobin, do nome do economista que a propôs em 1971. Mas ainda há muito a ser feito para definir coletivamente proposições concretas que possam ser defendidas conjuntamente no plano internacional pelas redes de militantes do Norte e do Sul. É precisamente para avançar neste sentido que o conselho científico do ATTAC (França) distribuiu, na reunião europeia de 4 de março, um texto-questionário intitulado “A taxa Tobin: como geri-la e para financiar o quê?”.

Os autores do documento destacam, inicialmente, que a taxa Tobin “fixa como objetivo inicial a redução da especulação no mercado de divisas. Como todo imposto, ela gera receitas fiscais. O estabelecimento e a utilização desta taxa traz questões que podem tomar, por vezes, um aspecto técnico, mas que são sempre e antes de tudo escolhas de ordem política”. Estas escolhas dizem respeito a cada medida particular tanto quanto à perspectiva de conjunto na qual elas se inscrevem. Desta forma, para certos economistas, “o Banco Mundial poderia receber o produto destas taxas (...), da mesma forma que o Fundo Monetário Internacional para reforçar sua capacidade de intervenção. Para outros economistas – e esta é, evidentemente, a posição do ATTAC – o passivo destas instituições, os fracassos e os desgastes sociais que elas provocaram no passado as desacreditam definitivamente para gerir a taxa”.

POR QUE?

A questão das escolhas políticas fundamentais foi apenas marginalmente abordada na época de James Tobin. Ela tornou-se muito importante quando os movimentos sociais e de cidadãos se assenhorraram desta bandeira; na França, com a constituição do ATTAC, seu alcance democrático (ato político de resistência à ditadura dos mercados) e solidário (redução das desigualdades sociais e Norte-Sul) constituiu “uma motivação essencial” deste segundo combate pela taxa Tobin. Um combate cuja dinâmica progressista fala por si própria, na medida em que se choca frontalmente



com o dogma neoliberal. Mas um combate onde pode ser perigoso acreditar que o adversário é incapaz de manobrar ou de contra-atacar, sobretudo depois da mudança da situação provocada pelas crises financeiras de 1997-1998.

Apesar das políticas neoliberais continuarem sendo aplicadas, o sistema está emperrado, como testemunham as guerras de sucessão no seio das instituições comerciais e financeiras – hoje o FMI, depois da demissão precipitada de Michel Camdessus. Desta vez, os japoneses apresentaram um candidato ao posto de diretor-geral do Fundo, avaliando que as regras antigas que estabeleciam que um europeu ocupasse o posto não são mais inquestionáveis. O postulante japonês, Eisuke Sakakibara, não é uma figura sem importância. Este antigo vice-ministro das finanças para os negócios internacionais foi apelidado de “Mister Yen” devido sua influência nos mercados monetários. Suas declarações ganham o caráter de um manifesto anti-

liberal: o Japão “defende uma reforma fundamental” do FMI, que deveria “ser menos dogmático em suas prescrições. Na crise asiática, de início sua política fiscal restritiva foi errada... O que era necessário era uma política keynesiana de estímulo. Foi o que fizeram a Malásia, contra vontade do FMI, e, à sua maneira, a Coréia do Sul”.

“Há teoricamente duas soluções para evitar novas derrapagens: criar uma espécie de banco central mundial ou estabelecer mecanismos reguladores dos fluxos de capitais, a fim de limitar a um certo ponto os excessos de liquidez. Ora, não existe nem um nem outro... Eu não me surpreenderia se dentro de três ou quatro anos eclodisse uma nova crise”. “A globalização e o cibercapitalismo são irreversíveis. Mas a grande lição que tiramos destes últimos anos é que o mercado não tem sempre razão. Ele demonstrou, ao contrário, que não resolve os problemas. Hoje, mesmo seus defensores mais aguerridos, os americanos e os

britânicos, aceitariam isso. Mas nós ainda não temos o remédio. São necessárias, sem dúvida, uma ou duas crises para que se encontre um mecanismo de proteção” (*Le Monde*, 4 de março).

COMO?

A volatilidade especulativa dos capitais se torna um fator estrutural de crise. A autoridade política do FMI está minada e sua capacidade de intervenção financeira em emergências atingiu seus limites em 1997-1998. Como acalmar o jogo e encher os cofres? Os defensores de uma certa “regulamentação” podem integrar a taxa Tobin em seu arsenal num percentual suficientemente baixo para ser assimilado pelas finanças internacionais, e cuja receita permitiria reforçar os meios de ação (e, portanto, os poderes) de uma instituição tipo FMI ou banco de regulamentos internacionais. Tal taxa visaria, então, assegurar um melhor funcionamento dos mercados financeiros globalizados. Ela perderia seu alcance democrático, redistributivo, solidário. As posições de Eisuke Sakakibara, entre outras, mostram que isso não é apenas de uma hipótese acadêmica, mas de um problema real.

Uma vez definida a perspectiva na qual se inscreve a taxa Tobin, do ponto de vista dos movimentos sociais e democráticos, diversas questões permanecem em debate – por exemplo concernentes a seu nível e campo de aplicação (pois se trata de pesar efetivamente sobre o comportamento dos especuladores), sobre a zona geográfica inicial onde ela poderia ser estabelecida (a União Europeia?), ou ainda sobre suas modalidades de arrecadação e a repartição das rendas que ela forneceria (para ajudar os países do Sul, para lutar contra a precariedade também no Norte, para proteger melhor a natureza e a vida...). Um dos grandes méritos do documento apresentado pelo conselho científico do ATTAC é introduzir sistematicamente esta discussão. Da mesma forma, para ser eficaz, esta taxa deve ser articulada com outras medidas, tais como a luta contra os paraísos fiscais e a possibilidade de instaurar um controle das trocas, ou ainda a anulação da dívida do Terceiro Mundo. Isto teria, possivelmente, um efeito libertador mais radical, para os povos do Sul, do que apenas o recurso às rendas da taxa.

Não se trata, aqui, de defender uma política do “tudo ou nada”. Para abrir a brecha legislativa, iniciativas parlamentares podem e devem ser tomadas a favor da taxa Tobin sem necessariamente exigir, de antemão, que ela se inscreva em uma perspectiva redistributiva (mas sem, de outro lado, aceitar que ela se inscreva em uma perspectiva contrária). Trata-se de discutir antecipadamente como os movimentos sociais e democráticos podem melhor dar sequência a suas lutas a longo prazo; e como proposições comuns podem ser apresentadas em escala internacional. Esta discussão será retomada na próxima sessão deste esforço de elaboração coletiva, em meados do segundo semestre deste ano.

A assembleia de primavera do FMI e do Banco Mundial em Washington foram palco para mobilizações contra a mundialização liberal: manifestações, bloqueios de delegações, prisões, etc. Christophe Aguiton, dirigente do ATTAC francês esteve lá e avaliou suas raízes, seu significado e desdobramentos.

QUEM ESTAVA NAS RUAS EM WASHINGTON?

Foi uma semana de mobilizações com três pontos altos. Uma primeira em 9 de abril pela anulação da dívida dos países do Sul, impulsionada pelo Jubileu 2000. Em 11 de abril, nova manifestação organizada pelo sindicalismo norte-americano (AFL-CIO) e a associação Public Citizen contra a abertura de novas negociações no quadro da OMC e contra a entrada da China na OMC. Esta reivindicação é um protesto humanitário contra o regime ditatorial de Pequim e uma luta contra a concorrência dos produtos fabricados na ausência de legislação social e de sindicalismo independente. A maior manifestação teve lugar no domingo, dia 16 de abril, na abertura da assembleia de primavera do FMI e do BM, por iniciativa do movimento "50 anos, isso basta", uma coalizão bastante ampla, da qual o "Direct Action Network", que se destacou nas manifestações da OMC em Seattle, em dezembro do ano passado, é um componente importante. É através desta rede que se expressa a radicalização de um setor importante da juventude norte-americana: 80% dos manifestantes em Washington responderam a seu chamado, principalmente para as ações de bloqueio do centro da cidade.

A juventude que se encontrava aí, majoritariamente constituída de estudantes, com uma fraca representação de negros e de chicanos, é muito sensível aos movimentos de contra-cultura e aos temas libertários ou inspirados pelos combates da ecologia radical.

É um funcionamento em rede de grupos com afinidades, que se introduziu nas brechas do sistema americano, utilizando direitos reconhecidos pela lei. É um movimento muito radical e os jovens participaram mesmo sabendo que corriam o risco de serem presos. Este movimento apresenta traços semelhantes, por exemplo, com o movimento "Reclaim the Street" na Inglaterra, iniciador das manifestações de junho de 1999 e que estará nas ruas no 1º de maio. Ou com os estudantes da Universidade Nacional Autônoma do México, o movimento "autônomo" na Alemanha ou os "centros sociais" na Itália.

MANIFESTAÇÃO EM WASHINGTON



CARLOS HEREDIA POPOL VILA 1994

COMO ANALISAR A PRESENÇA DOS SINDICALISTAS NORTE-AMERICANOS?

A participação da AFL-CIO, em Seattle e em Washington, atesta uma modificação profunda do sindicalismo norte-americano. Este conheceu uma crise importante, como em todos os países desenvolvidos, mas com consequências mais graves devido à legislação que prevê a votação nas empresas a fim de determinar (ou não) o reconhecimento do sindicato e a adesão coletiva dos assalariados. Sofria uma crise de legitimidade e uma retração de sua base social tradicional, além de uma quase-ausência dos setores da "nova economia".

Em 1995, uma nova equipe tomou a direção da central sindical com a vontade de se implantar nos novos centros

da economia e entre os novos setores assalariados: minorias étnicas, quadros, precários, mulheres. Esta orientação conduziu a AFL-CIO a levar em conta as reivindicações colocadas por estas novas realidades (por exemplo, a luta pela regularização dos imigrantes ilegais) e a se confrontar com associações que intervêm neste terreno. A abertura ao mundo associativo, já presente nas manifestações de Seattle, ampliou-se em Washington. Assim, representantes da AFL-CIO participaram na condição de "Spokecouncils", das reuniões "clandestinas", emanações diretas dos grupos de afinidades federados pelo Direct Action Network, a fim de preparar as operações de bloqueio das assembleias gerais do FMI e do BM. Prática

A ANULAÇÃO DA DÍVIDA EXTERNA DOS PAÍSES DO SUL E O COMBATE CONTRA A OMC CONVERGEM NA LUTA CONTRA A MUNDIALIZAÇÃO.

ENTREVISTA COM CHRISTOPHE AGUITON

difícil de se imaginar para o sindicalismo de outros países desenvolvidos.

NÃO HÁ TAMBÉM UMA LÓGICA PROTECIONISTA NESTAS MANIFESTAÇÕES?

As correntes de esquerda estão presentes no sindicalismo norte-americano principalmente nos "Jobs with Justice", uma rede para a defesa dos direitos dos assalariados e contra a mundialização ("Corporate Globalization"). Dois sindicatos tiveram uma participação importante na organização da manifestação de 16 de abril: o CWA (assalariados das telecomunicações) e o Steelworkers (metalúrgicos das siderúrgicas). Este último é emblemático das contradições que acompanham a renovação do sindicalismo americano: foi o sindicato que mais se envolveu nas manifestações em Seattle. Mas sua oposição à adesão da China à OMC está em grande medida situada em uma lógica protecionista...

AS MANIFESTAÇÕES TIVERAM UMA DIMENSÃO INTERNACIONAL?

As forças não americanas que participaram das manifestações de Washington foram muito reduzidas. Hoje, em escala internacional, os principais temas de convergência das mobilizações contra a mundialização são essencialmente a anulação da dívida (com uma forte presença das igrejas e o combate contra a OMC: a reunião de Seattle foi precedida de uma vaga de manifestações, principalmente na França. Um novo tema está emergindo em torno da luta contra a especulação (movimento a favor da taxação de capitais ao redor do ATTAC, a denúncia dos paraísos fiscais, etc.). Até agora, se excetuamos as manifestações na Coreia contra os planos de ajuste estrutural, o FMI e o BM não tinham cristalizado estas mobilizações.

ENTREVISTA REALIZADA POR FRANÇOIS DUVAL. ROUGE, 27 DE ABRIL DE 2000.

C I Ê N C I A

NEUTRINOS MUTANTES

Numa famosa frase dita nos acalorados debates do início do século, Einstein buscou negar o caráter probabilístico da mecânica quântica. "Deus não joga dados", disse ele. É verdade que mesmo com sua oposição, firmou-se uma teoria que supõe que os estados dos sistemas no mundo microscópico são definidos basicamente por probabilidades. Contudo, estas probabilidades tem leis de evolução muito claras. Agora, uma nova conclusão na física de partículas lança uma certa nuvem sobre a clareza destes processos. Lawrence Hall e colegas da Universidade da Califórnia/Berkeley afirmam, na *Physical Review Letters* (vol. 84), que os três tipos de neutrinos convertem-se uns nos outros num processo que eles chamaram de "anarquia dos neutrinos".

Mas quem são estes neutrinos? Os neutrinos são algumas das mais misteriosas partículas elementares. Foram preditos em 1931, mas só observados pela primeira vez em 1959. Não tem carga elétrica e até recentemente havia

dúvida se eles tinham ou não massa. Pela sua "leveza", eles interagem muito pouco com a matéria. Para se ter uma idéia, a cada instante somos bombardeados por milhões destas partículas, e nem sentimos nem nos ocorre nada. Eles são criados em reações nucleares, daí ser o nosso Sol uma fábrica de neutrinos. Também são gerados quando os raios cósmicos chocam-se com as partículas da atmosfera superior. Existem três tipos de neutrinos, a cada um sendo associado um "sabor" (um termo utilizado em física de partículas, não se pode provar um neutrino).

O mais potente detector de neutrinos está no Japão, numa antiga mina subterrânea. É o Super-Kamiokande. É um tanque com 50 milhões de litros de água puríssima, localizado a 1 km abaixo do nível do solo, tendo em suas paredes 10 mil detectores de radiação. Um dos problemas que chamou a atenção dos cientistas, foi que o detector só detectava 1/3 da quantidade de neutrinos que esperavam que detectasse. Previu-se, então, que os neutrinos de-

veriam oscilar entre os tipos, e já que um deles não era detectável, isto poderia resolver o enigma. Observações de 1998 confirmaram esta teoria, também confirmando que os neutrinos tem massa. Imaginava-se que as transformações entre os neutrinos seriam governadas por uma certa simetria. Hall e colegas mostram que os resultados experimentais não exigem esta simetria; e mais, ao suporem que estas conversões se dão de forma aleatória, eles são capazes de reproduzir os resultados experimentais.

UM ELO PERDIDO, MAS DE PÉ...

Um dos enigmas mais importantes da biologia é o da evolução humana. Dentre as várias questões inerentes ao tema, uma delas é a do bipedalismo. Hoje é claro que muitas de nossas capacidades só podem existir em criaturas que se movem com dois pés, para terem as mãos livres para agir. Mas é um quebra-cabeça entender como esta característica evoluiu, principalmente se nos lembramos que a ela está associada uma série de males que

existem em nossa espécie (problemas na coluna, dificuldades de parto devido à redução da bacia, etc etc). Sabe-se que há cerca de uns quatro milhões de anos, nossos ancestrais já mostravam alguma adaptação à locomoção terrestre, do tipo bípedal. Contudo, não há ainda consenso sobre que forma de locomoção antecedeu ao bipedalismo. Na última edição da revista *Nature* (março/00), Richmond e Strait, informam sobre resultados de medidas morfológicas realizadas em fósseis de *Australopithecus anamensis* e *A. afarensis* (nosso antepassados). Suas medidas levam à conclusão de que estas espécies ainda mantinham um tipo de locomoção como a observada em certas espécies de macacos (o deslocamento quadrúpede com apoio nas juntas dos dedos das mãos). Assim, nossos ancestrais já mostravam algum tipo de adaptação à locomoção terrestre. Assim, se estes ancestrais já estavam adaptados ao movimento em terra, porque evoluíram para o bipedalismo?

Américo Bernardes

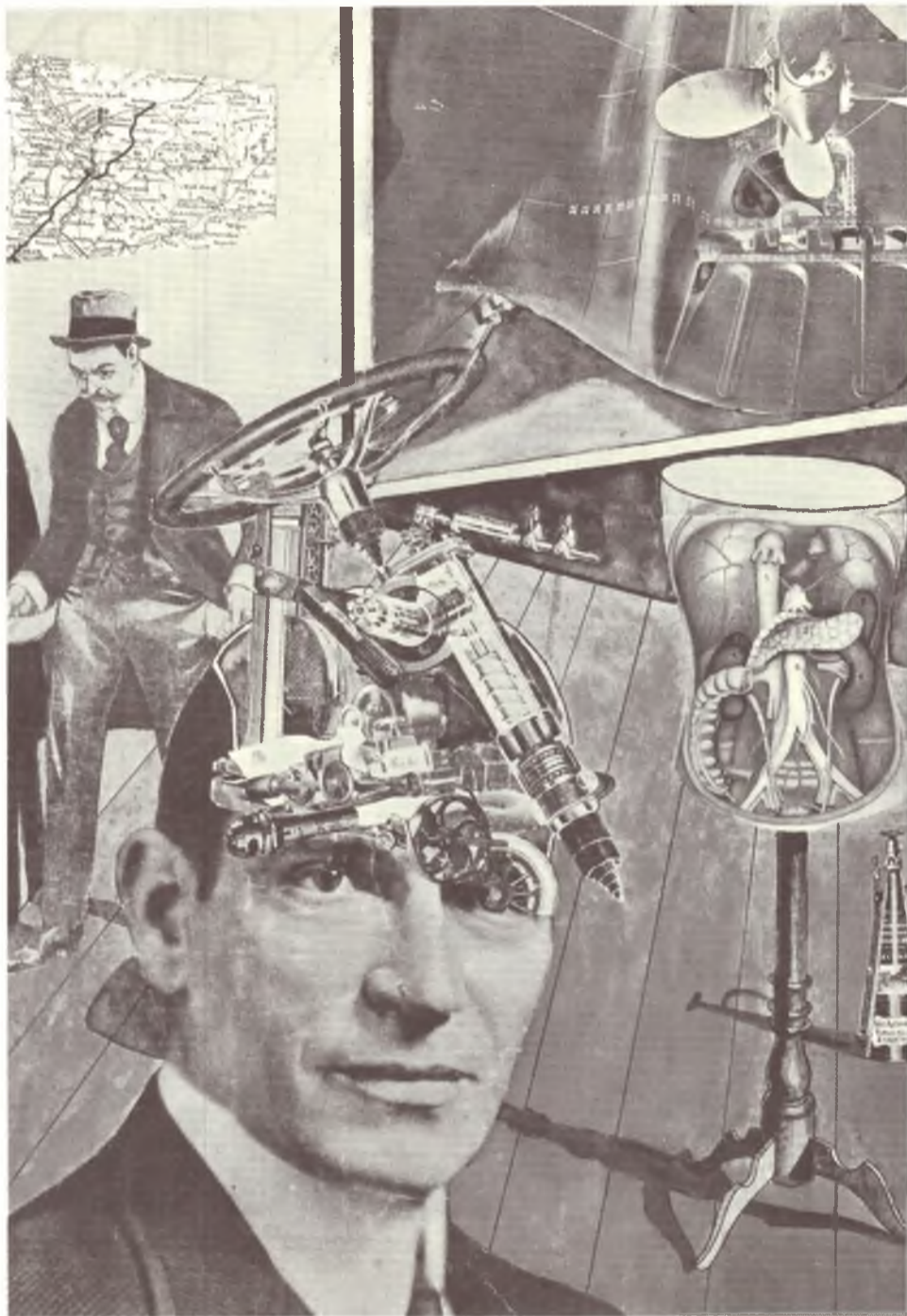
ALAN SOKAL E JEAN BRICMONT PROCURAM DESMASCARAR AS IMPOSTURAS DOS PENSADORES PÓS-MODERNOS QUE RECORREM ÀS CIÊNCIAS NATURAIS PARA LEGITIMAR SUAS POSIÇÕES.

AMÉRICO BERNARDES

Talvez estejamos vivendo uma época extraordinária no que diz respeito ao processo de elaboração e produção de conhecimento. Uma época em que muitas barreiras entre ciências tem sido abaixadas, em nome de uma nova maneira de se pensar e fazer ciência. Um dos aspectos celebrados destes tempos é a interdisciplinaridade (ou transdisciplinaridade, como preferem alguns), a possibilidade cada vez maior de diálogo e troca entre diversos ramos das ciências naturais, e entre elas e as ciências sociais e humanas. Problemas e temas de pesquisas importantes já não são mais tratados de forma estanque, mas abordados por cientistas de várias áreas. Isto permite uma comunicação que até certo tempo atrás não existia e permite a incorporação do discurso de uma ciência por outras, “transplantando-o” para ciências nas quais ele pode não ser necessariamente adequado.

Uma característica que pode ser observada em várias áreas, principalmente em vários ramos das ciências sociais e humanas, é uma cada vez mais acentuada relativização da realidade. Para certas correntes, a realidade nada mais é do que o discurso que se faz dela, e este discurso é influenciado, ou mesmo completamente definido

ESTÁ O REI NU?



pela vida e pela cultura do indivíduo que o faz. Marca predominante em correntes intituladas pós-modernas, certas idéias como

estas têm tido uma acolhida muito grande em vários segmentos acadêmicos, particularmente em certos setores da esquerda.

A QUEM INCOMODA EXÚ?

DEVE-SE GARANTIR A LIBERDADE RELIGIOSA PARA TODOS E NÃO PROCURAR DESQUALIFICAR OS CULTOS DE ORIGEM AFRICANA.

LUIZ FERNANDES E JORGE CARNEIRO

O racismo é uma componente substancial da estrutura de dominação no Brasil. Por sua sofisticação e sutileza, torna-se mais eficaz. Enquanto ideologia, expressa-se na destruição da cultura negra, num processo de embranquecimento, da negação dos valores, negação de raça, na idéia de inferioridade o padrão de beleza, da desigualdade no trabalho e na negação da cidadania.

Os afrodescendentes ao longo do seu

processo histórico no Brasil, vem lutando e resistindo na teimosia de construir um projeto nacional que não seja excluyente, levando em consideração os valores pluriétnicos e multiculturais da nossa gente, do nosso povo.

Ao analisar a luta dos negros e negras em nosso país observamos a afirmação de valores culturais de matriz africana e afro-brasileira, a despeito das cotidianas dificuldades, de natureza vária, que tiveram de enfrentar para inserir-se, com dignidade, no mercado de trabalho e na vida social sem perder sua especificidade e natureza étnica.

Vivemos sob a hegemonia de um padrão cultural dominante que, na sua agressiva intolerância e violência, sempre procurou atacar os valores culturais da civilização africana e afro-brasileira. Estamos falando de uma cultura que sempre e rebelou a tudo isso, elaborando seus mecanismos de resistência e os colocando em prática permanente em defesa de uma herança africana já tão castigada pelos horrores da escravidão.

Mais uma manifestação disto evidenciou-se com a polêmica no Rio de Janeiro sobre a proposta de colocar uma escultura de Exú na Linha Amarela – uma grande via que liga a

Ilha do governador à Barra da Tijuca.

EXÚ NA RELIGIÃO DOS ORIXÁS

No nosso entendimento, os leigos na religião dos Orixás imersos no simbolismo do mal, construídos pelas igrejas e pelos detentores do poder durante a escravidão, diziam que Exú era princípio demoníaco da feitiçaria, da bruxaria e da maldade. Além disso, a representação simbólica de Exú com chifres talvez possa ter influenciado, pelo ideário caricaturado das igrejas, a sua identificação com o diabo. Esta representação, no entanto, é anterior à construção do Antigo Testamento, cujos livros foram escritos após o Exílio do povo de Israel e que, com certeza, tiveram toda a influência dos símbolos e arquétipos africanos.

O chifre tem o sentido originário de elevação e seu simbolismo é o poder: “farei germinar com chifre, um corno para David” (Sl 132.17). Ele simboliza a força de Deus e evoca o prestígio da força vital (Axé), da vida inesgotável e das grandes divindades da fecundidade.

Longe de ser o diabo, Exú é o princípio dinâmico de comunicação, da existência cós-

IMPOSTURAS INTELLECTUAIS

O recém-lançado *Imposturas intelectuais* (Rio de Janeiro: Record, 1999), de Alan Sokal e Jean Bricmont pode ser um sinal de alerta importante para aqueles que se lançam na empreitada de construir diálogos comuns, dando seguimento a um debate iniciado há alguns anos, por um dos autores.

Antes de relatar o que aconteceu, é importante esclarecer como funciona o “fazer ciência” nos dias hoje (na verdade, sempre foi mais ou menos assim). Quando um cientista (ou cientistas) – seja de que área for – chega a uma conclusão que considera uma contribuição inovadora ao conhecimento, ele(s) faz(em) chegar esta contribuição ao conjunto da comunidade científica através de artigos publicados em revistas especializadas. No caso de uma contribuição de maior vulto (como ocorre em áreas de ciências humanas e sociais) esta pode se transformar num livro. Estes artigos (ou livros) só são aceitos para publicação após terem sido avaliados por especialistas (em geral anônimos) que dão um parecer. Esta é aceita como a forma de se manter um certo controle de qualidade da produção por parte da própria comunidade científica.

Pois bem. Em 1996, Alan Sokal submeteu para publicação um artigo na revista *Social Text*, uma respeitada (ou da moda) revista na área de estudos culturais publicada nos Estados Unidos. O título do famoso artigo foi: “Transgredindo as fronteiras: em direção a uma hermenêutica transformativa da gravitação quântica”. O artigo foi aceito para publicação e, pouco tempo depois, Sokal fez chegar a uma outra revista, *Lingua Franca*, um desmentido do artigo. Este desmentido teve ampla repercussão, inclusive na imprensa não científica. O que motivou Sokal a esta atitude? Como declararam os autores, durante anos eles ficaram “escandalizados e angustiados com a tendência intelectual de certos círculos da academia americana. Vastos se-

mica e humana. Ele possibilita que as coisas venham a tornar plena a sua vida interior, responde pelo movimento da vida, introduzindo o acaso e a sorte no destino dos homens e mulheres, rompendo os modelos conformistas do universo e nos levando a possibilidade permanente de mudança.

Exú é a negação da negação. Ele nega os preconceituosos que negam o direito à diferença; e as instituições que negam o direito à liberdade de expressão e pensamento; ele nega a sociedade onde o homem é inimigo do homem. Ele é rigoroso e duro sem jamais perder a sua ternura.

Exú nos questiona constantemente a nos revelar que o mundo é produzido e que pode ser produzido de maneira diferente: na visão de mundo de origem africana Exú é o mediador entre os deuses e os homens (o mesmo ocorre na cultura grega com o deus Hermes), enfim, nos mostra a fragilidade das nossas tentativas de criar sistemas e estruturas definitivas onde a vida fica limitada e sem horizonte.

Por analogia, Cristo também é avesso, como Exú, aos dogmas, preconceitos e autoritarismo que predominam as instituições. Ele parte em busca do seu espírito de liberdade na festa do fogo, de Pentecostes, que como princípio dinâmico continua a animar a vida dos homens e mulheres na liberdade, na ternura e na luta.

A polêmica que se instalou com a proposta da Lamsa – empreiteira baiana que construiu a Linha Amarela – de colocar um

tores das ciências sociais e das humanidades parecem ter adotado uma filosofia que chamaremos, à falta de melhor termo, de 'pós-modernismo': uma corrente intelectual caracterizada pela rejeição mais ou menos explícita da tradição racionalista do iluminismo, por discursos teóricos desconectados de qualquer teste empírico... É verdade que a maior parte do artigo original de Sokal é feita de citações de cientistas bastante famosos em círculos das ciências sociais. Gilles Deleuze, Jacques Derrida, Felix Guattari, Luce Irigaray, Jacques Lacan, Bruno Latour, Jean-François Lyotard, Michel Serres e Paul Virilio compõem este conjunto. O que Sokal fez foi providenciar um cimento para juntar as citações. Mesmo autores menos famosos na academia, mas popularmente valorizados, como Fritjof Capra, entraram na dança....

O PARADIGMA DA FÍSICA

Uma questão importante é o fato de que na maior parte das citações elencadas por Sokal, os autores utilizam-se de conceitos da física e/ou da matemática, para validar seus pontos de vista. São usados na maior parte das vezes fora de contexto, ou de forma claramente incorreta. No livro, Sokal e Bricmont procuram fazer uma "devassa" na obra destes autores, buscando passagens onde exista este abuso das teorias da física e da matemática. Denunciam isto como sendo, na maior parte das vezes, uma demonstração de falsa ou superficial erudição, aceita por leitores que não tem o menor domínio destas teorias. Como salientam, nestes casos, o "objetivo é, sem dúvida, impressionar e, acima de tudo, intimidar os leitores não-cientistas". Lacan orgulha-se

de utilizar "a mais recente evolução em topologia" (a topologia é um dos ramos da matemática, que estuda as formas). Baudrillard declara que a guerra moderna ocorre num espaço não-euclidiano. Latour pergunta-se se ele não teria ensinado alguma coisa a Einstein... É verdade que a ação de Sokal e Bricmont restringe-se à discutir o uso de termos e conceitos próprios da física e da matemática, sem pretender julgar a obra dos autores citados. Longe, portanto, de pretender travar uma discussão mais ampla da filosofia ou ciências sociais modernas.

Mas quem são estes dois, que se arvoram a este papel? Sokal e Bricmont são físicos-matemáticos, com uma produção científica bastante sólida e reconhecida na comunidade acadêmica. Conheço a ambos. Sokal é professor da Universidade de Nova York, e mantém uma colaboração já de algum tempo com professores da UFMG, em Belo Horizonte. Durante o governo sandinista na Nicarágua, esteve lá lecionando matemática, como forma de colaborar com a revolução. Bricmont, que é professor da Universidade de Louvain, na Bélgica, eu conheci em 1989, durante um encontro internacional de física no Rio de Janeiro, quando fomos a um daqueles memoráveis comícios da campanha de Lula.

Uma das preocupações salientadas no livro é a de afirmar que nos "últimos dois séculos, a esquerda se identificou com a ciência e contra o obscurantismo, acreditando que o pensamento racional e a análise destemida da realidade objetiva (tanto a natural quanto a social) eram instrumentos incisivos no combate às mistificações promovidas pelos poderosos... E, no entanto, ao longo das últimas décadas, grande número de humanistas e cientistas sociais 'progressistas' ou 'de

esquerda' afastou-se desta herança do iluminismo".

É interessante ver que a esta tentativa de resgatar "as luzes", no sentido de denunciar as mistificações e o crescimento do obscurantismo em nosso tempos é uma tarefa a que se propõe outros cientistas. Carl Sagan, em um de seus últimos livros *O mundo assombrado por demônios* (Companhia das Letras, 1997) faz uma defesa apaixonada da racionalidade. Entre outras delícias, encontramos lá dentro a declaração de que ele traficou a *História da Revolução Russa*, de Trotsky, para dentro da URSS durante as décadas de 70 e 80, com o objetivo de levar aos cientistas soviéticos uma visão diferente da oficial propagada pelo stalinismo...

FIÇÃO E REALIDADE

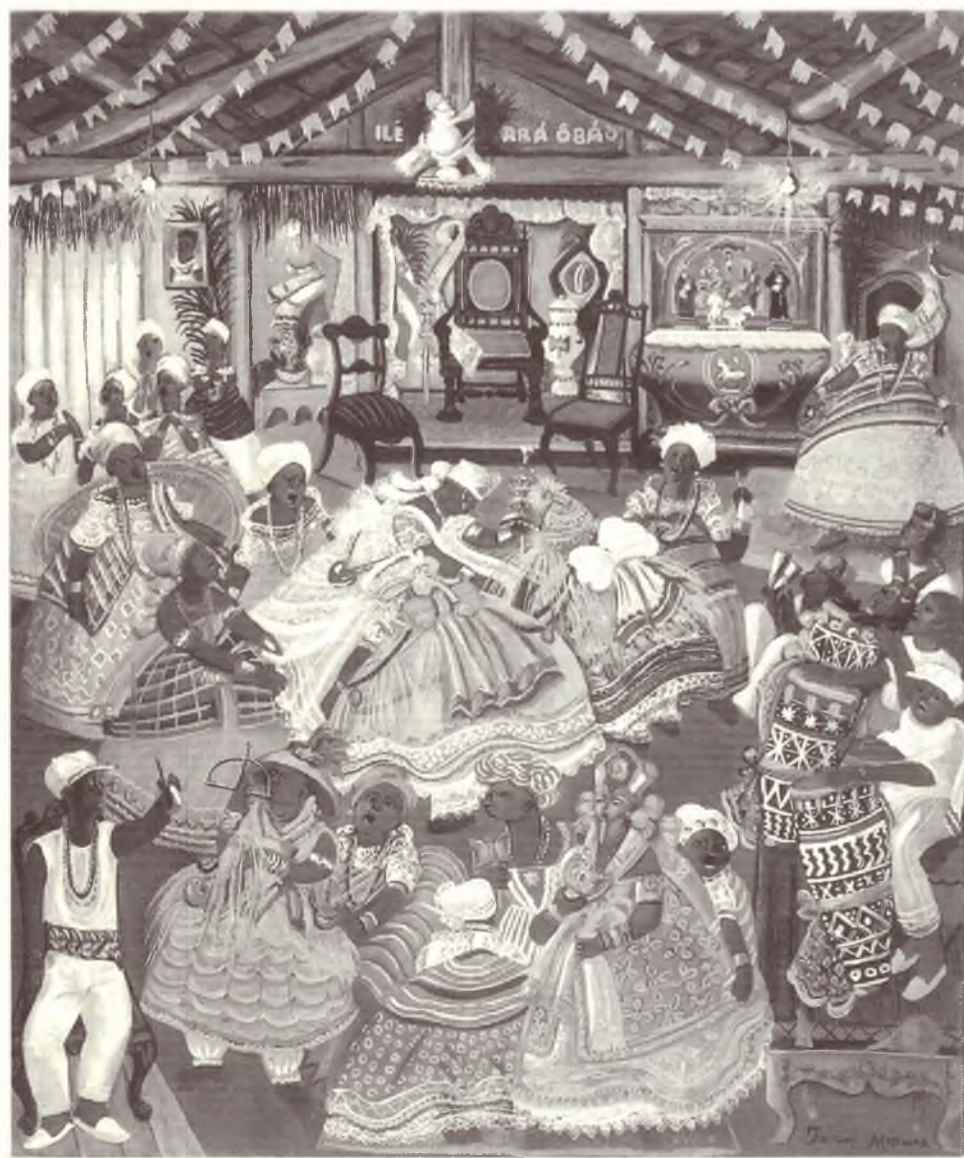
Na busca por discutir os autores mencionados, o livro de Sokal e Bricmont chega a ser, às vezes, até aborrecido, pois cita enormes passagens, a fim de evitar a acusação de que estariam tomando o texto fora de seu contexto. Um ponto que chama a atenção no livro é a tentativa de construir uma explicação para o surgimento destas correntes relativistas e/ou pós-modernistas. Uma das razões invocadas pelos autores é o sucesso de correntes epistemológicas relativistas, com seu extremo em Paul Feyerabend, para quem "ciência é crença". O malogro das tentativas de se dar uma forma definitiva ao método científico pode ser um dos principais fatores para este ceticismo desmedido. Neste momento, procuram fazer uma análise da epistemologia das ciências naturais neste nosso século. É talvez a parte mais fraca do livro, mas oferece um panorama interessante. De certa forma, mostra um certo flerte simpático com a algumas posições de Kuhn e mesmo de Feyerabend, mas negando seus extremos. Esta certa simpatia parte da constatação de que não existe um método científico rigoroso, mas isto não significa que não exista uma maneira cien-

tífica e racional de fazer ciência. Não negam as injunções históricas e culturais nas opções e escolhas feitas pelos cientistas, mas negam que isto seja o determinante na afirmação das teorias científicas. Para reforçar seu ponto de vista, citam Einstein, para quem "o cientista deve parecer ao epistemólogo sistemático um oportunista inescrupuloso".

Um dos temas enfocados por Sokal e Bricmont são os usos da teoria do caos, do teorema de Gödel e da mecânica quântica. A picaretagem chega a tal ponto que já vi um livro de métodos de gerenciamento baseado em mecânica quântica (Shelton, Charlotte. *Gerenciamento quântico*. SP: Cultrix, 1999). A teoria do caos vale para um sem número de citações e conclusões, principalmente por se imaginar, como parece ser a maior parte dos textos, que ela seja um contraponto ao determinismo newtoniano e fundamento de uma nova visão científica. O caos estudado em física e matemática é, na maior das vezes, o caos determinístico.

Depois de passarmos por toda esta discussão, fica a pergunta: qual é de fato o real problema que representa a existência de autores com a posição e prática denunciadas no texto de Sokal e Bricmont? Citando Eric Hobsbawn, eles repetem a censura à "ascensão das modas intelectuais 'pós-modernistas' nas universidades ocidentais... que implicam que todos os fatos que reclamam existência objetiva já não passem de construções intelectuais. Em resumo, não existe uma clara diferença entre realidade e ficção. Mas existe, sim, e para os historiadores, mesmo para os mais militantes antipositivistas, a capacidade de distinguir as duas é absolutamente fundamental". Podemos emendar, para qualquer um que se proponha a mudar a realidade, a capacidade de distinguir entre ficção e realidade é fundamental.

AMÉRICO BERNARDES É FÍSICO E PROFESSOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO.



escultura de Exú na Linha Amarela, significa mais uma expressão do racismo e do preconceito religioso no Brasil.

A nossa Constituição, no Título II, Capítulo I, Art. 5, P.VI, afirma: "é inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo as-

segurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da Lei, a proteção aos locais de culto e suas liturgias". Além disso o Estado e suas instituições são de caráter laico, isto é, não religioso.

Mas a realidade que se impõe é outra.

Nas escolas, nos tribunais, nas sedes dos governos, existe somente a imagem de Jesus Cristo Crucificado. Nunca se perguntou a quem não é cristão se concorda com este autoritarismo religioso. Algum tempo atrás até nossas moedas tinham a escritura: "Deus seja louvado". E se houvesse: "Axé Brasil !?"

Portanto, quando o reitor da PUC, Padre Jesus Hortal afirma, que "Para mim, Exú não tem qualquer significado religioso. Mas pode ofender as convicções de alguém"; ou quando os presbiterianos afirmam, através de seu Pastor Guilhermino Cunha, que "é uma agressão as outras crenças"; ou ainda quando a Igreja Universal, representada pelo deputado estadual, Pastor Armando José (PMDB) afirma que "imaginem agora botar a imagem de um Exú, que representa o lado negro, macabro, que tem aparência de fazer o bem, mas que todos sabem só prejudica. Isso não pode acontecer", se esta confirmando que no Brasil ainda existe intolerância, racismo e discriminação para com as pessoas que tem convicções diferentes das religiões dominantes.

Até mesmo quando uma leitora de "O Dia" propõe que cada religião deva doar uma obra de arte que ilustre sua crença para acabar com a polêmica da Linha Amarela, criando assim uma suposta Linha Ecumênica, se está reforçando a mesma intolerância religiosa. Pergunta-se: por que não fazemos então um Corcovado Ecumênico?

A polêmica da Linha Amarela revela a

continuidade da tentativa de destruição e desqualificação dos cultos de origem africana (Candomblé e Umbanda). Os cultos dominantes, que destruíram as culturas africanas e indígenas em nome de Jesus Cristo, exterminaram milhões de seres humanos.

Portanto, nós, que somos militantes do PT, somos a favor da colocação da escultura de Exú na Linha Amarela. Pois esta dará visibilidade a uma cultura milenar dos povos africanos e seus descendentes no Brasil, cultura muito mais antiga que os povos que deram origem ao cristianismo.

A escultura não representa uma agressão às pessoas de outras religiões, mas uma afirmação que no Brasil existem diferenças culturais e religiosas, um princípio que nos orgulha muito, pois essa diversidade é enriquecedora.

Não podemos reviver situações de intolerância, preconceitos e discriminações como existiu na Europa nazista e fascista. Somos um povo que cultua a democracia e a pluralidade cultural.

Nós, do PT, criticamos a intolerância e o racismo, preservamos o que há de mais rico em nosso povo: a democracia e o respeito pelas pessoas que pensam, oram, dançam, cantam e se vestem de forma diversa.

LUÍZ FERNANDES É SOCIÓLOGO E MILITANTE DO MNU- RJ E JORGE CARNEIRO É ECONOMISTA E SECRETÁRIO ESTADUAL DE COMBATE AO RACISMO DO PT-RJ.

O TEATRO DEVE CONTRIBUIR PARA A INTELIGIBILIDADE DO MUNDO, TROCANDO EXPERIÊNCIAS E POSSIBILITANDO QUE O EXPECTADOR COLABORE COM A OBRA.

ENTREVISTA COM SÉRGIO CARVALHO

ESTA ENTREVISTA COM SÉRGIO CARVALHO, UM DOS IMPULSIONADORES DA COMPANHIA DO LATÃO, UM DOS MAIS INOVADORES GRUPOS TEATRAIS DA ATUALIDADE NO BRASIL, FOI FEITA POR UTA ATZPODIEN. NELA, SÉRGIO DEBATE A PROPOSTA DE REALIZAÇÃO DE UM TEATRO POLÍTICO NA ATUALIDADE, SUA RELAÇÃO COM A PROPOSTA DE BRECHT E A EXPERIÊNCIA DA COMPANHIA DO LATÃO.

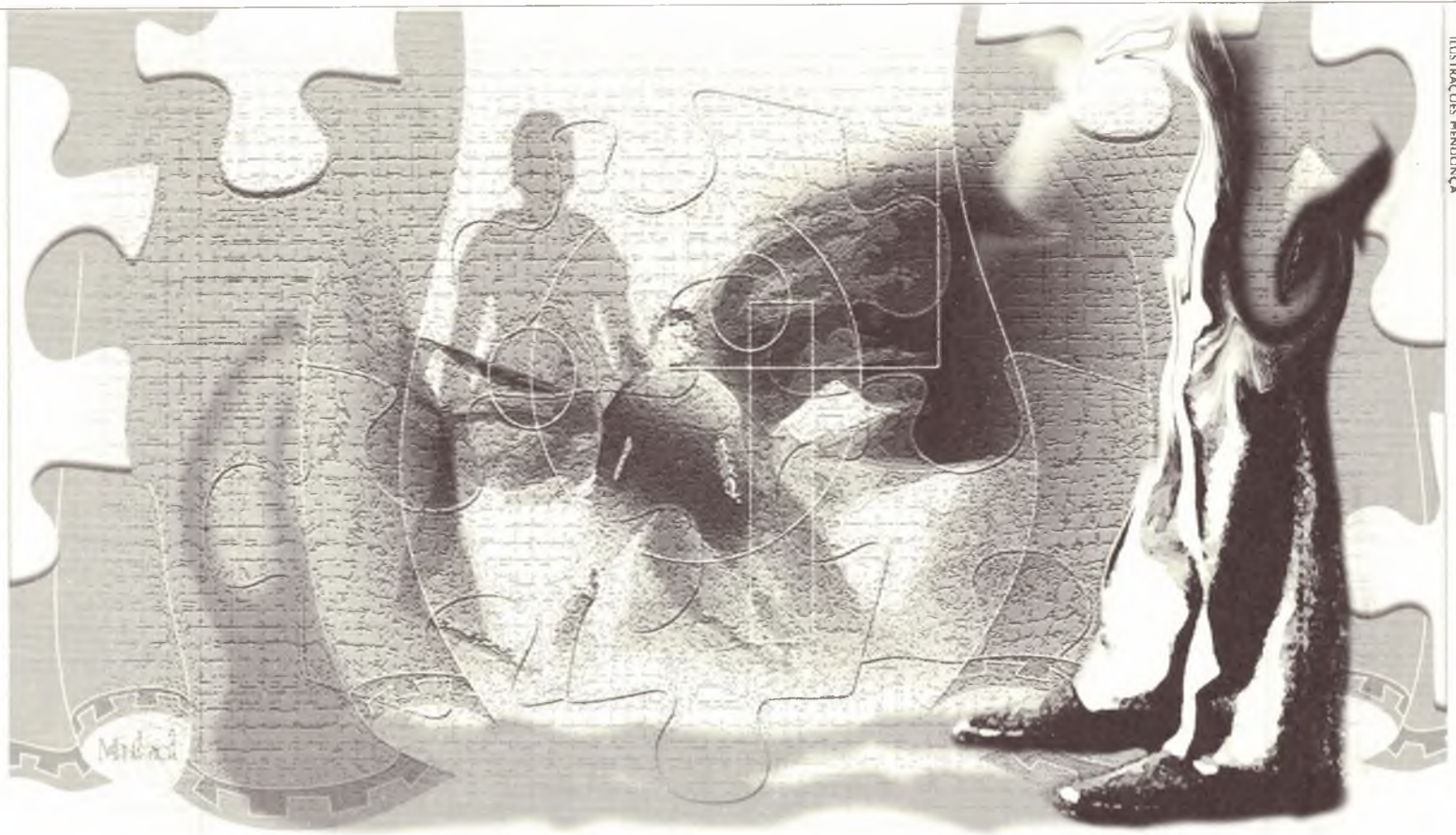


ILUSTRAÇÃO MENDONÇA

A TRANSFORMAÇÃO PELA EXPERIÊNCIA

A COMPANHIA DO LATÃO TEM TIDO UM IMPACTO GRANDE DE CRÍTICA E NOS CÍRCULOS ACADÊMICOS DE SÃO PAULO. ISSO NUM TEMPO EM QUE O TEATRO NÃO COMERCIAL SOBRE PROBLEMAS DE PÚBLICO. QUAL O OBJETIVO DA COMPANHIA? FAÇA UM ESBOÇO DE SUA HISTÓRIA.

O grupo de atores que constitui a Companhia do Latão começou a trabalhar em 1996 na montagem de *A Morte de Danton*, de Georg Büchner. Inicialmente tínhamos apenas a vontade de encenar aquele texto que nos parecia admirável por dois aspectos: sua forma aberta, fragmentada, descontínua, que dava conta não apenas do retrato de um indivíduo mas de movimentos do conjunto de uma época; e seu sentimento de uma melancolia diante dos descertos do tempo. No começo do processo nós tínhamos uma certeza: só seria possível conseguir que os oito atores representassem os mais de 30 personagens do texto de Büchner se nós partíssemos do pressuposto de um “fracasso fundamental” da representação.

Quando não é possível “representar” no palco, talvez seja melhor revelar a provisoriabilidade e as contradições dessa tentativa. Estávamos caminhando, sem maior consciência disso, para uma forma épica de representação. Resolvemos, então, chamar a esse espetáculo de *Ensaio para Danton*, porque nele deveria aparecer sobretudo a explicitação de um processo teatral. Evidentemente, isso não era apenas um jogo de metalinguagem. Aos poucos fomos percebendo as implicações críticas disso. Ao refletir sobre o processo teatral, nós estávamos, de certa forma, discutindo também a questão das representações políticas. E de seu “fracasso fundamental” quando fingem atender à totalidade dos interesses da sociedade. Mesmo antes de estrear o espetáculo, ficou claro para nós que estudar Brecht seria o passo seguinte. Precisávamos de um modelo mais complexo para compreender as relações entre forma artística e matéria social.

Talvez isto explique em parte a repercussão que a Companhia do Latão vem obtendo hoje: é um grupo que mantém um projeto formativo e reflexivo que não se desvincula da montagem de espetácu-

los. Os espetáculos se oferecem ao público como “estudos”, como tentativas de compreensão de temas e de formas atuais. Cada cena contém um processo de aprendizado que pode ser acompanhado pelo espectador.

MAS A COMPANHIA DO LATÃO GANHOU PRÊMIOS PELA PESQUISA DE LINGUAGEM E POR OUTRO LADO SOFREU ALGUNS ATAQUES QUE DIZEM QUE O VIÉS POLÍTICO DE SEU TRABALHO NÃO É ATUAL.

Algumas pessoas consideram ultrapassado encenar peças com temas políticos. Talvez cansadas de um certo dogmatismo doutrinário ou de muita arte ruim que foi feita em nome de boas intenções, elas tendem a considerar “ultrapassada” qualquer arte com conteúdos sociais manifestos, qualquer arte que apresente algum “engajamento”. No entanto, as mesmas pessoas que cometem esse equívoco valorizam em nós a liberdade do jogo formal como se fosse novidade cênica. Eu diria que elas estão erradas também nisso. Porque a nossa forma de espetáculo é que é muito antiga. Sua base é a relação elisabetana - com seu preenchimento do espaço vazio pela palavra e pela música, sua relação narrativa com o espectador, seu anti-ilusionismo, seus elementos mínimos com alto poder de sugestão, a subordinação do conjunto da cena ao trabalho do ator. Isso que as pessoas consideram inovador, porque no Brasil não estão habituadas a ver um jogo teatral tão escancarado, é na verdade muito antigo e está presente na maioria das formas espetaculares não-burguesas. Mas eu acredito que hoje é muito mais importante retomar a perspectiva do “engajamento” de um novo jeito. Porque nos últimos 20 anos, o contrário se tornou dominante.

Faz muito tempo que só se vê um teatro vóltado para seu próprio umbigo, apenas interessado em questões de linguagem, com espetáculos quase sempre cifrados e herméticos. Esteticistas no que isso tem de pior. Seus únicos temas são aqueles que facilitam o exibicionismo intelectual ou técnico, como paisagens míticas genéricas, ou particularidades de uma consciência individual fracionada diante dos detritos da cultura ocidental em ruínas. Isso já deu o que tinha que dar.

Ainda sobrevive porque tem semelhanças profundas com o procedimento dominante no mundo da mercadoria, a mistificação. A obscuridade do assunto é o princípio organizador desses trabalhos. E se o efeito estético maior acaba sendo o culto à “personalidade artística”. A nossa experiência teatral procura ser na contramão disso, com atenção especial à objetivação e à inteligibilidade.

VOCÊS RETOMAM UMA TRADIÇÃO FORTE DOS ANOS 60, QUANDO BRECHT FOI MUITO ENCENADO NO BRASIL.

É preciso lembrar que no Brasil, a noção de tradição teatral é diferente da Europa. Por aqui, a noção do que significa uma obra clássica não é um consenso crítico no campo da dramaturgia. Como já disse uma vez o diretor italiano Ruggero Jacobbi, no Brasil, o Romantismo chegou antes do Iluminismo. É por isso que quando fazemos espetáculos a partir dos escritos de Brecht, procuramos insistir naquilo que é negado na tradição teatral do Brasil - a racionalidade, que sempre é considerada como algo oposto ao prazer artístico. Creio mesmo que as peças de Brecht no Brasil, ou foram encenadas somente para veicularem conteúdos políticos, ou somente por possuírem força poética. Nunca pela estreita relação entre causa e consequência entre as duas coisas, pensamento crítico e beleza. Diante da ausência de padrões clássicos, um dramaturgo no Brasil precisa completar sua formação com modelos que o país ainda não produziu. Por isso nossa insistência no princípio da inteligibilidade.

O padrão dominante hoje nas representações da indústria cultural brasileira ainda é o do melodrama burguês, com sua autopiedade, sua difusão de valores de aceitação das relações sociais desiguais como são. O Brasil é periferia do capitalismo, tem uma das maiores taxas de concentração de renda do mundo. Como as contradições aparecem aqui com muito mais violência, os apelos emocionalistas da indústria cultural costumam ser, portanto, muito mais intensos para continuar a iludir o espectador. Brecht é um antidoto contra isso tudo, oferece uma possibilidade de “formação clássica” em outras bases.

O QUE VOCÊ PENSA SER UM NOVO CAMINHO DE TEATRO POLÍTICO, UM TEATRO QUE PRETENDE TRANSFORMAR A SOCIEDADE?

Um dos papéis atuais do teatro é conseguir se opor à idéia de que não existe mais transformação positiva da sociedade. Eu acredito que para isso basta mostrar formas concretas da realidade. Procurar alternativas às formas da falsa multiplicidade, sempre particularista e abstrata, que é produzida em série pela indústria cultural.

A dificuldade é que o mundo do capital age como se ele próprio fosse o único agente transformador. Nesta etapa do capitalismo tardio nós temos a sensação de que nunca se produziu tanto em arte, de que nunca houve tanta oferta de bens culturais, tantas exposições, tantos filmes, tantas peças de teatro. Mas é uma idéia falsa porque na verdade é tudo muito parecido. A televisão a cabo no Brasil dá a imagem correta disso: todas as dezenas de opções de canais têm a mesma intenção, vender um produto. Existe uma unidade móvel por trás desta suposta multiplicidade cultural, desta suposta transformabilidade. Esta unidade é a “forma mercadoria”.

COMO VOCÊS QUEREM SE CONTRAPOR A ESSA SITUAÇÃO?

Eu pessoalmente acredito na transformação pela experiência. Tenho em mente o ensaio de Walter Benjamin sobre o “narrador”, aquele que compartilha uma experiência vivida ou imaginada, aquele que consegue intercambiar essa experiência. Todo mundo, hoje, tem a sensação de que vive uma sobrecarga de informações, um excesso de imagens que não consegue transformar em experiência. Todos temos algo daquela mulher que está em viagem por vários países e escreve cartões postais a sua irmã sempre dizendo que quando voltar, “terá tantas coisas para contar”. Ela sempre promete. Como se a experiência fosse sempre adiada para o futuro. Você recolhe tantas informações, vê tantas coisas, tantos espetáculos do mundo, e não consegue contar o que viu, não consegue traduzir isso como experiência. É a melancolia de Jacques, de *As you like it*. A nossa tentativa é criar no palco, durante o tempo da representação do espetáculo,

uma experiência. Isso já é transformador. A experiência, quando acontece, é transformadora.

COMO VOCÊS CONSEGUEM FAZER COM QUE A EXPERIÊNCIA SE EFETIVE?

O que chega ao espectador é sempre resultado de uma experiência construída anteriormente na sala de ensaios. E essa experiência só desperta interesse se você se sente produtor dela. Que ela depende também de você para ser construída. Nesse sentido, não pode haver trabalho alienado na sala de ensaio. Os atores têm que saber a finalidade de seu trabalho, e participar do prazer dos resultados conquistados.

Da mesma forma, o público tem que se sentir colaborador da obra. E eu acredito que a forma mais poderosa de participação do público é através do jogo imaginário, o jogo de preencher o espaço vazio da cena e torná-lo positivo (como bem observou Peter Brook) e do juízo crítico, através do qual o público é convidado a se posicionar em relação às contradições da história. O fato é que o teatro só se torna uma experiência quando é complexo. E a complexidade de uma experiência não tem nada a ver com multiplicação aleatória de informações ou a ampliação de meios técnicos de emissão de sentido.

ISSO ERA FORTE NO ESPETÁCULO ENSAIO SOBRE O LATÃO. COMO VOCÊS TRABALHAM ISSO?

A partir da leitura de *A compra do Latão* de Brecht, nós elegemos vários princípios de trabalho. Um dos objetivos era estudar aquilo que Brecht chama de "arte da observação". Durante os ensaios, os atores saíam às ruas para observar comportamentos. E a orientação era que o olhar contivesse uma perspectiva histórica, que o comportamento fosse observado e depois representado em seus vários tempos possíveis. Por exemplo, a cena de um homem catando latas no lixo era narrada como se fosse a cena de aparição de um fantasma shakesperiano. A cena de

COMO FOI A QUESTÃO DO ENCONTRO DOS TEMPOS EM SANTA JOANA DOS MATADOUROS COM A REALIDADE DO COMUNISMO?

Nós procuramos trabalhar *Santa Joana dos Matadouros* atualizando alguns aspectos e mantendo outros na moldura histórica da década de 30. Se a atualização fosse completa, se fizessemos a peça se passar em São Paulo, anos 90 (o que seria bem possível) nós perderíamos as diferenças, e com isso as pessoas não veriam como as coisas têm história na luta entre o capital e o trabalho. Se tudo fosse visto à distância, as pessoas talvez se esquecessem de fazer a comparação evidente com o que está acontecendo hoje. Por isso optamos por alguns lembretes, utilizando algumas expressões recolhidas de jornais do dia, espalhadas pelo texto. Dois temas nos eram cruciais: o da mercantilização da religião, porque no Brasil as religiões evangélicas se tornaram indústrias, com técnicas publicitárias de manipulação da fé, chegando a ser donas de emissoras de televisão, e o tema do aprendizado de Joana sobre as verdadeiras regras de funcionamento da luta de classes. De certo modo, a montagem, diminuí a importância dos líderes comunistas da peça. Nós evitamos criticar seus procedimentos, evitamos mostrá-los como ingênuos ou esquemáticos (no texto, eles podem ser lidos assim), e evitamos também as associações com o Stalinismo.

A experiência brasileira sobre o assunto é bem diferente da de um país como a Alemanha. Ao fazer alguns ensaios abertos da peça, nós percebemos que, infelizmente, o lado dos industriais da carne aparecia ao público como inconsequentemente simpático. O grande ponto da identificação de boa parte do público era com o cinismo autoconsciente de Bocarra. As pessoas se divertiam muito com aquele cinismo só porque era autocrítico. As nossas interferências cênicas aconteceram para equilibrar as forças da discussão, para fortalecer os argumentos anticapitalistas (que soam hoje como "ultrapas-

escrita na sala de ensaios a partir de improvisações dos atores. Acredito que nós conseguimos obter um resultado que conjuga teatralidade e cuidado literário. O espetáculo representa, nesse sentido, um avanço dramaturgico do grupo. A partir da experiência anterior com Büchner e Brecht, nós conseguimos discutir um tema brasileiro do século dezenove numa forma teatral épica, que tem muito do lirismo despedaçado de Büchner, e algo do humor crítico e dos tipos sociais de Brecht. Inspirados na interpretação de *Fausto* de Goethe como uma tragédia do desenvolvimento, e em episódios do imaginário popular brasileiro sobre o diabo, o objetivo da peça era mostrar alguns retratos dos tipos brasileiros, apontando a contradição do processo de modernização ao qual todos estamos sujeitos no Brasil. O momento histórico desses retratos é o da entrada do capital estrangeiro e das precárias idéias liberais por meio de uma elite conservadora, em meados do século 10. O "herói" da peça - um barão do Império - está na verdade oculto, e corresponde àquilo que veio a se tornar uma característica ampla da cultura brasileira: a modernização conservadora. Seu discurso de universalização serve a interesses muito pouco universais. A peça fala de um "pacto" com o mais abstratos dos bens, o dinheiro internacional, e de como a prosperidade do presente gera uma dívida pela eternidade, que, ironicamente, será paga pelos outros, pelos homens comuns. É um painel que se parece como *Woyzeck* no que ele tem de desencanto negativo sobre a ilusão da liberdade, e se parece com a *Joana* no que ela tem de compreensão positiva dos comércios da alma.

POR QUE VOCÊS NÃO SE UTILIZARAM DE MODELOS DRAMATÚRGICOS BRASILEIROS PARA TRATAR DE UM TEMA BRASILEIRO?

A dramaturgia brasileira como um todo, com exceção das comédias de costume, está muito impregnada do modelo dramático burguês. Não como realidade,

mo tempo que as pessoas da vida real. Em cena, você sempre acompanha um desejo livre de um jovem em luta contra dificuldades toscas. Quando nós ensaiamos *O Nome do Sujeito*, percebemos que quando os atores iam improvisar com um tema brasileiro, eram comum a imitação de uma forma dramática já vista na televisão. Procurávamos a realidade, mas só encontrávamos formas. Isso gerava disparates, como por exemplo, representar um africano escravizado à maneira dramática burguesa, buscando criar nele motivações psicológicas e vontades incompatíveis com o retrato social mais amplo. A forma épica de dramaturgos como Büchner e Brecht, - com sua narrativa aberta e seus velhos e bons recursos clássicos como apartes, prólogos, epílogos, coros -, já fazem com que o mundo seja visto de outro modo.

ESSE SERIA UM PAPEL DO TEATRO HOJE, INVENTAR NOVAS FORMAS, DIVERSAS DAS FORMAS DA INDÚSTRIA CULTURAL?

Sobretudo se forem formas artísticas que tornem atual a mais antiga das funções do teatro: representar o mundo.

COMO VOCÊ CARACTERIZARIA A FORMA ARTÍSTICA DA COMPANHIA DO LATÃO?

Em cena não temos apenas atores, mas uma equipe de narradores, que se utilizam do canto, da fala, das ações, do gesto, de meios concretos e comuns para que a história seja representada. São poucos elementos em cena, todos de alta transformabilidade. A transformação é oferecida como principal jogo. E ela depende da abertura de espaços para a ação da imaginação do público. Nós preferimos usar o mínimo de recursos externos à cena, a música é tocada pelos atores, os espaços são montados por eles. O tempo da história é produzido pelos acontecimentos concretos do palco, não é criado de fora da cena. O fundamento do mundo não é transcendente a ele. Os homens produzem a história. A narrativa é uma experiência coletiva.

NO PANORAMA DO TEATRO BRASILEIRO JOVEM A COMPANHIA DO LATÃO TEM UMA CARACTERÍSTICA ESPECIAL QUE É A PRODUÇÃO DRAMATÚRGICA. COMO VOCÊS SE LIGAM À TRADIÇÃO DA CRIAÇÃO COLETIVA?

A criação coletiva marcou muito o teatro brasileiro nos anos 70. O que nós fazemos hoje é diferente. A nossa forma de improvisar, e assim adaptar ou escrever uma peça, não tem aquele espírito de contracultura, nem a procura de um estado livre de abertura ao inconsciente. Todos os nossos improvisos almejam o acaso com base em necessidades lógicas da história. Seguem uma lógica da ação. Aquilo que Aristóteles chamou de um modo "coerentemente incoerente". Tem procedimentos semelhantes ao método das ações físicas tal como foi desenvolvido por Stanislavski nos anos finais de sua vida. Improvisar faz parte da ciência do teatro. É o caminho da "tentativa e erro" da arte. Ao mesmo tempo, a escrita dramaturgica não é comunitária. Os atores ajudam a inventar as ações e situações, mas os rumos da história e a qualidade poética pedem um trabalho adicional, que nem sempre é feito na sala de ensaios. Mas sempre é verificado e modificado na sala de ensaios. O importante é que todos saibam para que lado estão caminhando. Um ator só em prazer em cena quando compreende a finalidade de seu trabalho. E sem prazer artístico nunca se fez bom teatro.



uma prostituta decadente é encenada com vários tempos simultâneos na ação, com vários focos, seu ponto de vista transitando rapidamente de um ator para outro. Não só o presente da ação dramática, mas outros devem conviver na ação, de modo a que ela desperte maior interesse e curiosidade. É a técnica clássica que Brecht aprendeu de Shakespeare, e que concentra num só tempo muitos tempos. Deste modo é que o acontecimento observado no presente ganha dimensão épica, ao ser reposicionado pela pergunta: como isso seria se fosse diferente? Eu entendi isso no palco ao assistir os espetáculos de Mathias Langhoff.

sados"), para mostrar que no humor de Bocarra existe uma contrapartida trágica para a sociedade. Nossa heroína interna se tornou a Sra. Luckerniddle, uma velha com outro tipo de autoconsciência pessoal. A sua morte acontecia em cena à maneira dos heróis trágicos.

EM O NOME DO SUJEITO, ESTA QUESTÃO DO TEMPO HISTÓRICO APARECE MAIS DIRETAMENTE. A AÇÃO DA PEÇA SE PASSA NO RECIFE, NO SÉCULO DEZENOVE.

O Nome do Sujeito é o primeiro texto escrito pela Companhia do Latão. Embora a versão final seja minha e do Márcio Marciano, é uma dramaturgia coletiva,

mas como um sonho da "peça bem feita" a ser conquistada. E o engraçado é que isso poucas vezes foi obtido. Só muito recentemente, e mais na televisão do que no teatro, é que o padrão dramático se impôs. A telenovela brasileira usa e abusa disso. São todas capazes de manter a audiência de milhões de espectadores com temas da classe média do Rio de Janeiro, seus desejos de ascensão pela riqueza e pelo sucesso. São todas especialistas em confundir ficção com realidade. Misturam namoros de atores na vida real com namoros de personagens da tela. Fazem com que as personagens comemorem datas como o Carnaval e o Natal ao mes-

ESTA ENTREVISTA FOI FEITA ORIGINALMENTE PARA A REVISTA ALEMÃ **THEATER DER ZEIT**.

COM SUA ILUSÃO DE UMA LIBERDADE SEM LIMITES, O INDIVÍDUO DE HOJE SE TRANSFORMOU NO CONTRÁRIO DE UM SUJEITO.

JOSÉ CORRÊA LEITE

Acaba de ser lançado um livro que merece atenção de todos preocupados com a emancipação humana, *Por que a psicanálise?* (Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000), de Elisabeth Roudinesco. Numa linguagem acessível, a autora historiciza e contextualiza a psique contemporânea e a contribuição da psicanálise para o seu entendimento. Antoine Artous comentou esta obra no *Em Tempo* nº 311/312; volto a debatê-la porque considero sua análise metapsicológica da atualidade preciosa para o esforço de reorganização do pensamento marxista.

A FUGA DO CONFLITO

Roudinesco nos apresenta a formação da subjetividade contemporânea de maneira clara e preocupante. Na medida em que o mundo é cada vez mais transformado em um mercado e “o ideal revolucionário tende a ser suprimido dos discursos e das representações” (25), em que não parece ser possível nenhuma rebelião e a própria idéia de subversão parece ter se tornado ilusória, em que a utopia parece ter se retirado do horizonte, em que se impõe o conformismo próprio da nova barbárie do biopoder (o poder de governar o corpo e a mente a partir do discurso biologizante), mais e mais pessoas “buscam na droga ou na religiosidade, no higienismo ou no culto de um corpo perfeito o ideal de uma felicidade impossível” (19). A depressão se torna a forma de manifestação por excelência do sofrimento psíquico nesta sociedade, combinando tristeza e apatia, busca da identidade e culto de si, negação e fuga do conflito e aceitação da norma, afirmação da individualidade e rejeição da subjetividade. “Dando a si mesmo a ilusão de uma liberdade irrestrita, de uma independência sem desejo e de uma historicidade sem história, o homem de hoje transformou-se no contrário de um sujeito” (14).

O deprimido não quer se dar tempo para refletir sobre a origem de sua infelicidade porque isso significa ter que aceitar o conflito, lidar com “uma experiência subjetiva que coloca o inconsciente, a morte e a sexualidade no cerne da alma humana” (35). A maioria das pessoas prefere alguma técnica de supressão dos sintomas, que se multiplicam. É o caso principalmente de medicamentos cada vez mais eficientes, que podem atender bem a uma situação de crise, a um estado sintomático. O problema, para Roudinesco, está em que isso instaura uma nova forma de lidar com o problema de conjunto do sofrimento mental: “Quer se trate de angústia, agitação, melancolia ou simples ansiedade, é preciso, inicialmente, tratar o traço visível da doença, depois suprimi-lo e, por fim, evitar a investigação de sua

A SOCIEDADE DEPRESSIVA



causa de maneira a orientar o paciente para uma posição cada vez menos conflituosa e, portanto, cada vez mais depressiva. Em lugar das paixões, a calma, em lugar do desejo, a ausência de dese-

jo, em lugar do sujeito, o nada, e em lugar da história, o fim da história” (41).

Vivemos, assim, em uma sociedade depressiva. “Inscrita no movimento de uma globalização econômica que trans-

forma os homens em objetos, a sociedade depressiva não quer mais ouvir falar de culpa nem de sentido íntimo nem de consciência nem de desejo nem de inconsciente. Quanto mais ela se encerra na lógica narcísica, mais foge da idéia de subjetividade. Só se interessa pelo indivíduo, para contabilizar seus sucessos, e só se interessa pelo sujeito sofredor para encarar-lo como um vítima” (42).

O PAPEL DO SOCIAL

A defesa da psicanálise por Roudinesco é a defesa do sujeito e da subjetividade — que vem sendo desconstruídos pela sociabilidade capitalista. A mercantilização de quase toda vida social, o consumismo como motivador básico dos excluídos, a extensão brutal da ação do fetichismo da mercadoria, a espetacularização da sociedade midiática e o narcisismo de egos cada vez mais sitiados pelo ampliação do biopoder e do carámo quer o cognitivismo — que em geral ignora também as influências extragenéticas, particularmente pós-natais, na arquitetura do cérebro. Trata-se, porém, de uma ideologia cientificista insustentável à luz dos nossos conhecimentos. De um lado, no terreno da neurologia, muitas pesquisas mostram a influência não só do ambiente “natural” mas também do meio social e da educação no desenvolvimento mental inclusive do ponto de vista fisiológico. De outro lado, a idéia de inconsciente vinculado às pulsões deu inteligibilidade às motivações subjetivas ligadas ao desejo, falta, amor, reconhecimento, agressividade, poder. A concepção de natureza humana que daí emerge está muito distante do otimismo racionalista do Iluminismo, mas parece

A IDÉIA DA IGUALDADE

O FEMINISMO PENSOU A LIBERTAÇÃO DAS MULHERES ASSOCIADA À EMANCIPAÇÃO HUMANA; ESSA PERSPECTIVA NÃO DEVE SER ABANDONADA.

CELIA AMOROS

Ofeminismo, hoje como sempre, trata de dar expressão teórica a um processo de mudança social que tem implicações em todos os níveis da existência humana: no nível econômico, político, da ordem cultural e simbólico. É um processo de mudança que tem dimensões antropológicas como assinalou o antropólogo norte-americano Marvin Harris. É, assim, uma inflexão importante do próprio processo de hominização, como intuíra o socialista utópico Fourier, e não pode por isso deixar de exercer seu impacto na filosofia. À filosofia e a esta tarefa, dadas as dimensões da globali-

zação, se torna cada vez mais difícil dar expressão teórica a certas formas que a consciência da espécie humana vai tomando de si mesma. Pretende, como queria Hegel, pensar seu próprio tempo em conceitos, ser autoconsciência crítica da cultura.

O que era muito mais simples quando, como dizia Jean-Paul Sartre, a espécie humana era esse “clubes tão restrito”. Tão restrito que nele não se admitia as mulheres, que eram eliminadas ou conceitualmente despachadas — creio que este é o termo exato — por meio de diversas variantes pelas quais se pode conceber o *Outro* do humano, como explicou Simone de Beauvoir em *O Segundo Sexo*. Continentes inteiros, como a África, por exemplo, para os grandes filósofos europeus, como Kant e Hegel, ficavam fora da história do espírito. Agora, apesar do etnocentrismo e do androcentrismo que continuam imperando, obviamente não é mais possível pensar nestes termos provincianos.

FEMINISMO E EMANCIPAÇÃO HUMANA

O feminismo como processo de emancipação das mulheres e o processo de descolonização têm profundas raízes comuns, justamente, na Ilustração européia, que estabeleceu as bases críticas para que tanto a submissão das mulheres como a subjugação

e a exploração de continentes inteiros fossem contestadas e consideradas irracionais. Falo aqui, naturalmente, a partir da minha formação-deformação profissional, que é a história da filosofia e do pensamento. Existem análises muito sólidas dos aspectos econômicos e políticos que contribuíram decisivamente para gerar essas mudanças, mas meu compromisso como historiadora de idéias é recordar que Olympe de Gouges, que escreveu a *Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadania* em 1789, lamentava simultaneamente a situação de escravidão a que estavam submetidos os “homens” de cor de nossas ilhas. O abolicionismo nos Estados Unidos e o movimento sufragista surgiram intimamente unidos.

É incorreto afirmar, como fazem algumas feministas pós-modernas, que o movimento feminista tenha sido um movimento de emancipação restrito à mulher branca heterossexual de classe média. A história do sufragismo é a história de relações complexas entre mulheres de um amplo espectro social e o caso de líderes como Susana Anthony ilustra bem isso — ainda que, por razões óbvias, as de origem burguesa tenham dado a tônica: eram as mais cultas, as que sabiam falar em público etc. Mas a grande questão pendente para todas era a cidadania, quando a cidadania já era, para a imensa maioria dos homens, algo conquistado e por onde passava o eixo de suas reivindicações. (Nem deveria passar, para muitos, por ser uma mistificação burguesa: o importante era a luta de classes). As mulheres parecem estar condenadas a formular reivindicações anacrô-

ser a única capaz de dar conta da capacidade destrutiva (e, simultaneamente, construtiva) demonstrada pelos seres humanos, particularmente nas experiências traumáticas do século XX – as catástrofes (Hobsbawm) ou a barbárie moderna (Lowy). O que evidentemente só reforça o papel humanizador e civilizador das instituições sociais indispensáveis à formação dos indivíduos como sujeitos – que só nestes marcos se tornam aptos a “pensar” e a “julgar”, aptos a se constituírem como sujeitos morais.

A CONSTRUÇÃO DO SUJEITO

A grande inovação freudiana foi, junto com a teoria do inconsciente, o rompimento com a idéia de que o ser humano seria um perpétuo alienado. “O sujeito freudiano é um sujeito livre, dotado de razão, mas cuja razão vacila no interior de si mesma. É de sua fala e seus atos, e não de sua consciência alienada que pode surgir o horizonte de sua própria cura. Esse sujeito... é um ser falante, capaz de analisar a significação de seus sonhos, em vez de encará-los como o vestígio de uma memória genética. Sem dúvida, ele recebe seus limites de uma determinação fisiológica, química ou biológica, mas também de um inconsciente concebido em termos de universalidade e singularidade” (69). Foi “por ter colocado a subjetividade no cerne de seu dispositivo que Freud veio a conceituar uma determinação (inconsciente) que obriga o sujeito a não mais se ver como senhor do mundo, mas como uma consciência de si externa à espiral das causalidades mecânicas” (70).

Para a autora, a teoria freudiana é a única “a instaurar o primado de um sujeito habitado pela consciência de seu próprio inconsciente, ou ainda pela consciência de seu próprio desapossamento. Em outras palavras, o sujeito freudiano só é possível por pensar na existência de seu inconsciente”. Ao associar uma filosofia da liberdade à uma teoria do psi-

quismo, a psicanálise foi “um avanço da civilização contra a barbárie” e deveria “ser capaz de dar uma resposta humanista à selvageria surda e mortífera de uma sociedade depressiva que tende a reduzir o homem a uma máquina desprovida de pensamento e de afeto” (70).

A análise de Roudinesco nos esclarece como as instituições da sociedade globalitária agem para esvaziar o processo de constituição dos indivíduos como sujeitos, construindo pessoas incapazes de estabelecerem vínculos duradouros, de projetarem um futuro distinto e de criarem utopias. O importante avanço das biociências é, nesse cenário, apropriado em grande medida pelo discurso dominante para obscurecer o nexo entre a estruturação da personalidade e as instituições sociais que a estabelece. Ele opera uma naturalização da psique e estimula sua crescente manipulação bioquímica – que reforça sua manipulação behaviorista pelas instituições disciplinares e pelo biopoder.

TRABALHO, REPRESSÃO E UTOPIA

O globalitarismo dominante alicerça-se sobre um paradoxo: a aceitação da ditadura cada vez mais dura do trabalho assalariado e do seu correlato, o desemprego, quando é possível suprimi-las, quando as condições para a superação social da escassez estão, pela primeira vez na história, dadas de forma inquestionável.

Este tema nos remete para os desencontros entre o marxismo e a psicanálise, uma dimensão decisiva do enfraquecimento do pensamento revolucionário

no século XX. O freudo-marxismo do mundo germânico dos anos 20 e 30 foi incapaz de promover uma articulação coerente dos pensamentos de Marx e Freud – por uma má leitura dos dois teóricos, esquematicamente, uma visão simplista do marxismo como determinismo econômico e uma concepção estritamente genital da sexualidade do freudismo.

Porém a mais ambiciosa obra metapsicológica de Freud, *O mal-estar na civilização*, de 1930, também colocava uma questão difícil para os marxistas: a repressão das pulsões é a base da civilização. Nenhuma sociedade comunista poderia empreender a reconciliação do ser humano com seus impulsos fundamentais. Freud fundamentava isso principalmente (mas não só) na necessidade, frente à escassez, das sociedades canalizarem energias para o trabalho heterônomo, alienado, no qual as pessoas não podem se realizar. A humanidade estaria eternamente condenada à escravidão do trabalho e, portanto, à uma vida social alicerçada na repressão.

Uma resposta marxista à esta análise só surgiu nos anos 50, com *Eros e civilização*, de Herbert Marcuse: na verdade, como o capitalismo potencializou o desenvolvimento das forças produtivas, podemos visualizar a libertação do jugo do trabalho, podemos vislumbrar uma sociedade que, reorganizando o conjunto das relações sociais e o trabalho e tornando-o qualitativamente menos alienado, esteja centrada no tempo livre. Nesse sentido, a sociedade capitalista passa a basear-se em uma sobre-repressão, uma repressão muito acima da necessá-

ria para que os seres humanos vivam em sociedade, pois eles, potencialmente (isto é, uma vez suprimido o capitalismo), já venceram a escassez. Claro que permanece a necessidade da internalização subjetiva de uma lei simbólica – isto é, a necessidade de proibições –, indispensável à socialização dos membros da espécie humana (que é o que nos torna humanos). A “grande recusa” marcuseana que deriva deste diagnóstico teve um papel importante nas rebeliões dos anos 60, porém não foi assimilada de forma duradoura pelo marxismo militante nas últimas duas décadas.

Na medida em que a revolução tecnológica em curso promove um grande salto na produtividade do trabalho, o resgate da utopia marcuseana torna-se mais candente do que nunca. Mas impõe também uma atualização da análise dos mecanismos de reprodução da dominação burguesa.

Freud nos ajuda a compreender tanto certas características gerais do ser humano na modernidade capitalista como a forma pela qual o indivíduo se torna, por sua história própria, um sujeito singular. O desvelamento das relações de determinação recíproca entre indivíduo e sociedade é central para qualquer teoria social e política comprometida com a emancipação humana. Ajudando a fechar a brecha entre a compreensão dos processos sociais mais amplos e da formação da subjetividade individual e coletiva, a teoria psicanalítica contribui para enfrentar o grande desafio teórico do presente, a superação da polarização entre o universalismo abstrato imposto pela lei do valor e o particularismo culturalista empírico, capaz de apenas enxergar as diferenças. A releitura de Roudinesco da psicanálise é uma contribuição importante para a superação desse vazio teórico e para atualizar o diagnóstico crítico de nosso mundo.



JOSÉ CORRÊA LEITE É EDITOR DO
EM TEMPO

cas do ponto de vista dos *tempus* históricos da história do patriarcado, que marca, por assim dizer, *tempus* canônicos. Mas, não parece que seja possível, nem desejável deixar de lado tais reivindicações. Ocorre, agora, algo em muitos aspectos bem similar: quando começamos a tomar posições de sujeito em muitos âmbitos da vida social, cultural e política, declara-se a morte do sujeito.

O feminismo dos anos 70, que já tem suas referências clássicas, como Sulamith Firestone, tratou das relações entre feminismo e racismo – leia-se novamente *A dialética do sexo*. E o debate sexo-contra-sexo ou classe-contra-classe, no âmbito do feminismo socialista teve muita força e deu muitos frutos. O feminismo deveria recuperar sua tradição e seus elementos de identidade por mais que os pós-modernos desacreditem as *metanarrativas*: o problema das mulheres foi sempre o de cair na armadilha de pensar que nossas lutas toda vez partem do zero. Não creio que se possa recuperar o que, ao longo da história, algumas “pensadoras da diferença sexual” interpretam como as emergências de uma identidade feminina genuína e autoconstitutiva. Tal identidade é um mito: todas as identidades são construídas e negociadas, sobretudo as identidades dominadas, em uma tensão entre a *designação* dada pelo dominadores e uma autodesignação sempre vacilante e aproximativa. Por isso não acredito nem na Diferença com maiúscula, nem me parece conveniente a pulverização do sujeito do movimento feminista – sempre em precária e problemática construção, como todo sujei-



to coletivo – em uma hipertrofia das diferenças entre as mulheres, que acaba por se esquecer que ocupam uma posição comum nessa trama de pactos entre os homens, inclusive entre dominantes e dominados, em que consiste o patriarcado.

O DESAFIO DA GLOBALIZAÇÃO

Assim, entendo que o desafio atual do feminismo é o desafio da globalização e que somente se pode afrontá-lo tramando pactos entre mulheres cada vez mais amplos e mais

sólidos. Estes pactos são, sem dúvida, muito difíceis, mas eles vem sendo feitos nos projetos de cooperação onde se envolvem cada vez mais as mulheres, tanto as ocidentais como as do Terceiro Mundo. O feminismo tem que assumir o desafio do multiculturalismo, orientando-o no sentido de uma interculturalidade porque as mulheres, acima das diferenças que ninguém minimiza, tem sofrido em comum a dominação, e a subcultura feminina, que esta dominação gerou em todas as partes e que se reveste de diferentes formas, tem eixos comuns. Devemos pois defender, no espírito da Conferência de Pequim (1995), o programa de cumprimento e aprofundamento dos direitos humanos, que apesar de terem nascido no Ocidente, transcendem o Ocidente e podem fazer do Ocidente objeto de interpelação, colocá-lo por *sub judice*. A idéia da igualdade, idéia de origem iluminista, desacreditada hoje em dia com má fé pelos que pretendem ignorar as diferenças quando, justamente, este é o único critério para distinguir entre as desejáveis e indesejáveis. A igualdade é a idéia reguladora irrenunciável da luta contra a feminização da pobreza.

Em suma: não acredito na mensagem de quem chega a nós com a suposta boa nova de que estamos “além do emancipacionismo” e de que devemos instalar-nos em um suposto novo paradigma, que não faz nada senão restaurar, sob novas bases, uma dominação ancestral.



CELIA AMORÓS É FILÓSOFA, CATEDRÁTICA DA UNIVERSIDADE COMPLUTENSE DE MADRID E AUTORA DE *HACIA UNA CRÍTICA DE LA RAZÓN PATRIARCAL* (ANTROPHOS, 1989). ARTIGO EXTRAÍDO DE **FEMPRESS**.



As origens da revolução

Reinhart Koselleck. Crítica e crise. Rio de Janeiro: Eduerj; Contraponto, 1999.

Obra fundamental da história do pensamento do pensador alemão – conhecido também por outro livro clássico, ainda inédito no Brasil, *Futuro passado* –, analisa a constituição da visão de mundo que permitiria o surgimento da filosofia do sujeito, da concepção de progresso e da idéia moderna de revolução.

A AUTONOMIA DO ECONÔMICO

Louis Dumont. Homo aequalis: gênese e plenitude da ideologia econômica. Bauru (SP): Editora da Universidade do Sagrado Coração (EDUSC), 2000.

Obra clássica, em que o antropólogo francês (conhecido por seus estudos sobre o desenvolvimento do individualismo) analisa como se constituiu, no Ocidente, a apreensão da autonomia de uma esfera econômica nos séculos XVIII e XIX. Um diálogo importante ao qual o marxismo não pode ser furtar.

A experiência da democracia participativa

Raul Pont. Democracia, participação, cidadania: uma visão de esquerda. Porto Alegre: Palmarica, 2000.

Coletânea de textos e entrevistas com o prefeito de Porto Alegre, organizada por J. Luiz Marques, agrupados em torno de três temáticas: "partido, parlamento e administração", "democracia participativa e orçamento participativo" e "a participação popular e o socialismo".

ATUALIDADE DE BRECHT

Fredric Jameson. O método Brecht. Petrópolis (RJ): Vozes, 1999.

O filósofo e crítico literário marxista norte-americano empreende, neste novo volume da coleção Zero à Esquerda, uma vigorosa defesa do "método" de Brecht, frente aqueles que o criticam mas também frente aqueles que o pasteurizam como mais um ingrediente da salada pós-moderna.

As raízes da idéia de liberdade

Quentin Skinner. Liberdade antes do liberalismo. São Paulo: Ed. Unesp; Cambridge University Press, 1999.

O autor da monumental *As fundações do pensamento político moderno* recupera, em três curtos ensaios, o papel da teoria neoromana dos cidadãos livres e dos Estados livres na Inglaterra moderna e seu impacto no pensamento político posterior.

OS TERRITÓRIOS DA GEOGRAFIA E DA VIDA

Território e sociedade. Entrevista com Milton Santos. São Paulo:

Editora da Fundação Perseu Abramo, 2000.

Uma reflexão viva do mais importante geógrafo brasileiro sobre a globalização, a ideologização da vida social, a geografia como disciplina crítica e o papel do intelectual engajado. Reconstitui também a trajetória de vida de Milton Santos.

A defesa do socialismo

Ralph Miliband. Socialismo & ceticismo. Bauru (SP): Edusc; São Paulo: Ed. Unesp, 2000.

A obra mais sistemática de Miliband, escrita pouco antes de sua morte em 1994, em que ele procura atualizar os argumentos em defesa do socialismo como a única opção capaz de resgatar a dignidade de vida para as massas do mundo atual.

A RECUSA DA AUTONOMIA

Francisco Rüdiger. Comunicação e teoria crítica da sociedade: Adorno e a Escola de Frankfurt. Porto Alegre: Edipucrs, 1999.

Uma reconstrução cuidadosa da crítica à indústria cultural empreendida por Adorno, que destaca o papel da mídia na produção de uma subjetividade em que o indivíduo abre mão da sua autonomia.

O papel da polêmica nas ciências

Hal Hellman. Grandes debates da ciência. São Paulo: Ed. Unesp, 1999.

Uma reconstrução didática de dez das maiores contendas na história da ciência moderna, de Urbano VIII contra Galileu, passando pela polêmica sobre o evolucionismo, a discussão sobre a formação dos continentes, a formação da paleontologia, a interpretação de fósseis de hominídeos, até chegar à discussão sobre a relação entre natureza e cultura.

FRONTEIRAS DO DEBATE CIENTÍFICO

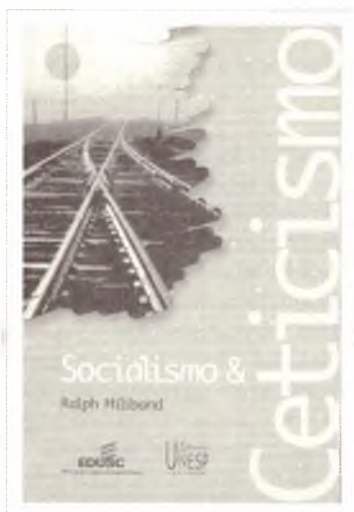
H. Moysés Nussenzweig (org.). Complexidade e caos. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ; Copea, 1999.

Os 18 textos de importantes cientistas incluem a análise dos conceitos de caos e de complexidade, fractais, autômatos celulares, criticidade auto-organizada, entropia, rede neurais, a origem e definição da vida, genética, evolução, o funcionamento do cérebro e da memória. Uma obra de referência no debate sobre o tema.

Mito fundador

Marilena Chaui. Brasil: mito fundador e sociedade autoritária. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2000.

Primeiro volume lançado da nova coleção História do povo brasileiro, este ensaio mostra como a invenção da idéia de Brasil apoia-se em um mito fundador; uma representação ideológica indispensável para amalgamar uma sociedade profundamente injusta, segregada, intolerante e refratária à democracia.



A TFP me enganou

Não li, nem se quer folhei livros sobre anjos. Dizem, os que acreditam em anjos, que estes livros são sérios. Mesmo sem ter lido nada sobre o assunto, a impressão que se dá é que o roteiro de *Dogma* (dirigido pelo ator e roteirista Kevin Smith) foi feito a partir da leitura de um desses livros. História simples e simplificada, onde é contada parte da vida de alguns anjos bons e outros maus, que vivem na terra, quando deveriam estar no céu ou no inferno.

O filme foi feito por anjos adolescentes (maioria dos atores) e para eles. Onde brincam com que poderia ser considerado tabu (religião e sexo) e/ou dificuldades de adolescente classe média, principalmente, americana. Nem o ornitorrinco (maldade,

característica da sociedade, contra animal) é poupado. Não deixa de lado, nem poderia deixar, pois o filme é americano, a obrigatória violência barata e desnecessária.

O Deus feminino (Alanis Morissette), tão esperado – fruto de abaixo-assinados de protesto, das beatas e beatos da igreja católica, principalmente da TFP – que iria cometer grandes sacrilégios aparece pecando pecados infantis, como plantar bananeira (aquilo que quando em criança fazíamos e a mãe mandava parar por que senão a comida voltava, pois tínhamos acabados de comer), sem mostrar a calcinha. Aliás, nada que tenha qualquer semelhança com órgão sexual aparece, nem no strip-tease feito por uma das

inspiradoras da humanidade (Salma Hayek).

Tetra, tetra, tetra... neta de José e Maria, a predestinada é Bethani (Linda Fiorentino), parenta de Jesus, que fez e trabalha numa clínica de abortos. Por ser a predestinada é dada a ela tarefa de impedir que Loki (Matt Damon) – anjo da morte que foi o responsável pelo dilúvio e Sodoma e Gomorra – e Bartebly (Ben Affleck), voltem ao paraíso. Por outro lado, é perseguida por anjos do mal. Para ajudá-la têm dois profetas e um apóstolo, esse negro, que quer provar a existência de um décimo-terceiro, que por racismo não é citado na Bíblia.

O filme quis brincar – sem afrontar sua cultura – com a fé, com os tabus e

dificuldades da sociedade americana e ganhar dinheiro. Pelo menos esse último intento devem conseguir, pois a propaganda (enganosa) feita no Brasil pelos adversários (TFP), através da campanha de abaixo assinados com o título "Vinde Nossa Senhora de Fátima, Não Tardeis" está levando público para conferir o filme. Se ficassem quietos não teria a bilheteria que provavelmente terá.

Se alguém desejar ver um filme, sem compromisso, onde ao final a paz é restaurada, tudo é resolvido, a fé não é abalada e ainda com a possibilidade de dar algumas parcas risadas, vá vê-lo. Se tiver algo para fazer, como até ficar em casa, faça-o. **Dr. Rosinha**



INTERPRETES DO BRASIL

Lourenço Dantas Mota (org.).
Introdução ao Brasil: um
banquete nos trópicos. São Paulo:
Editora Senac, 1999. 420
páginas, R\$ 42,00.

Temos aqui uma obra fundamental para a compreensão do Brasil. Dezenove ensaios dos mais consagrados pesquisadores do país examinam aquelas que são provavelmente as obras mais marcantes sobre a constituição e a interpretação do Brasil até os anos 60.

Nelas e nos ensaios que as analisam estão presentes as discussões sobre a nossa condição de país tropical e mestiço, o sentido e as características da colonização, a escravidão e suas consequências, o subdesenvolvimento, a influência da família patriarcal, a formação da literatura brasileira, e ainda os debates sobre temas como patrimonialismo, país real versus país legal, conciliação etc.

Os livros estudados são: *Sermões*, de Padre Antônio Vieira (por João Adolfo Hansen), *Cultura e opulência do Brasil*, de André João Antonil (por

Janice Teodoro da Silva), *Projetos para o Brasil*, de José de Bonifácio (por Carlos Guilherme Mota), *Autobiografia*, do Visconde de Mauá (por Jorge Caldeira), *Um estadista do império*, de Joaquim Nabuco (por Luiz Felipe de Alencastro), *A ilusão americana*, de Eduardo Prado (por Lúcia Lippi Oliveira), *Os sertões*, de Euclides da Cunha (por Walnice Nogueira Galvão), *Capítulos da história colonial*, de Capistrano de Abreu (por Ronaldo Vainfas), *Retrato do Brasil*, de Paulo Prado (por Marco Aurélio Nogueira), *Casa-grande & Senzala*, de Gilberto Freire (por Elide Rugai Bastos), *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda (por Brasília Sallum), *Formação do Brasil contemporâneo*, de Caio Prado Junior (por José Roberto do Amaral Lapa), *Coronelismo, enxada e voto*, de Vito Nunes Leal (por Bolívar Lamounier), *Instituições políticas brasileiras*, de Oliveira Vianna (por Maria Hermínia Tavares de Almeida), *Formação econômica do Brasil*, de Celso Furtado (por Francisco de Oliveira), *Os donos do poder*, de Raymundo Faoro (por Laura de Mello e Souza), *Formação da literatura brasileira*, de Antonio Candido (por Benjamin Abdalla Junior), *Conciliação e reforma no Brasil*, de José Honório Rodrigues (por Alberto da Costa e Silva) e *A revolução burguesa no Brasil*, de Florestan Fernandes (por Gabriel Cohn).

A obra se detém antes de analisar o debate acadêmico que começou a ser formulado nos anos 70 (por exemplo, com a discussão sobre sistema colonial e a formação do capitalismo e sobre a existência ou não de um modo de produção escravista colonial no Brasil, que envolveu figuras como Fernando Novaes, Jacob Gorender e Ciro Flammarion Cardoso). Apesar disso e da ausência de alguns autores clássicos importantes (como Manoel Bonfim), trata-se, efetivamente, de um banquete para ninguém que queira entender o Brasil botar defeito.



BELEZA AMERICANA: HOLLYWOOD DESCOBRE A MASTURBAÇÃO

Existem coisas que gostaríamos de ignorar; fingir que simplesmente não existem, não engrassar o corpo ou dar a elas o devido lugar que merecem. No ano passado, o Oscar no Brasil girou em torno da indicação de *Central do Brasil*, como se isto fosse a panacéia para os problemas do cinema no país, a Rede Globo capitaneando o clima de final de Copa do Mundo. Este ano, com a frustrada pré-indicação de *Orfeu*, o Brasil fora da "Copa" cinematográfica, nem a emissora de Roberto Marinho se interessou por transmitir a noite do dia 26 de março, sobrando para o SBT fazê-lo.

O Oscar é tão importante? Não, talvez não tenha nenhuma importância... mas o fato é que, como cinéfila não consigo resistir a pelo menos analisar o filme mais premiado pela Academia na sua 72ª edição, desta vez sob o comando de dois cineastas, Richard e Lili Zanut (produtores de *Conduzindo Miss Daisy*). Afinal, quer gostemos ou não, Hollywood, assim como o capitalismo, existe (e muito).

Hollywood descobriu que a auto-manipulação pode causar prazer e agora está vendendo isto como uma grande novidade: "Olha como remexer o nosso cotidiano é interessante! Observe como somos transgressores, implacáveis nas críticas à nossa sociedade!"

Estas parecem ser as mensagens (requeentadas) do filme *Beleza Americana* (EUA, 1999, dir. Sam Mendes), vencedor de 5 prêmios no 72º Oscar, incluindo Melhor Filme, Melhor Ator e Roteiro.

Não era o melhor filme, haviam melhores atores concorrendo e, sinceramente, em termos de roteiro original *Quero Ser John Malkovich* era imbatível.

Que venha causando furor nos EUA é até possível entender. Tem um orçamento barato para os moldes deles (15 milhões); foi lançado em setembro de 99 pela DreamWorks, de Spielberg, em poucas salas e logo se tornou amado pela crítica. É um filme bem montado, ágil, cheio de referências (o morto que relata a história, como em *Sunset Boulevard*), belas imagens, boa fotografia, um bom elenco, envolvente, rápido, uma ótima trilha sonora. *Beleza Americana* aponta (apenas isto) para problemas comuns à sociedade americana de fim de milênio: insatisfação, falta de perspectiva, superficialidade. Ressalte-se: aponta, tal como Stanley Kubrick de *De Olhos Bem Fechados*, mas não vai a fundo como ele.

O que fica difícil de compreender é como vem agradando tanto assim à intelectualidade brasileira: será que nossa classe média está tão globalizada assim, a ponto de se identificar com um casal do subúrbio dos EUA e seus probleminhas banais, com suas "soluções" igualmente banais e individualistas?

Um dia o repórter Lester Burnham (Kevin Spacey) insatisfeito com a sua vidinha familiar e profissional, com um

péssimo relacionamento com a esposa Martha (Annette Bening) corretora imobiliária, conhece um irresistível objeto de desejo: uma amiguinha da filha adolescente (que, justificadamente, detesta os pais). Este fato desencadeia nele uma série de reações inesperadas e... não, talvez não seja este o começo mas... quem se importa? Talvez valha a pena mesmo destacar o vizinho da família Burnham, o videomaker Ricky, um personagem complexo e bem construído e seu intérprete, Wes Bentley, um ótimo ator, com uma atuação perturbadora. E talvez esta seja a chave para entender porque agrada tanto às pessoas ligadas à cinema: a identificação com a poesia audiovisual de Ricky é imediata (mas rápida demais para ser profunda).

Igualmente interessante é o contraste entre as imagens buscadas pela câmera de Ricky com as que Burnham cria sobre o objeto de seu desejo: aquele com a mensagem "singelinha" do filme (*precisamos encontrar beleza nas coisas simples e cotidianas*), este com suas formas kitches, próprias de um imaginário produzido pela publicidade (cinema x publicidade?! Talvez...)

Se o que caracteriza o fim de século é a frustração, o mesmo se pode dizer de *Beleza Americana*: o roteiro de Alan Ball (um escritor de TV) apenas finge-se de crítico, a não ser que considere uma grande revolução um homem de meia-idade voltar a fumar maconha, ouvir Pink Floyd, se masturbar, virar atendente de *fastfood*, comprar um carro novo e querer transar com uma adolescente... Isto é muito anos 70! Mas, ao contrário destes, vazios de transgressão, sem qualquer visão macro, coletiva, e ainda por cima com um indistinto preconceito contra as mulheres (as personagens femininas são vazias, chatas, choronas, descontroladas, haja visto a caricatura criada por Annette Bening... satisfeito, bem resolvido mesmo, só o casal de homossexuais masculinos).

Sim, é possível, em uma análise superficial, considerá-lo um manifesto por "liberte-se", ou uma crítica implacável a uma sociedade que busca o "sucesso" aparente às custas do fracasso pessoal, todavia estas análises caem por terra em meio a uma reflexão mais profunda sobre a mensagem final do filme: toda transgressão, grande ou pequena, será fatal e inexoravelmente derrotada.

O que mais há a ser dito: é um bom entretenimento, um filme engraçado com o jeitinho certo para receber prêmios da Academia e ainda fazê-la se sentir majestosa por ser tão "crítica" e "não-cooptada". Pura masturbação (sem sequer chegar ao orgasmo)!

É tudo um grande clichê, uma crise de meia-idade do personagem de Spacey e da sociedade norte-americana... que não vai causar nesta o que causou no primeiro.

Luciana Rodrigues

Eles estão globalizando o capital.

Nós, a crítica.

LE MONDE
diplomatique

Agora em português, e na Internet!

www.diplo.com.br

Informações: (11) 282-4929



ÊXODOS

NOVOS LIVROS DO
MAIOR FOTÓGRAFO
BRASILEIRO MOSTRAM
O DRAMA DAS
POPULAÇÕES OBRIGADAS
A ABANDONAREM
SEUS LARES, POR
MOTIVOS ECONÔMICOS
E POLÍTICOS.

SEBASTIÃO SALGADO

Este livro conta a história da humanidade em trânsito. É uma história perturbadora, pois poucas pessoas abandonam a terra natal por vontade própria. Em geral elas se tornam migrantes, refugiadas ou exiladas constrangidas por forças que não têm como controlar, fugindo da pobreza, da repressão ou das guerras. Partem com os pertences que conseguem carregar, avançam como podem a bordo de frágeis embarcações, espremidas em trens e caminhões, a pé... Viajam sozinhas, com as famílias ou em grupos. Algumas sabem para onde estão indo, confiantes de que as espera uma vida melhor. Outras estão simplesmente em fuga, aliviadas por estarem vivas. Muitas não conseguirão chegar em lugar nenhum.

Durante seis anos, em quarenta países, trabalhei em meio a esses fugitivos – nas estradas ou nos campos de refugiados, ou

ainda nas favelas urbanas aonde eles frequentemente iam parar. Muitos atravessavam os piores momentos de suas vidas. Estavam assustados, mal alojados e humilhados. Mesmo assim, aceitavam ser fotografados porque, acredito, queriam que seu sofrimento fosse divulgado. Sempre que possível, eu lhes explicava que minha intenção era essa. Muitos não faziam mais do que postar-se diante de minha câmera e dirigir-se a ela como se fosse um microfone.

A experiência operou uma mudança profunda em mim. Ao dar início a este projeto, eu estava habituado a trabalhar em condições difíceis. Pensava que minhas convicções políticas ofereciam respostas para um grande número de problemas. Acreditava sinceramente que a humanidade avançava num rumo positivo. Estava despreparado para o que veio a seguir. As coisas que aprendi acerca da natureza humana e do mundo em que vivemos deixaram-me profundamente apreensivo quanto ao futuro.

É verdade que houve muitas ocasiões encorajadoras. Encontrei dignidade, compaixão e esperança em situações que justificaria ira e amargura. Conheci gente que havia perdido tudo mas que continuava pronta a confiar num estranho. Desenvolvi enorme admiração por pessoas que arriscavam tudo, inclusive as próprias vidas, por um destino melhor. Fiquei atônito ao ver até que ponto os seres humanos são capazes de adaptar-se às circunstâncias mais calamitosas.

Ao mesmo tempo, se a sobrevivência é o mais forte de nossos instintos, uma e outra



vez a vi manifestar-se sob a forma de ódio, violência e ganância. Os massacres a que presenciei na África e na América Latina, bem como a limpeza étnica na Europa, deixaram-me muito duvidoso quanto à possibilidade de que algum dia o homem venha a dominar seus instintos mais sombrios.

Também passei a entender melhor do que nunca a que ponto tudo o que ocorre hoje no mundo se inter-relaciona. Somos todos afetados pela brecha cada vez maior que separa os ricos dos pobres, pelo acesso à informação, pelo crescimento populacional no Terceiro Mundo, pela mecanização da agricultura, pela urbanização galopante, pela destruição do meio ambiente, pelo fanatismo nacionalista, étnico e religioso. As pessoas arrancadas de seus lares são apenas as vítimas mais visíveis de uma convulsão global que decorre exclusivamente de nossos atos.

Nesse sentido, este livro também conta uma história de nosso tempo. Suas fotografias captam momentos trágicos, dramáticos e heróicos das vidas individuais. Em con-

junto, compõem uma imagem perturbadora de nosso mundo na virada do milênio.

Desde sempre, os homens migram – mas hoje se trata de um fenômeno diferente. Para mim, a convulsão populacional global representa um momento tão importante quanto o que marcou o final da Idade Média. Estamos passando por uma revolução em nossa maneira de viver, produzir, comunicar, urbanizar e viajar. Finalmente estamos ficando genuinamente modernos, pois a maioria dos habitantes do mundo é, hoje, urbana. Tornamo-nos um só mundo: nos pontos remotos do planeta, as pessoas estão sendo deslocadas essencialmente pelas mesmas razões.

Na América Latina, na África e na Ásia, a pobreza rural levou centenas de milhões de camponeses a abandonar o campo e a aglomerar-se em cidades monstruosas, no limite do habitável, com muitas características comuns. Por outro lado, razões políticas fizeram com que milhões de pessoas fugissem dos regimes comunistas. Em seguida, o colapso do comunismo no Leste europeu permitiu que muitas outras partissem em busca de novas vidas. Agora, com a imposição de uma nova ordem política mundial, conflitos étnicos e religiosos estão gerando exércitos de refugiados e pessoas deslocadas – muitos dos quais vêm a urbanizar-se justamente por intermédio da experiência de viver em campos de refugiados.

Com o propósito de ilustrar os temas centrais, organizamos as fotografias deste livro em quatro capítulos abrangentes: a fuga dos migrantes, dos refugiados e das pessoas deslocadas em diferentes pontos do mundo; a tragédia sem paralelo da África; o êxodo rural, o conflito de terra e a urbanização caótica na América Latina; e imagens das novas megalópoles asiáticas. Ao mesmo tempo, porém, faz parte da natureza deste projeto a idéia de que as fotografias de um capítulo repercutem nos outros. Inúmeras vezes fui lembrado do fato de que os homens são iguais em toda parte.

EM TEMPO



TEXTO EXTRAÍDO DA APRESENTAÇÃO DE SEBASTIÃO SALGADO PARA SEU LIVRO ÊXODOS. (COMPANHIA DAS LETRAS)